



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
UNIOESTE – FRANCISCO BELTRÃO - PR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM GEOGRAFIA

ANGÉLICA VUELMA

**Análise das causas do arrendamento ou venda de terras nos assentamentos  
rurais do município de Abelardo Luz – SC**

Francisco Beltrão - PR  
2018

ANGÉLICA VUELMA

**Análise das causas do arrendamento ou venda de terras nos assentamentos rurais do município de Abelardo Luz – SC**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia – Nível Mestrado, linha de pesquisa “Desenvolvimento Econômico e Dinâmicas Territoriais”. - da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão.

Orientador: Prof. Dr. Marlon Clovis Medeiros

Francisco Beltrão - PR  
2018

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Vuelma, Angélica

Análise das causas do arrendamento ou venda de terras nos assentamentos rurais do município de Abelardo Luz-SC / Angélica Vuelma; orientador(a), Marlon Clovis Medeiros, 2018.

130 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2018.

1. Preço da terra. 2. Assentamentos Rurais. 3. Arrendamento de Terras. 4. Agricultura e mercado de terras. I. Medeiros, Marlon Clovis . II. Título.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – MESTRADO/DOCTORADO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ANÁLISE DAS CAUSAS DO ARRENDAMENTO OU VENDA DE  
TERRAS NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE  
ABELARDO LUZ-SC

**Autora:** Angélica Vuelma

**Orientador:** Prof. Dr. Marlon Clovis Medeiros

Este exemplar corresponde à redação final da  
Dissertação defendida por Angélica Vuelma e aprovada  
pela comissão julgadora.

Data: 30 / 11 / 2018

  
Angélica Vuelma

Comissão Julgadora:

  
Prof. Dr. Marlon Clovis Medeiros (UNIOESTE – F.B)

  
Prof. Dr. Ricardo Carvalho Leme (UNIOESTE – F.B)

  
Prof. Dr. Joel José de Souza (UFSC – Canoinhas)

Francisco Beltrão - PR  
2018

## AGRADECIMENTOS

Antes de iniciar os agradecimentos, gostaria de compartilhar meus sinceros sentimentos ao final desta etapa da conclusão do Mestrado. Durante minha graduação que por sinal não foi nada fácil, observava atentamente meus professores e me perguntava se algum dia conseguiria alcançar o grau de “Mestre”. Ficava imaginando quanto orgulho meus pais teriam de mim se um dia chegasse lá.

No entanto o ano de 2014 chegou e com ele uma oportunidade. Conheci, através de meu amigo e colega Luiz Paulo Monteiro, a UNIOESTE, e percebi que um sonho que achava tão distante poderia acontecer. Ele me explicou o que deveria fazer para ingressar no Mestrado, iniciando como aluna especial, fiz a primeira prova para ver como era, sem preparação alguma, logicamente não fui aprovada.

No ano seguinte, me inscrevi em mais uma disciplina como aluna especial e, neste mesmo ano, surge no mês de agosto, novo processo seletivo para alunos regulares. Eis que neste período tínhamos uma viagem para o Maranhão. Cancelei a viagem e os 15 dias de férias de julho li os livros solicitados para o processo de seleção. Então saiu o resultado: aprovada.

Quando me perguntam se o Mestrado é fácil, lhes digo: “não é”, e nem um pouco, ainda mais quando você não pode deixar seu trabalho para trás somente para estudar, e ao mesmo tempo, recebe o melhor presente de Deus que é estar grávida.

Durante este período foram muitas dificuldades. Finais de semana lendo os textos para as aulas do Mestrado ou preparando aulas. Idas e vindas de Xanxerê - SC a Francisco Beltrão – PR, muitas vezes sem almoço. Quando grávida, muitas vezes com sono e cansada, mas nunca desanimava pois, nossos filhos são a maior razão para continuarmos. Havia algumas aulas que precisava me ausentar por motivo do trabalho e alguns dias faltava o trabalho por causa das aulas.

Há quem diga que estar grávida ou ter filhos você não consegue fazer nada, pois eu digo ao contrário, não faz as coisas quem não quer, e eu sou prova disso. Apesar dos problemas de saúde enfrentados durante esse período, ainda grávida, realizei todas as pesquisas nos assentamentos, bem como, boa parte da dissertação. Filhos não nos atrasam, pelo contrário, são eles que nos dão força e

nos impulsionam para sermos cada vez melhores. Gostaria de iniciar os meus agradecimentos com uma frase do filósofo grego Cícero "Gratidão não é apenas a mais rica das virtudes, mas sim a mãe de todas as outras", pois nessa jornada do meu Mestrado tenho muitas pessoas as quais serei eternamente grata e que só enaltecem minhas virtudes enquanto ser humano.

Primeiramente agradeço a Deus, pelo dom da vida e por me permitir muita sabedoria, persistência e paciência durante minha jornada. Nas vezes em que o Senhor sempre esteve presente ao meu lado, me livrando de alguns incidentes na estrada, que me atendeu em minhas orações para que eu não desanimasse diante das adversidades. Hoje, agradeço imensamente pelo cuidado, pela presença e por colocar em meu caminho pessoas que me ajudaram nesta conquista.

Aos meus queridos e exemplares pais e minha querida irmã, que sempre estiveram ao meu lado principalmente nas horas mais difíceis, me ajudando, me acompanhando, rezando por mim, cuidando da Milena enquanto acabava minha pesquisa, e é claro sempre torcendo por mim para que eu alcançasse o sucesso. A vocês, minha eterna gratidão e obrigada por todos os seus ensinamentos, pois quando chorei, foram seus ombros que me aconchegaram e quando me alegrei, também foram vocês que mais vibraram com o meu sorriso.

Agradecer ao meu esposo, amigo, companheiro e confidente Alexandre Henrique Ceron, inicio com este versículo de Gênesis 2:18, então o Senhor Deus declarou: "Não é bom que o homem esteja só, farei para ele alguém que o auxilie e lhe corresponda". Que neste caso o auxílio partiu dele, agradeço por todas as vezes que me incentivou realizar o Mestrado, pelas diversas vezes que me acompanhou até Francisco Beltrão – PR e ficou aguardando o dia todo até a aula acabar. Pelas vezes que vibramos e choramos juntos quando alguma coisa não saía conforme o planejado; por ter me acompanhado durante as pesquisas realizadas; por cuidar da nossa filha até que eu escrevia minha dissertação. Agradeço a Deus por ter colocado alguém tão especial e companheiro em minha vida e que nunca mediu esforços para me ver feliz. Obrigada por tudo, amo muito você e as nossas filhas que vieram para completar o nosso amor e alegrar ainda mais nossas vidas.

Agradeço todos os familiares, em especial meu sogro, sogra, minha cunhada e família, por sempre estarem prontos a me ajudar quando necessário, cuidando da Milena, rezando e torcendo pelo meu sucesso e para que eu

conseguisse finalizar com êxito meu Mestrado. A vocês meu muito obrigada e sempre que precisarem podem contar comigo.

Não existe dia mais propício do que hoje, 15/10/2018, para escrever um agradecimento aos meus professores (as): Marlon Clóvis Medeiros, Fernando Sampaio, Roséli Alves dos Santos, Carlos Cassemiro Casaril, Luciano Zanetti Pessoa Candiotta e Adelia Aparecida de Souza Haracenko, inicio com esta frase de Augusto Cury: “Professores brilhantes ensinam para uma profissão. Professores fascinantes ensinam para a vida”. E de fato, todos vocês são professores fascinantes, e para mim, isso é um fato.

Nas primeiras aulas do Mestrado tinha medo até de respirar, medo de falar algo errado ou parecer ignorante, pois afinal, não era mais uma graduação, e sim, o Mestrado. Logo nas primeiras aulas e trabalho de campo das professoras Roséli e Adelia, percebi que era completamente diferente. Apesar de sua formação, nunca nos deixaram sentir-se inferiores, exercendo brilhantemente seu papel de seres humanos e professoras. A vocês, meu muito obrigada.

Aos professores Marlon e Fernando, nunca imaginei os professores com um currículo tão extenso e um conhecimento tão grande, sentar conosco, tomar um café no intervalo, sentar nos corredores junto aos alunos para bater um papo; fazer brincadeiras durante a aula e ao mesmo tempo, prender a nossa atenção. Nos proporcionaram tanto conhecimento e nos trataram de igual para igual, sendo que muitos colegas de trabalho não possuem a mesma humildade que vocês. Obrigada por me ensinarem para a vida!

Agradeço especialmente ao meu professor orientador Dr. Marlon Clóvis Medeiros, pela orientações, conselhos, pela preocupação comigo, não somente como mestrandas mas como ser humano, que também tem seus problemas e fragilidades; pela compreensão durante a realização da minha pesquisa, por ser além de professor, um ser humano incrível e preocupado, não somente com o processo de ensino aprendizagem dos seus alunos, mas com todo o contexto que envolve nossas vidas fora de sala de aula. Meu muito obrigada, de coração, e que Deus continue te abençoando nesta nobre e brilhante profissão.

Agradeço também aos professores Carlos Cassemiro Casaril e Luciano Zanetti Pessoa Candiotta, que contribuíram para a minha formação através de palestras e Seminário de Dissertação. Meu muito obrigada!

Ao meu amigo e colega Luis Paulo Monteiro, por me orientar, auxiliar e aconselhar na primeira disciplina do Mestrado e por me apresentar a UNIOESTE. Muito obrigada!

Aos meus amigos e colegas, que sempre me apoiaram e ajudaram no que foi necessário, sem medirem esforços para que eu chegasse até aqui. Muito obrigada!

Um agradecimento especial também aos funcionários do Incra, por me fornecerem as informações, documentos, relatos e os trabalhos realizados pela empresa VPC/Brasil, a qual realizou uma pesquisa detalhada em alguns dos assentamentos onde foram realizadas as entrevistas.

Um agradecimento especial também à direção e aos colegas das escolas onde trabalho: Colégio e Pré-vestibular Expressivo, Escola de Ensino Fundamental Toldo Velho e Escola de Ensino Fundamental Professora Serenita Fátima Carlesso da Silva, que mesmo me ausentando não mediram esforços para que fosse possível. Serei eternamente grata.

À UNIOESTE, à Coordenação do Mestrado em Geografia, ao colegiado do curso de Geografia, à Andréia e à Paula que sempre estiveram prontas a nos auxiliar e tirar todas as dúvidas possíveis.

A todos, o meu muito obrigada! Que Deus me ilumine para continuar minha jornada universitária almejando sempre algo maior.



## RESUMO

A dissertação a seguir faz uma análise sobre os reais motivos que levaram muitos agricultores familiares dos assentamentos rurais do Município de Abelardo Luz, no Oeste de Santa Catarina venderem ou arrendarem suas terras recebidas do Incra na Reforma Agrária, haja vista as dificuldades enfrentadas por estas pessoas para a conquista delas. Para tanto, realizou-se um estudo teórico sobre o mercado e o preço de terras no Brasil, em Santa Catarina e no município de Abelardo Luz, sobre conflitos pela posse da terra no âmbito nacional, estadual e municipal. Para embasar o estudo histórico e o levantamento de dados, foi realizado questionários, aplicados em cinco assentamentos que foram formados em décadas e fases diferentes. O preço de terras pode ser considerado um fator determinante para a venda das terras, tanto pelos fazendeiros, Incra, quanto pelos assentados. Além do fator preço é possível perceber também que a idade avançada dos assentados, falta de incentivos financeiros, relevo, tipo de solo ruins, falta de recursos próprios para investir na propriedade, entre outros, influenciaram na venda ou arrendamentos das terras nos assentamentos rurais do município de Abelardo Luz - SC.

**Palavras-Chave:** Preço da terra; assentamentos rurais; arrendamento de terras; agricultura e mercado de terras.

## **ANALYSIS OF THE CAUSES OF LEASE OR SALE OF LAND IN RURAL SETTLEMENTS OF ABELARDO LUZ COUNTY- SC**

### **ABSTRACT**

This paper analyses the real reason that made lots of farmers from the rural settlement of the city of Abelardo Luz in the west of the state of Santa Catarina sell or lease their lands that were given from INCRA and were hard to obtain. Thus, we made a study over the price market of the lands in Brazil, in the state of Santa Catarina and in the city of Abelardo Luz. We also studied the conflicts over the possession and the raise of data through a questionnaire applied in five settlements that were established in different decade and period. The price of the lands may be considered an important factor to the sale of the lands both to the farmers as well as to the settlement. Besides the price of the lands, it is possible to observe that the age, lack of financial incentive, relief, bad soil and lack of their own resources to invest in the land influenced in the sale or lease in this area.

**Key words:** Land price; rural settlements; land leasing; agribusiness and land market.

## LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Mapa de localização do Brasil .....	18
Mapa 02: Mapa da microrregião geográfica de Xanxerê.....	53
Mapa 03: Localização do estado de Santa Catarina e do município de Abelardo Luz – SC .....	59
Mapa 04: Localizações dos assentamentos pesquisados.....	73
Mapa 05: Localização do assentamento Juruá .....	85

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Preço de terra nua para uso agrícola em Santa Catarina, levantados no 4º trimestre do ano de 2009-2016 .....	33
Tabela 02: Planilha de preços referenciais para o MRT - Xanxerê .....	34
Tabela 03: Municípios criados em 1991 em Santa Catarina .....	50
Tabela 04: Municípios criados em 1992 em Santa Catarina .....	51
Tabela 05: Assentamentos no município de Abelardo Luz.....	66
Tabela 06: A origem dos assentamentos .....	71
Tabela 07: Produção das famílias assentadas.....	72
Tabela 08: Tipo solo.....	76
Tabela 09: Formas de abastecimento de água no Papuan I.....	78
Tabela 10: Uso do solo no assentamento Papuan I.....	78
Tabela 11: Classes de relevo e de declividade existentes no imóvel.....	96
Tabela 12: Descritiva dos solos.....	97

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Dinâmica da cobertura e uso da terra no Brasil - 2014.....	19
Gráfico 02: Estrutura fundiária Brasil 2012.....	23
Gráfico 03: Lotes/famílias nos assentamentos entrevistados.....	38

Gráfico 04: Décadas de formação dos assentamentos em Abelardo Luz .....	40
Gráfico 05: Lotes/famílias assentadas Papuan I .....	77
Gráfico 06: Período de venda dos lotes .....	
Gráfico 07: Forma de produção das terras.....	82
Gráfico 08: Período de venda dos lotes .....	86
Gráfico 09: Lotes/famílias assentadas no Juruá.....	87
Gráfico 10: Forma de produção das terras.....	88
Gráfico 11: Lotes/famílias assentadas José Maria .....	92
Gráfico 12: Período de venda dos lotes .....	93
Gráfico 13: Forma de produção das terras.....	94
Gráfico 14: Lotes/famílias assentamento Nova Aurora .....	98
Gráfico 15: Período de venda do lotes .....	99
Gráfico 16: Lotes/famílias assentamento Maria Silveston .....	103
Gráfico 17: Formas de produção do assentamento Maria Silveston .....	104
Gráfico 18: Comparação da situação atual dos assentamentos onde foi realizado a pesquisa.....	112

### **LISTA DE QUADROS**

Quadro 01: Principais desmembramentos territoriais de Santa Catarina. ....	49
Quadro 02: Tipos de solo. ....	52
Quadro 03: Ocupações dos latifúndios em Abelardo Luz entre 1985 e 1986.....	62
Quadro 04: Fases e características dos assentamentos. ....	67
Quadro 05: Quadro comparativo entre os assentamentos pesquisados. ....	108

### **LISTA DE IMAGENS**

Imagem 01: Localização do assentamento Kid entre Abelardo Luz e Ipuaçú. ....	70
Imagem 02: Margens do rio.....	75
Imagem 03: Topo de morro. ....	75
Imagem 04: Margem do rio e áreas de preservação ambiental .....	81
Imagem 05: Implantação de unidade demonstrativa pomar doméstico.....	84
Imagem 06: Implantação de unidade demonstrativa pastoreio racional Voisin.....	84
Imagem 07: Relevo do assentamento José Maria .....	90

Imagem 08: Nova unidade escolar do assentamento José Maria .....	91
Imagem 09: Relevo do assentamento Nova Aurora.....	98
Imagem 10: Implantação de unidade demonstrativa pastoreio. ....	100
Imagem 11: Travessia de balsa que dá acesso ao assentamento Mari Silveston .....	101

### LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Croqui de localização do Papuan I.....	74
Figura 02: Situação do assentamento em relação à microbacia do rio vermelho. ....	77
Figura 03: Croqui de localização do assentamento José Maria .....	89
Figura 04: Localização do assentamento Nova Aurora.....	95
Figura 05: Vista geral do relevo onde está inserido o assentamento. ....	96
Figura 06: Planta de localização do assentamento Maria Silveston.....	1011

### LISTA DE SIGLAS

AMAI	Associação dos Municípios do Alto Irani
AMMOC	Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense
AMAUC	Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense
CCU	Contrato de Concessão de Uso
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
GEE	Grau de Eficiência de Exploração
GUT	Grau de Utilização das Terras
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MST	Movimento dos Sem Terra
MRT	Mercado Regional de Terras
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
PA	Projeto de Assentamento
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PPR	Planilha de Preços Referenciais
PRV	Pastoreio Racional Voisin
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SNCR	Sistema Nacional de Cadastro Rural
TODA	Título da Dívida Agrária
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO 1 .....</b>	<b>18</b>
1.1 MERCADO DE TERRAS NO BRASIL.....	18
<b>CAPÍTULO 2 .....</b>	<b>47</b>
2.1 CONFLITOS POR TERRAS.....	47
2.2 MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ .....	58
<b>CAPÍTULO 3 .....</b>	<b>69</b>
3.1 ASSENTAMENTOS ESTUDADOS .....	69
3.1.1 Assentamento Papuan I - 1986 .....	74
3.1.2 Assentamento Juruá - 1995 .....	85
3.1.3 José Maria – 1997.....	89
3.1.4 Assentamento Nova Aurora - 1999 .....	95
3.1.5 Assentamento Maria Silveston - 2002.....	101
3.2 INFORMAÇÕES COLETADAS NO INCRA.....	104
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>113</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>119</b>
<b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AO PÚBLICO-ALVO.....</b>	<b>124</b>
<b>APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AO FUNCIONÁRIO DO INCRA .....</b>	<b>128</b>

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objetivo identificar quais os motivos que levaram os agricultores familiares dos assentamentos do Município de Abelardo Luz, no Oeste de Santa Catarina venderem ou arrendarem suas terras, haja vista que estas terras foram conquistadas pelos primeiros moradores com muita luta e dificuldade.

Abelardo Luz faz parte da “Região do Contestado” que foi um território inicialmente disputado entre o Brasil e a Argentina tendo o Brasil ganho de causa e, também tem sido um território de disputa entre os estados de Santa Catarina e Paraná. (REYDON, ESCOBAR E BERTO, 2007, p.09).

Entrevistas realizadas apontam na realidade para duas situações bem distintas em termos de ocupação do município de Abelardo Luz, identificadas como região ao norte do Rio Chapecó e região ao sul do Rio Chapecó (REYDON, ESCOBAR E BERTO, 2007, p.09).

A região ao norte, apresenta uma ocupação bem diferenciada. Em 1985 havia apenas 21 grandes propriedades com 15 proprietários se constituindo grandes latifúndios onde quando muito se desenvolvia extensivamente a pecuária de corte. (REYDON, ESCOBAR E BERTO, 2007, p.09).

Esta concentração de terras está diretamente relacionada com a doação de terras principalmente a ex-militares pelo governo do Paraná, sendo que após a criação de novos municípios, passa a constituir o município de Abelardo Luz.

O município possui, hoje, um número significativo de assentamentos. São 22 assentamentos que perfazem uma área total de 20.350,11 hectares e contemplam 1.221 famílias, porém com capacidade de assentar 1.418 famílias.

Tendo em vista a extensão e a quantidade de assentamentos no município de Abelardo Luz, no Oeste de Santa Catarina, foram utilizados alguns critérios para a escolha: primeira é a data de criação e segundo, a fase e as características.

Dos 22 assentamentos, foram analisados somente cinco para o desenvolvimento desta pesquisa que são os seguintes: Assentamento Papuan I (14/01/1986) e Juruá (21/12/1995), assentamentos consolidados que, segundo dados do Incra, “é quando as obras previstas estejam concluídas (residências, estradas, rede de energia, etc.) e pelo menos 50% dos beneficiários tenham recebido o título de domínio da terra”.

O assentamento José Maria, (06/11/1997), possui o maior número de famílias assentadas, são 270, porém foram entrevistadas 43 famílias aleatoriamente e o assentamento Nova Aurora, (08/11/1999), ambos são assentamentos criados, que conforme dados do Incra é feita por meio de portaria, publicada no Diário Oficial da União, na qual constam a área do imóvel, a capacidade estimada de famílias, o nome do projeto de assentamento e os próximos passos que serão adotados para assegurar sua implantação.

O assentamento Maria Silveston (23/03/2002) está em fase de instalação, “onde ocorre a divisão de lotes através de sorteio, instalação das famílias e primeiros créditos para a aquisição de ferramentas e insumos para o plantio de alimentos - para a segurança alimentar”.

A pesquisa por sua vez é de extrema importância para compreender todo este processo, pois será possível identificar como foram distribuídos os lotes, a quem pertenciam aquelas terras antes de serem compradas e redistribuídas pelo Incra, as principais diferenças e semelhanças entre os cinco assentamentos pesquisados, haja vista que foram fundados em décadas e fases de formação diferentes, e identificar também as principais dificuldades enfrentadas pelos assentados após o recebimento do documento de concessão de uso da terra.

O embasamento teórico terá como base para análise os seguintes autores Ignácio Rangel (1986), Ludwig Eistein Agurto Plata (2001/2006), Juvenir de Mello (2017), José Sidnei Gonçalves (1999), Guilherme Costa Delgado (2010), dados do Incra, IBGE e Mercado Regional de Terras. Para identificar qual a influência dos fatores históricos, políticos e socioeconômicos no preço de terras no Brasil e na região, e para identificar os conflitos por terras no âmbito nacional, estadual e municipal os seguintes autores: Victor Antônio Peluso Junior (1991), Carlos José P Pererira e Antonio Carlos Fredo (2007), Oswaldo Cabral (1970), Carlos José Espindola (1996), Teresa Kleba Lisboa (1997), dados da pesquisa da empresa VPC/ Brasil e do Incra.

Para melhor e maior aprofundamento das informações, a metodologia de trabalho foi organizada da seguinte forma: levantamento bibliográfico acerca da temática analisada; leituras, reflexões e fichamentos das respectivas bibliografias; coleta de dados no Incra (documentos, livros e entrevistas) e na Prefeitura Municipal do Município de Abelardo Luz -SC; coleta de dados através de entrevistas nos cinco assentamentos escolhidos; análise e tabulação dos dados coletados.



No primeiro capítulo, abordaremos os debates teóricos de alguns autores que tratam sobre o mercado de terras no Brasil, bem como a dinâmica do valor de terras, sua relação com Agronegócio, o valor das terras e o Mercado Regional de Terras.

No segundo capítulo, busca-se trazer um contexto mais aprofundado do município de Abelardo Luz – SC, bem como os conflitos de terras num âmbito nacional, estadual, regional e municipal com dados e informações acerca deles e sua influência no processo de formação dos assentamentos.

No terceiro capítulo, traremos o estudo realizado nos cinco assentamentos tais como: condições naturais, condições produtivas, arrendamento e venda de terras. E por fim serão apresentados os dados coletados e as conclusões encontradas a partir do estudo.

## CAPÍTULO 1

### 1.1 Mercado de terras no Brasil

O capítulo a seguir tem como objetivo analisar teoricamente como se desenvolveu o mercado de terras no Brasil, partindo do pressuposto que a oscilação do seu preço pode estar relacionada a fatores econômicos, créditos agrícolas, aumento das exportações, incentivo das cooperativas, bem como os acontecimentos históricos na economia brasileira ao longo do tempo, além dos fatores locais que estão vinculados a localização da terra, tipo de solo, tipo de relevo, condições naturais da região, entre outros.

O Brasil está localizado na América do Sul, faz fronteira com 10 países e possui uma área total de 8.515.767,049 km<sup>2</sup>, sendo que devido a sua extensão territorial possui uma densidade demográfica de 23,8 habitantes por quilômetros quadrados, segundo dados do IBGE.

Mapa 01: Mapa de Localização do Brasil

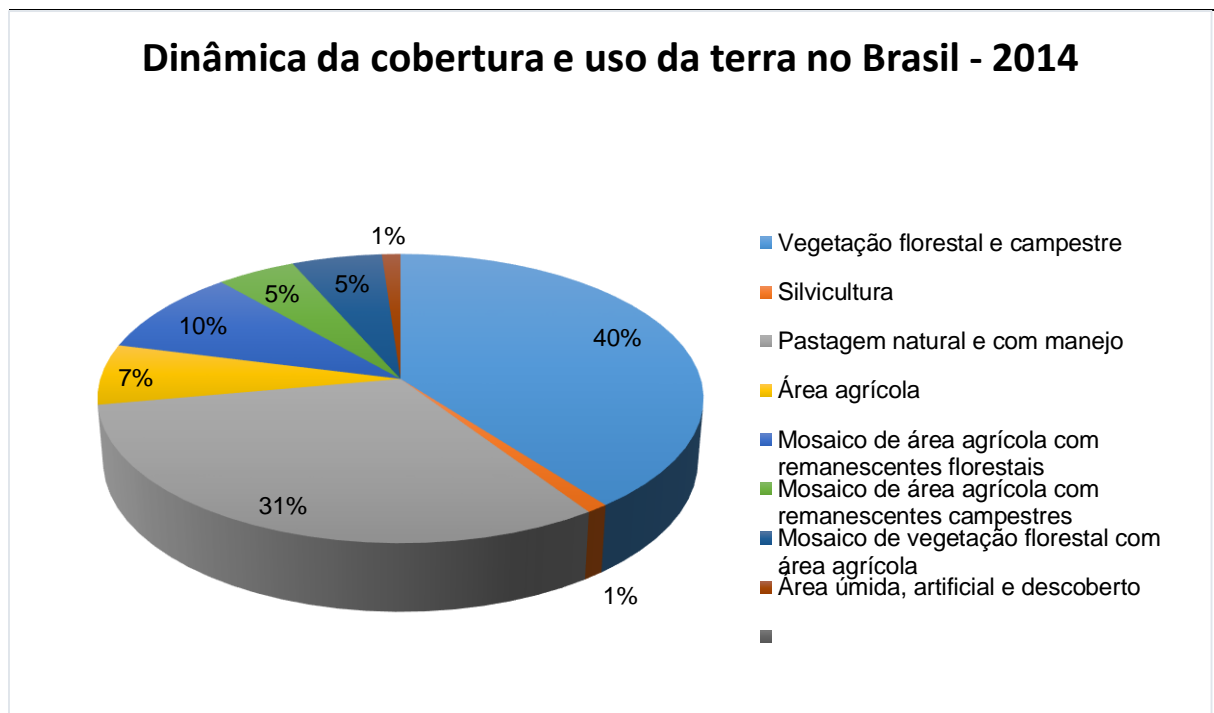


Fonte: IBGE, 2018.

Devido à extensão territorial do Brasil e as condições naturais, como clima, solo e relevo, nosso país sempre se destacou na prática da agropecuária. Atualmente, ocupa o primeiro lugar na produção de café, cana-de-açúcar, laranja e de bovinos, e segundo lugar na produção de soja, terceiro lugar na produção de milho e na criação de suínos e equinos.

Segundo o IBGE (2018), “o Mapeamento Sistemático do Uso da Terra tem como objetivos gerais, o recobrimento do país em termos da classificação dos tipos de uso, a análise dos impactos e a definição dos indicadores da qualidade ambiental. Indica também a distribuição geográfica da tipologia de uso, identificada por meio de padrões homogêneos da cobertura terrestre. (Gráfico 01).

Gráfico 01: Dinâmica da cobertura e uso da terra no Brasil - 2014



Fonte: IBGE, 2014. Elaborado pela autora.

Como é possível observar no gráfico acima, o Brasil possui 40% de seu território coberto por vegetação florestal e campestre; 1% de silvicultura; 31% de pastagens naturais e com manejo; 7% de área agrícola; 10% de mosaico de áreas agrícolas com remanescentes florestais; 5% mosaico de áreas agrícolas com remanescentes florestais campestres; 5% mosaico de vegetação florestal com área agrícola e 1% corresponde as áreas úmidas, área descoberta e artificial.

A partir dos dados apresentados é possível perceber que as áreas agrícolas são bem inferiores às áreas de vegetação e, mesmo assim, o Brasil se destaca na

prática da agropecuária e, logicamente, dependendo da política nacional atual, essas áreas de vegetação tendem a diminuir para o “avanço econômico” do país.

Dentro da lógica da concentração de terras, ainda existem em muitas regiões brasileiras, inclusive em Santa Catarina, a existência das pequenas propriedades que buscam adaptar-se às novas mudanças para permanecer na terra, sendo que uma dessas adaptações está diretamente relacionada as novas tecnologias que são muito vantajosas, pois podem promover uma maior utilização destas áreas.

Apesar desta busca por melhorias não são todos os pequenos produtores que conseguem adquiri-las, principalmente no que se refere a máquinas e equipamentos, pois muitas vezes não possuem poder aquisitivo suficiente e nem quantidade de terras para dar como garantia na compra deles.

Segundo Freitas (2013, p. 152), “a aquisição de novas tecnologias se dá pelo acesso às políticas públicas, quanto maior o acesso, maior será o nível tecnológico utilizado pelos produtores, pois quase a totalidade das tecnologias adquiridas tanto pelos grandes, quanto pelos pequenos produtores, são financiadas e intermediadas pelas instituições financeiras.

Apesar de existirem essas políticas públicas para a aquisição de tecnologias como máquinas, equipamentos, sementes, fertilizantes, entre outros, existe uma parcela de pequenos agricultores que moram nos assentamentos rurais que devido às condições financeiras e tipo de atividade econômica desenvolvida na propriedade, associada à falta de regularização de terras e também à inadimplência, não conseguem esse tipo de financiamento, devido a quantidade de terras ou não conseguirem pagar o financiamento com o que produzem.

Mesmo com estas dificuldades enfrentadas nas pequenas propriedades, a terra sempre será um patrimônio fixo ou capital fixo que pode, em determinado momento, valorizar ou desvalorizar, dependendo fatores socioeconômicos e políticos, tais como períodos econômicos e fatores locacionais. Porém, é necessário compreender num âmbito geral o que provoca a oscilação no mercado de terras no Brasil.

Segundo Mello 2017 apud. Rangel (1962), o mercado de terras no Brasil, em primeiro momento, foi sendo moldado ao interesse da elite ruralista e do interesse do mercado imobiliário, que foi se consolidando como investimento seguro, pois por mais que ocorresse desvalorização nos seus preços em algum momento, ainda permaneceria sólida e intacta. Ou seja, por mais que a terra se desvalorize, ela não deixa de existir, e continua sendo um investimento seguro, tanto para o mercado

imobiliário como os grandes proprietários rurais que acabam aproveitando-se desta situação para adquirirem mais terras e, conseqüentemente, aumentando sua concentração nas mãos de uma minoria.

O preço da terra como se sabe, é a capitalização da renda territorial, tenderá a declinar, como consequência da mudança da oferta de terra agrícola. Por outro lado, a capitalização resulta da comparação da renda territorial com uma taxa ideal de juros que reflita eficácia marginal do capital fora do setor agrícola. Uma parcela de terra valerá tanto quanto um capital que aplicado noutras atividades, produza um lucro igual a renda da mesma parcela. (RANGEL, 1986, p.19).

Ou seja, não se pode separar a questão agrária e suas especificidades das crises econômicas, ou até mesmo da situação política em que se encontra o país em determinado momento, que ainda, segundo Rangel (1986, p. 75), “a questão da terra no Brasil e no presente estágio de seu desenvolvimento, emergiu especialmente de uma questão financeira”.

Para Rangel (1986, p.76), a solução do problema da terra, portanto, na decisiva medida em que dependa do preço, terá que esperar por algumas mudanças nas condições financeiras da economia nacional, isto é, algo que deverá acontecer fora do setor agrícola.

A terra é um recurso natural necessário às mais diversas atividades econômicas. Na agropecuária, a terra é um dos principais insumos e as características que determinam o comportamento de mercado desse bem são complexas e interligadas. O preço da terra tende a variar conforme comportamento da economia. Dessa forma, fatores como a instabilidade econômica, melhora na infraestrutura ou investimento em uma região, podem resultar em alteração do preço da terra. Entender o comportamento destes preços ao longo do tempo é de grande interesse dos produtores rurais, governo municipal, estadual e federal, investidores, entre outros. (EPAGRI, 2017).

Para Plata e Reydon (2006, p.126), os preços de mercado, por exemplo, guiam os agentes econômicos particulares que atuam no mercado de terras em negócios de compra e venda, são referências para o governo em seus programas de democratização e tributação da terra rural; são utilizados pelas instituições de crédito como um parâmetro para determinar a hipoteca da terra e para direcionar o crédito rural.

Ainda segundo Plata e Reydon (2006, p. 131), o preço da terra está determinado pelas expectativas de rendas produtivas e especulativas que resultam na propriedade da terra. Procuram ainda explicar algumas variáveis que podem ser responsáveis pela dinâmica dessas rendas que determinam o preço da terra, entre as quais se incluem:

O preço da terra rural é determinado no mercado pela dinâmica entre a oferta e a demanda; Demanda para atividades agropecuárias; Infra-estrutura de produção e comercialização; As leis de reserva florestal ou de proteção ao meio ambiente; Grau de fragmentação, quanto menores as propriedades maiores são seus preços; Crescimento da população e variáveis demográficas; A inflação; O imposto sobre a terra rural; O desenvolvimento do sistema financeiro; os custos de transação no mercado de terras; O ambiente socioeconômico e político. (PLATA, REYDON, 2006, p. 131).

Levando em consideração as informações da Epagri (2017) e de Einstein e Plata (2006), os fatores gerais que determinarão a valorização ou não da terra estão relacionados a fatores externos, que não podem ser controlados pelo dono da terra, mesmo sendo grandes proprietários ou o próprio mercado imobiliário.

Os preços da terra rural, dentro de um determinado espaço geográfico, refletem a situação de sua estrutura de mercado, determinada pelo seu entorno socioeconômico e político. Os preços de mercado, por exemplo, guiam os agentes econômicos particulares que atuam no mercado de terras em negócios de compra e venda. (MELLO, 2017, p.126).

Para Rangel (1986, p. 75), o problema da terra, passaria por uma reformulação radical, a parte da terra destinada à produção para o mercado, passará a ser explorada em altas condições tecnológicas.

Ainda segundo Plata (2001, p.50), existem várias razões para explicar o expressivo incremento do preço da terra no processo de modernização da agricultura, que estão descritos a seguir:

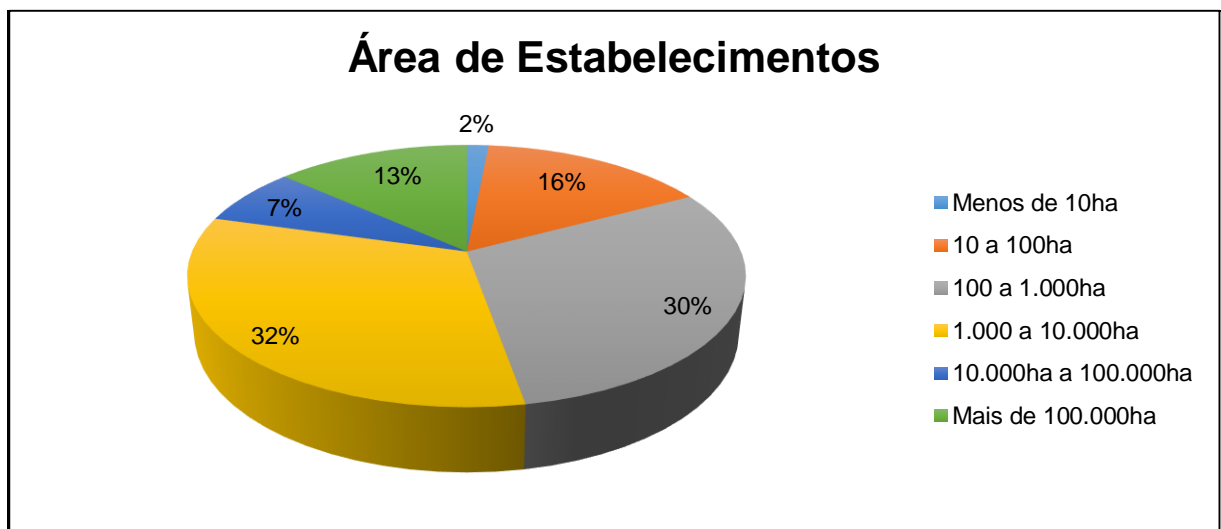
- I: introdução de um conjunto de inovações que aumentou a produtividade das terras;
- II: maior demanda de terras com o propósito de conseguir um tamanho de exploração que permitisse internalizar as vantagens de escala das modernas tecnologias;
- III: grande transferência de recursos para o setor agropecuário, por meio de crédito agrícola subsidiado, que foi desviado para a compra de terras;

IV: implementação de programas de segurança alimentar por parte do Estado, aumentando o preço dos produtos e conseqüentemente o ganho dos produtores;  
 V: o processo especulativo no mercado de terras. (PLATA, 2001, p.50).

Portanto, além dos fatores socioeconômicos e políticos que influenciam no preço da terra, a modernização da agricultura também contribui para que isso ocorra, fator que está relacionado às melhorias nas propriedades, bem como o aumento da produtividade.

No Brasil, há uma grande concentração fundiária que ocorre desde a colonização do Brasil, iniciou com a distribuição das sesmarias a qual era vetado a sua doação a trabalhadores. Para Zeneratti (2017), apud, Prado Júnior (1981), “o latifúndio é produto do capitalismo, portanto, não pode existir sem a propriedade privada, pois o próprio capitalismo a tem como expressão”.

Gráfico 02: Estrutura Fundiária Brasil 2012



Fonte: INCRA/Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, organizado pela autora.

Essa concentração de terras permanece até os dias de hoje. No entanto, o gráfico acima nos evidencia que 2% são áreas menores de 10ha, 16% entre 10ha a 100ha, 30% 1.000ha a 10.000ha, totalizando 79,4% e outros 20% pertencem a latifundiários, ou seja, possuem acima de 10.000ha, o que acaba intensificando ainda mais a desigualdade quanto à distribuição de terras no Brasil. No entanto, vale destacar que essa concentração de terras no Brasil possui raízes históricas. As ocupações de novas áreas estão ligadas diretamente à intensificação das atividades

agropecuárias, sendo que as regiões mais ocupadas estavam localizadas na costa brasileira e a ocupação do interior era pouco significativa.

O território brasileiro passou a ser ocupado nos séculos XVI e XVII no litoral nordestino e em seguida por algumas áreas do litoral do Sudeste. Tendo como primeira atividade econômica praticada pelos portugueses a extração do pau-brasil, e posteriormente estabeleceram a produção da cana-de-açúcar também no litoral devido à proximidade com o oceano para o transporte da mercadoria, onde surgiram os primeiros povoados e núcleos urbanos. (GIRARDI, 2008, p.01).

Neste período inicia-se também o desenvolvimento da pecuária, que tinha como objetivo o fornecimento de carne, força motriz e transporte para a produção açucareira, que mais tarde irá se estabelecer também no Sudeste em menor escala.

Com a diminuição da produção açucareira no século XVIII, inicia-se a ocupação do Norte com a extração das drogas do sertão e a expansão da mineração. Com auge naquele século, foi a alternativa encontrada por Portugal para a exploração da colônia e que propiciou a ocupação do interior de forma pouco densa.

No século XIX, a transformação do Rio de Janeiro em capital, aumentou significativamente a ocupação do território brasileiro, e o segundo componente foi o desenvolvimento da produção de café no Sudeste que teve seu ápice entre meados do século XIX e início do século XX, quando foi a principal atividade econômica do país.

Na região Norte, se desenvolveu a extração da borracha, para onde vários fluxos populacionais, principalmente do Nordeste, acabaram indo. Isso ocorreu devido à decadência da produção açucareira e a seca que afetou significativamente o desenvolvimento da pecuária, o que passou a ser desenvolvida na região Sul.

Com o fim da escravidão negra, ocorrida em 1888, houve o incentivo da vinda para o Brasil de um grande contingente populacional europeu, seguida mais tarde pela imigração japonesa. Para a ocupação da região Sul do Brasil, foi estabelecida a colonização de italianos, alemães e eslavos, nas décadas de vinte e trinta, com o declínio do café ocorre a intensificação da atividade industrial. No entanto, juntamente com a industrialização outras alterações na agricultura também a acompanharam como demanda pela matéria-prima, mão-de-obra e alimentos para a população urbana.

No Brasil, historicamente a agricultura camponesa desempenhou papel crucial para o desenvolvimento das grandes culturas de exportação e das atividades mineradoras, pois garantia a produção de



alimentos para o abastecimento interno. Talvez o caso mais explícito da importância da agricultura camponesa na ocupação do território seja a colonização europeia com base na agricultura camponesa, implantada no sul do país. (GIRARDI, 2008, p.01).

Como descrito por Prado Jr. (1994 [1945]), não havia interesse do grande estabelecimento na produção de excedente de alimentos para a população não agrícola da colônia. A população dos povoados era abastecida por uma agricultura camponesa baseada em pequenos estabelecimentos, que nem sempre conseguia suprir a demanda dos povoados, e por vezes também fornecia alimentos para os grandes estabelecimentos monocultores. O colonato nas lavouras de café também apresentou sistema semelhante, de forma que os imigrantes europeus e japoneses praticavam a agricultura camponesa de autoconsumo nas terras concedidas pelos patrões.

No que diz respeito à posse e propriedade da terra, o território era organizado no sistema de sesmarias, que era a única forma de acesso à terra e isso perdurou até a Independência do Brasil.

Segundo GIRARDI (2008, p. 01): após 1822, a ocupação de novas terras e o seu registro junto às paróquias permitia a sua apropriação, mas este sistema foi proibido com a Lei de Terras de 1850, mesmo ano em que houve a proibição do tráfico negreiro.

O mercado da terra rural no Brasil foi criado com o auxílio do Estado a partir da Lei de Terras de 1850, apresentando, desde seu início, uma série de restrições e limitações que inibiam seu funcionamento normal (Plata, 2001).

Prova disso é seu alto grau de concentração, manifestado na existência de grandes latifúndios improdutivos e de terras usadas como reserva de valor. (REYDON, CORNÉLIO, 2006, p. 33).

Segundo a Lei de Terras nº 601, de 18 de setembro de 1850, fica estabelecida que “toda terra não ocupada até o momento foi declarada pública e ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. ” Devido a essa lei os escravos libertos e os imigrantes não conseguiram ter acesso à terra, porém houve quem se beneficiou após a criação dessa lei a partir de apropriações fraudulentas, falsificação de títulos, que deu origem às terras devolutas, um dos agravantes da situação fundiária atual.

Segundo Mello (2017, p.26), desde a criação da Lei da Terra, em 1850, no Brasil, o preço da terra se associa a dupla funcionalidade. De um lado, pelo setor agrícola, que em determinados momentos, pela demanda de novas áreas produtivas exerce elevação nos preços das terras, por outro lado, existem os agentes imobiliários, que adquirem grandes áreas de terras, sejam elas para produzirem ou apenas para exercerem a função de mercado especulativo.

Segundo Mello, (2017, p. 29), para analisar os aspectos históricos voltados à formação do mercado de terras, deve-se levar em consideração as transformações ocorridas na agricultura brasileira desde 1965, com a criação Sistema Nacional de Crédito Rural, mudanças tecnológicas e transformação de vários setores agrícolas que passaram a se difundir nacionalmente.

O êxodo rural no país acelerou nas décadas de 60 e principalmente 70, que se explica pela combinação de dois fatores a exacerbação dos fatores de expulsão ligados as transformações nas relações de trabalho no campo e, de outro, a ampliação das oportunidades de emprego no setor urbano-industrial em decorrência do forte crescimento da economia. (ROMEIRO, 2004, p. 128).

Segundo Plata (2001, p. 48), a mudança do preço em 1972 dá lugar a dois períodos, 1966 – 1972 (pré-modernização da agricultura) e 1973 -1994 (modernização da agricultura), onde foi introduzido uma série de inovações tecnológicas (novos produtos e processos agrícolas).

A crise internacional disparada pelo choque do petróleo em 1973 e o aumento nas taxas de juros internacionais, revertem o cenário de prosperidade da economia nacional. A inflação disparou e fez com que as taxas de juros internacionais ganhassem expressivos aumentos, elevando a crise econômica no país. (MELLO, 2017, p. 29).

Grandes porções de terras foram vendidas a preços irrisórios ou doadas a empresas privadas para o estabelecimento dos projetos de colonização ou extrativismo florestal e mineral. Grande parte dessas terras serviu para especulação fundiária e estratégia para obtenção ilegal de crédito. (OLIVEIRA, 1995).

Segundo Romeiro (2004, p. 129), na década de 80, houve o agravamento do desequilíbrio do setor público, que levou o governo a promover uma violenta redução da disponibilidade total do crédito rural, entre 1979 e 1984, reduzindo a disponibilidade de crédito rural, afetando todos os proprietários.

Neste sentido, o preço da terra acaba desvalorizando entre 1981 e 1983, e em 1987, levando alguns pequenos proprietários, ao invés de venderem, tornaram-se compradores das terras e também permitiu aqueles que não tinham, comprá-las.

Para os grandes proprietários, segundo Romeiro (2004, p.29), “o risco de manter terras produtivas abandonadas à espera de valorização aumentou, o grande proprietário descapitalizado passou a viver na terra sob diversas formas de contrato, com parcerias e arrendamento”. Essa preocupação em produzir nas terras era principalmente para que elas não fossem ocupadas pelo movimento dos Sem Terras.

No entanto, para alguns grandes proprietários de terras improdutivas devido a sua desvalorização neste período, muitos nem se importavam com a ocupação de grupos de Sem Terras. Pelo contrário, com a desapropriação, por parte do Incra, eles poderiam ganhar o valor real da terra e sem contar que “conseguiriam vender e receber” e investir em outra atividade econômica.

Outro fator que deve ser levado em consideração na década de 80 é a urbanização do Brasil, que influenciou muitas famílias a venderem suas terras e migrarem para a cidade. Muitas, por não possuírem conhecimento com relação a terra, outras por buscarem um emprego assalariado o que permitia ter um ganho mensal sem depender dos aspectos físicos tais como: seca, chuvas em excesso, entre outros.

A expectativa de hiperinflação, em 1993, a crise política de 1992 (impeachment do Presidente Collor) e a incerteza relativa à implementação do Plano Real, fizeram com que os agentes econômicos procurassem ativos reais. Entre 1993 e 1994, o preço da terra cresceu rapidamente. (PLATA, 2001, p. 55).

No decorrer dos anos de 1980/90, na medida em que foram ocorrendo essas reduções drásticas nos créditos financeiros para o setor agrícola e diante do aumento nas taxas de juros, gerou endividamentos de elevada proporção principalmente para os pequenos e médios produtores rurais. Desde 1995, a aceleração da política fundiária no Brasil (Reforma Agrária, Cédula da Terra, Banco de Terras) vem interagindo crescentemente com a dinâmica do mercado de terras em razão das operações de desapropriação para a reforma agrária e das compras para o Programa Cédula da Terra. (SILVA,1997).

Segundo Plata (2001, p. 49), o autlier (valor máximo) divide o período de 1973-1994 em dois: 1973-1985 (modernização com relativa estabilidade dos preços da terra) e 1987-1994 (instabilidade dos preços da terra), que estaria associada à política

de estabilização do Plano Cruzado que congelou os rendimentos dos ativos financeiros, e aumentou a liquidez dos ativos reais. Entre eles, os rurais vendo a demanda especulativa pela terra crescer significativamente.

Em 1994, o preço dos diferentes tipos de terras cresceu no país atingindo um patamar bastante elevado (acima do patamar dos anos 1970). Com o fim da inflação associado à recessão provocada por políticas restritivas de consumo e de crédito, particularmente para a agricultura em meados de 1994, o preço da terra começou a apresentar uma queda bastante sustentada de seus preços. (REYDON et al, 2006, p. 155).

Segundo Gonçalves (1999, p.226), o Plano Real estancou essa sangria dos salários mais baixos, possibilitando, portanto, um incremento nos níveis nutricionais com a aquisição de maiores quantidades de alimentos e diversificação da cesta básica, registrando-se maior consumo de frutas, entre outros produtos.

O Plano Real teve impactos da maior importância sobre os mercados de terras rurais devido à política de altas taxas de juros. Ocasionalmente expectativas pessimistas de ganhos produtivos com a terra e a redução drástica da inflação fez com que a terra rural perdesse seu atrativo comparativamente a outros ativos reais e financeiros, como reserva de valor e como ativo especulativo. (REYDON, et al, 2006, p. 155). Este impacto causado pelo Plano Real, provocou a redução no preço da terra, pois reduziu também as rendas esperadas na utilização especulativa da terra rural.

Segundo afirma Plata (2001, p.50), “Já em 1995, ocorre uma rápida redução dos preços da terra, que estaria associada a política macroeconômica da estabilização implementada pelo plano real e outros fatores tais como reforma agrária, pressão pela terra realizada pelo MST e o Imposto territorial rural, ajudaram na redução dos preços.

Os resultados do programa de reforma agrária até 1994 são inexpressivos frente à dimensão do problema agrário brasileiro em que milhões de famílias sem ou com pouca terra vivem em condições que oscilam entre a pobreza e a miséria. Até 1994, em torno de 300 mil famílias foram beneficiadas pelo governo Federal e pelos órgãos estaduais de terra em projetos de reforma agrária e de colonização. (PLATA, REYDON, 2006, p.17).

Entre dezembro de 1994 e dezembro de 1996, o preço real da terra de lavoura caiu aproximadamente 46%, fazendo com que este se encontrasse novamente no patamar mais baixo, pós-modernização dos anos 1970. Estendendo esse período até

dezembro de 1998, os preços da terra de lavoura caíram 50%. (REYDON, et al, 2006, p. 155).

A partir de 1994, apresentaram-se condições políticas favoráveis para realizar modificações importantes para aumentar a eficiência do mercado de terras, graças ao compromisso efetivo do Poder Executivo de intervir nesta realidade. Em grande medida, resultado da forte pressão social que se consolidou na “Marcha dos Sem Terra” de abril de 1997. (PLATA, REYDON, 2006, p.17).

Para Plata (2001, p. 55), durante o Plano Real, no período de 1995-1999, o preço da terra retorna a uma tendência decrescente. Entre 1987-1994 e 1995-1999, o preço real das terras de lavouras diminui na Região Sul 40,4% e o preço das terras de lavouras, campos, pastagens e matas do Brasil 53,5%, sendo as maiores no Sul e Centro-oeste.

Diante das desigualdades sociais e a crise econômica, a ocupação de terras neste período, passa a ser uma opção de sobrevivência que vem sendo feito pelas camadas mais pobres; pelos pequenos proprietários e desprovidos de terra tanto da cidade quanto da área rural, que ocuparam terras públicas, em litígio e ociosas, o que levou obrigatoriamente o Incra a desapropriar as terras ocupadas.

Com a queda no preço delas, a forte pressão dos movimentos sociais, o Incra iniciou o processo de desapropriação com indenização de várias propriedades para utilizá-las para a Reforma Agrária. Muitos donos de grandes propriedades viram a oportunidade de venderem suas terras por um valor do qual não sairiam perdendo,

Em algumas regiões, essas ocupações são desejadas pelos proprietários, pois o valor pago pelas expropriações, fruto do acordo com o Incra, tem sido mais elevado que aquele conseguido no mercado de terras, pelo fato delas terem apresentado uma queda muito acentuada em seus preços desde o Plano Real. (REYDON, GUEDES, 2006, p. 43).

A expectativa para o ano de 2000, segundo Plata (2001, p.58), era que o preço da terra se elevasse, mantendo sua relativa estabilidade dada a retomada do crescimento da economia e a baixa da taxa de juros, o que coloca melhores condições para o financiamento da atividade agropecuária, bem como a desvalorização da taxa de câmbio de janeiro de 1999, o que proporcionou maior competitividade aos produtos agrícolas de exportação.

Delgado (2010), também se propõe explicar integradamente três movimentos de um processo determinado, que assume protagonismo na economia brasileira dos

anos 2000, a ponto de praticamente configurar em uma década o perfil dominante no comércio exterior, com repercussões para o sistema econômico.

O primeiro movimento é a forte expansão em termos de comércio exterior, pautada pelo crescimento das exportações primárias e perda relativa das exportações manufatureiras. (DELGADO, 2010, p.112).

O segundo movimento é a reestruturação de um virtual pacto de economia política depois da crise cambial de 1999, de sorte a articular a acumulação de capital no setor rural como política de Estado: a expansão das cadeias agroindustriais, do sistema de crédito público e do mercado de terras, coletânea à expansão dos mercados mundiais de 'commodities'. (DELGADO, 2010, p.112).

E o terceiro, é a forma como o sistema econômico produz e extrai excedente econômico pelo setor primário. O conceito a se recuperar nesse contexto é o da renda fundiária. No seu sentido clássico de lucro extraordinário que a propriedade de terras, jazidas minerais, águas e campos petrolíferos confere aos detentores desses recursos naturais. (DELGADO, 2010, p.112).

Ainda segundo Delgado (2010, p. 118), a partir dos anos 2000 a política monetária põe em curso um processo contínuo de recuperação do crédito rural bancário, a ponto de crescer em uma década (2000 a 2010) - 162% em valor real, equivalente a uma taxa pouco acima dos 10%.a.a.

Outro fator destacado por (PLATA, REYDON, 2006, p.6), "a elevação do preço das terras no Brasil foram também o resultado da reforma agrária, que aumentou a liquidez da terra, incentivando a dinâmica de seu mercado, pois muitos beneficiários não tinham recursos para manter a mesma e acabaram vendendo e fomentando um processo de reconcentração da terra".

Este processo citado pelos autores, pode acontecer novamente, no que diz respeito às terras dos assentamentos pesquisados, haja vista que após o acesso à titulação dela fica permitido sua venda. Porém, dentro dos critérios pré-estabelecidas pela Medida Provisória 759 (2016), os quais famílias possuem um determinado período de uso para depois vendê-las ou fazerem o que quiserem.

Estes dados colocam em evidência os grandes problemas com os que terão que se defrontar tanto os beneficiários da reforma agrária quanto o Estado. A propriedade da terra é apenas uma condição necessária para a atividade agropecuária, junto a ela o Estado por meio das políticas públicas deve dar as condições para que os assentados tenham acesso a outros mercados como o de crédito, produtos, insumos e tecnologia. A distribuição da terra é apenas o primeiro

passo na tentativa de que os pobres do campo tenham uma oportunidade de vida mais digna. (PLATA, REYDON, 2006, p. 19).

Segundo FERRO e CASTRO (2013, p. 607), “ um aumento da produtividade levaria a um acréscimo da renda obtida com a terra, além de atrair mais produtores e indústrias, elevando a demanda por este fator e valorizando a terra”.

Ou seja, o poder de compra das pessoas está vinculado ao desenvolvimento econômico delas, pois é necessário capital financeiro para a aquisição de terras, se por ventura a safra anual não tiver um bom rendimento, conseqüentemente, não haverá investimentos na compra de novas áreas.

Segundo Mello (2017, p. 36), é a partir do ano 2000, com a retomada de crescimento na economia, taxas de juros menores para financiamentos agrícolas e aumento nas exportações, que se proporcionou o reestabelecimento do mercado de terras no país.

Nesse mesmo período, entre os anos de 2000 a 2015, as áreas de lavouras expandiram em milhões de hectares destinadas ao setor agrícola. O uso de altas tecnologias em equipamentos e máquinas, proporcionando maior produtividade em um menor espaço de área plantada, gerou uma nova oportunidade para o setor agrícola brasileiro, que passou a competir novamente no mercado agroexportador. (MELLO, 2017, p.32).

Segundo Mello (2017, p. 32) apud. FAO (2015), o Brasil tem apresentado um grande desempenho na produção agrícola de 2000 para o ano de 2015. A produção agrícola mais do que dobrou em volume, comparada ao nível registrado em 1990 e a pecuária praticamente triplicou sua produtividade, possibilitando ao país um avanço significativo nas exportações relacionadas ao setor da agricultura e das indústrias agroalimentares. Esses aspectos fizeram o setor agrícola crescer rapidamente transformando o agronegócio brasileiro no decorrer de 2000 em um grande fornecedor de alimento no âmbito mundial.

Para José Sidnei Gonçalves (2005), o crédito foi um elemento fundamental para o desenvolvimento agrícola brasileiro, o que possibilitou, de forma plena, a inserção da agricultura na lógica de financeirização, alavancando investimentos para a expansão da produção dentro da lógica capitalista globalizada.

Essa disponibilidade maior de recursos para o setor agrícola, segundo Delgado (2012), aumentou a generosa irrigação de crédito subvencionado, em contrapartida, alavancou as exportações das commodities agrícolas.

Nesta mesma direção, Padilha (2014), conclui que a elevação de recursos para os produtores e as cooperativas agrícolas, tiveram um aumento entre 63% em valores reais entre os anos de 2000 a 2006.

Essa evolução do crédito agrícola no Brasil, desde 2003 até meados de 2015, destinado principalmente à agricultura familiar, através do PRONAF, proporcionou um fortalecimento em recursos para o desenvolvimento da pequena e média propriedade agrícola. (MELLO, 2017, p.39).

Nesse sentido, nesta última década, é possível observar o aumento do preço da terra pela melhoria da agricultura, o que tornou novamente atrativo o investimento em terras e que pode ser um incentivo para os assentados com poucos recursos para a produção venderem ou arrendarem suas terras, ou até mesmo, famílias não assentadas comprarem elas dentro dos próprios assentamentos rurais.

## **1.2 Preço de Terras no Município de Abelardo Luz**

O levantamento de preços de terras agrícolas em Santa Catarina é um trabalho realizado anualmente pelo Epagri/Cepa, desde 1997 e apresenta resultados por município, para sete classes de terra, a saber:

1 - Terra de várzea sistematizada - Terra de várzea, nivelada e entaipada, com canais de irrigação e drenagem, pronta para o cultivo do arroz irrigado. 2 - Terra de várzea não sistematizada - Planície normalmente fértil, cultivável, e que apresenta potencial para ser sistematizada. 3 - Terra de primeira - Terra mecanizável e de boa fertilidade ou terra de várzea que não apresenta potencial para ser sistematizada. 4 - Terra de segunda - Terra mecanizável de baixa fertilidade ou terra de boa fertilidade, mas com dificuldade para mecanização. 5 – Terra de terceira – Áreas de topografia acidentada, impróprias à exploração de lavouras temporárias, lavouras permanentes e pastagem. Uma das poucas alternativas de exploração econômica é a implantação de reflorestamento. 6 – Terra de campo nativo - Terra de campo nativo, cuja principal característica é o solo raso ou pedregoso. 7 – Terra para servidão florestal – áreas cobertas de vegetação nativa primária (mata virgem) em estágio médio (capoeiras) ou avançado (capoeirão) de recomposição. (EPAGRI – CEPA/SC, 2017).

Na tabela abaixo, é possível identificar o preço da terra nua para uso agrícola em Santa Catarina. Estes dados foram levantados no 4º trimestre do ano de 2009 –



2016, levando em consideração a classe de terra em determinado local, o qual pertence também o município de Abelardo Luz.

Tabela 01: Preço da terra nua para uso agrícola em Santa Catarina, levantados no 4º trimestre do ano 2009 - 2016. (Preço nominal R\$/ha).

Classe de terra	2009			2016		
	Preço mínimo	Preço mais comum	Preço máximo	Preço mínimo	Preço mais comum	Preço máximo
Terra campo nativo	10.000,00	12.000,00	15.000,00	...	...	...
Terra de primeira	21.300,00	24.000,00	27.000,00	40.000,00	50.000,00	60.000,00
Terra de Segunda	12.000,00	15.000,00	19.000,00	30.000,00	37.500,00	45.000,00
Terra para servidão florestal (reserva legal)	5.000,00	6.000,00	7.000,00	12.300,00	20.000,00	24.000,00

Fonte: EPAGRI – CEPA/SC (2017).

Para o estado de Santa Catarina, conforme mostra a tabela 01 acima, são utilizadas quatro classes: Terra de campo nativo, terra de primeira, terra de segunda e terra de servidão florestal, que possuem variação de preços entre mínimo, comum e máximo.

É possível perceber também, na tabela acima, que as terras no estado de Santa Catarina tiveram uma valorização significativa de 2009 a 2016, e isso está relacionado ao crescimento das atividades agropecuárias, inovações tecnológicas que acabam melhorando a qualidade do solo, entre outros fatores.

Os preços das terras são valores referenciais do município, por isso, estão sujeitos a grandes variações, principalmente, devido à localização do imóvel, topografia e qualidade do solo, grau de aproveitamento agrícola, etc. Não está entre os objetivos, informar preços de terras para balizar negócios com terras ou referenciar arbitragens. (EPAGRI/SC, 2017).

Para a elaboração da Planilha de Preços Referenciais (PPR), foram utilizados os valores médios em cada tipologia após a eliminação dos valores atípicos Abelardo Luz ficou com a seguinte classificação:

Tabela 02: Planilha de preços referenciais para o MRT-Xanxerê.

Tipologias	Nº de elementos (*)	Média (R\$/ha)	Campo de arbítrio (R\$/ha)	
			Limite Inferior	Limite Superior
Uso indefinido (média geral do MRT)	125	32.567,60	4.132,23	91.859,50
1º nível categórico				
Agricultura	57	43.600,71	9.917,36	72.520,66
Pecuária	14	26.503,49	10.080,00	58.441,56
Mata	5	9.544,59	4.132,23	12.086,78
Silvicultura	14	17.146,46	7.438,02	29.752,07
Exploração Mista	32	22.576,27	7.438,02	49.923,64
2º nível categórico				
Agricultura de Alta Produtividade	40	51.451,40	24.173,55	72.520,66
Agricultura de Média Produtividade	11	30.298,21	12.272,73	56.997,12
Agricultura de Baixa Produtividade	5	12.721,26	9.917,36	21.130,43
Pecuária com pastagem de alto suporte	4	41.263,28	24.793,39	58.441,56
Pecuária com pastagem de baixo suporte	9	18.053,71	10.080,00	34.710,74
Exploração Mista (Lavoura+Pecuária)	18	28.530,37	7.438,02	63.000,00
Exploração Mista (Lavoura+Silvicultura)	6	21.307,30	8.832,64	34.533,65
Exploração Mista (Pecuária+Silvicultura)	5	15.469,27	9.767,09	22.314,05
Exploração Mista (Lavoura+Pecuária+Silvicultura)	4	16.675,96	7.943,51	33.842,98
3º nível categórico				
<b>Agricultura de alta produtividade (Abelardo Luz)</b>	<b>10</b>	<b>56.659,84</b>	<b>54.593,42</b>	<b>58.726,26</b>
Agricultura de alta produtividade (Faxinal dos Guedes)	3	62.978,39	53.531,63	72.425,14
Agricultura de alta produtividade (Ipuacu)	3	60.433,88	59.271,69	61.596,07
Agricultura de alta produtividade (Ouro Verde)	4	52.663,43	50.357,17	54.969,69
Agricultura de alta produtividade (Ponte Serrada)	3	40.506,46	34.430,49	46.582,43
Agricultura de alta produtividade (São Domingos)	6	52.117,13	49.381,52	54.852,74
Agricultura de alta produtividade (Xanxerê)	4	53.224,78	52.373,18	54.076,37
Agricultura de média produtividade (Galvão)	3	27.430,64	25.501,88	29.359,40
<b>Pecuária com pastagem de baixo suporte (Abelardo Luz)</b>	<b>3</b>	<b>19.541,70</b>	<b>18.317,89</b>	<b>20.765,50</b>
<b>Exploração Mista Lavoura e Pecuária (Abelardo Luz)</b>	<b>4</b>	<b>30.749,01</b>	<b>26.136,66</b>	<b>35.361,36</b>
Silvicultura (Ponte Serrana)	5	13.173,55	12.201,32	14.145,79

Fonte: MRT (2016).

É possível observar na tabela da página anterior que há uma diferença significativa nos preços das terras por hectare, no município de Abelardo Luz, levando em consideração a sua tipologia de uso; sendo que a agricultura de alta produtividade está avaliada em média de R\$ 56.659,84 por hectare, pecuária com pastagem de baixo suporte R\$ 19.541,70 por hectare e exploração mista lavoura e pecuária R\$ 30.749,01 por hectare.

A tipologia de uso influencia no preço das terras dos assentamentos rurais e as famílias entrevistadas tem esse conhecimento que os valores podem alterar dependendo da tipologia encontrada em seu lote.

No caso da avaliação das propriedades rurais, para posterior divisão aos assentados, o órgão responsável por ele é o Incra, sendo que tem vários profissionais qualificados para fazê-lo, bem como materiais e métodos já pré-estabelecido para isso. Dentre estas metodologias estão as de Marcelo Rossi de Camargo Lima (2005), em seu livro “Avaliação de Propriedades rurais: manual básico” que é utilizado por esses profissionais, o autor subdivide a terra conforme alguns aspectos, cujas definições são as seguintes:

Terra com espaço – espaço cúbico (jazidas minerais) e espaço acima de superfície (construções e explorações agrícolas);

Terra como natureza – ambiente natural determinado pelas condições climáticas, topográficas e edáficas;

Terra como fator de produção – fonte natural de alimentos, fibras, materiais de construção, minerais e outras matérias-primas utilizadas na sociedade moderna. Está estreitamente ligado ao conceito de terra como “bem-de-consumo”;

Terra como situação – modernamente, grande importância é atribuída ao conceito de terra como situação, isto é, sua localização em relação a mercados, vias de acesso e outros aspectos socioeconômicos. Em avaliação de imóveis rurais a situação do imóvel aparece, em escala de grandeza, logo após a capacidade de uso, na estimativa do valor das terras.

Terra como propriedade – tem conotações com os direitos e responsabilidades que indivíduos ou grupos exercem sobre a posse e uso da terra. (LIMA, 2005, p. 15 e 16).

Porém fazer esta avaliação não é uma tarefa tão fácil assim, pois requer muita responsabilidade no levantamento dos mínimos detalhes da propriedade para não tomar uma decisão equivocada quanto a definição do preço.

Dado a inexistência de conselho fisiológico entre valor e preço e dado que o objetivo final do processo avaliatório é a obtenção de uma soma

capaz de traduzir, em termos monetários, todos os quesitos objetivos e subjetivos deste processo. Distingue-se, portanto, três conceitos igualmente importantes, quais sejam: Preço de Mercado (preço pago pela terra); Valor de Mercado (valor mais alto em termos de dinheiro) e Valor Potencial (capacidade que o imóvel possui de produzir renda máxima). (DEMÉTRIO, 1995, p. 88).

Conforme destacado por Sergio Antônio Cavalli<sup>1</sup> (2018), tanto na desapropriação como na compra e venda, as terras são pagas pelo valor de mercado, em TDA (Título da Dívida Agrária). Já as benfeitorias produtivas e não produtivas são pagas em moeda corrente.

Ainda, segundo Sergio Antônio Cavalli (2018), “para todos os imóveis, o processo é o mesmo, o INCRA, através de uma Ordem de Serviço, compõe uma equipe formada no mínimo por um Agrônomo, um Técnico de Cadastro e um Topógrafo. Cabe a essa equipe fazer uma vistoria no imóvel pré-selecionado e levantar todas as informações referente à ocupação, produtividade, aspectos ambientais, trabalhistas, entre outros.

Segundo Cavalli (2018), de posse de todos os dados devidamente comprovados, é realizada a atualização cadastral do imóvel, e se não atingir os índices mínimos exigidos pela lei, ou seja: GEE (Grau de Eficiência na Exploração) igual a 100% e GUT (Grau de Utilização das Terras) de 80%, será classificado como improdutivo e, portanto, passível de desapropriação. É obvio que o imóvel só será proposto para desapropriação, desde que, além de ser classificado como improdutivo, ofereça condições hedafoclimáticas para implantação de pequenas propriedades, além de outras possíveis variáveis que devem ser consideradas.

Para fazer esta avaliação das propriedades rurais, os peritos costumam examinar e avaliar, separadamente, alguns elementos:

Terra nua: São avaliadas em função de sua capacidade de uso, localização e outros fatores, porém sem vegetação e sem benfeitorias.  
Recursos naturais: Tudo aquilo que pode ser considerado com dádiva da natureza.

Benfeitorias produtivas: Capital fundiário produtivo. Abrangem todas as inovações introduzidas no imóvel rural.

Benfeitorias não-produtivas: Capital fundiário auxiliar. Abrangem todas as inovações introduzidas no imóvel rural, que não proporcionam rendimentos próprios.

Semoventes: Capital de exploração fixo, vivo.

---

<sup>1</sup> Entrevista com o Eng<sup>o</sup> Agr<sup>o</sup> Sergio Antônio Cavalli, funcionário do Incra que exerce a função de Perito Federal Agrário – INCRA, SC.

Motores, máquinas e implementos: Capital de exploração fixo inanimado.  
 Produtos e materiais diversos: Capital de exploração circulante.  
 (DEMÉTRIO, 1995, p. 101).

Após avaliados todos estes fatores determinantes e com observância nas Normas da ABNT – NBR 8.799 de fevereiro de 1985 – Avaliações de Imóveis Rurais – e dando o tratamento estatístico adequado, formulando a tabela de preços, o avaliador estará apto a proceder a avaliação do imóvel em questão.

Para fazer a inscrição e após a análise da documentação para receber a terra da Reforma Agrária, existem alguns critérios estabelecido pelo Incra, que são os seguintes:

- Os agricultores e agricultoras adultos ou emancipados (se com idade entre 16 e 18 anos) que sejam:
- Sem terra;
- Posseiro, assalariado, parceiro ou arrendatário;
- Aquele cuja propriedade não seja maior que 01 módulo rural do município, ou seja, 20 hectares. (INCRA, 2018).

Ainda segundo o Incra, as famílias selecionadas passam por um processo de classificação assim que surgirem vagas em imóveis recém adquiridos pelo Incra. Entre os critérios para classificação das famílias cadastradas estão: tamanho da família; força de trabalho da família; idade do candidato; tempo de atividade agrícola; moradia no imóvel desapropriado; moradia no município; tempo de residência no imóvel e a renda anual familiar. (INCRA, 2018).

O Incra estabeleceu alguns critérios para quem não pode ser assentado em hipótese alguma. São elas:

- 1 – Funcionário público federal, estadual ou municipal - a regra também se aplica ao cônjuge ou parceiro;
- 2 - Candidato com renda familiar proveniente de atividade não agrícola superior a três salários mínimos mensais;
- 3 – Agricultor que for dono, sócio ou cotista de empresa ou indústria - a proibição também se aplica a cônjuge ou companheiro;
- 4 – Qualquer pessoa que já foi assentada anteriormente – regra vale para o cônjuge ou companheiro;
- 5 – Proprietário de imóvel rural superior a 01 módulo rural do município - o mesmo vale para o cônjuge;
- 6 – Portador de doença física ou mental, cuja incapacidade o impossibilite totalmente para o trabalho agrícola – afora os casos em que um laudo médico garante que a deficiência apresentada não prejudique o exercício da atividade agrícola;
- 7 – Estrangeiro não naturalizado;

8 – Aposentado por invalidez -não se aplica a cônjuge ou parceiro;  
 9 - Condenado pela Justiça (por sentença final definitiva transitado em julgado) com pena pendente de cumprimento ou não prescrita. (INCRA, 2018).

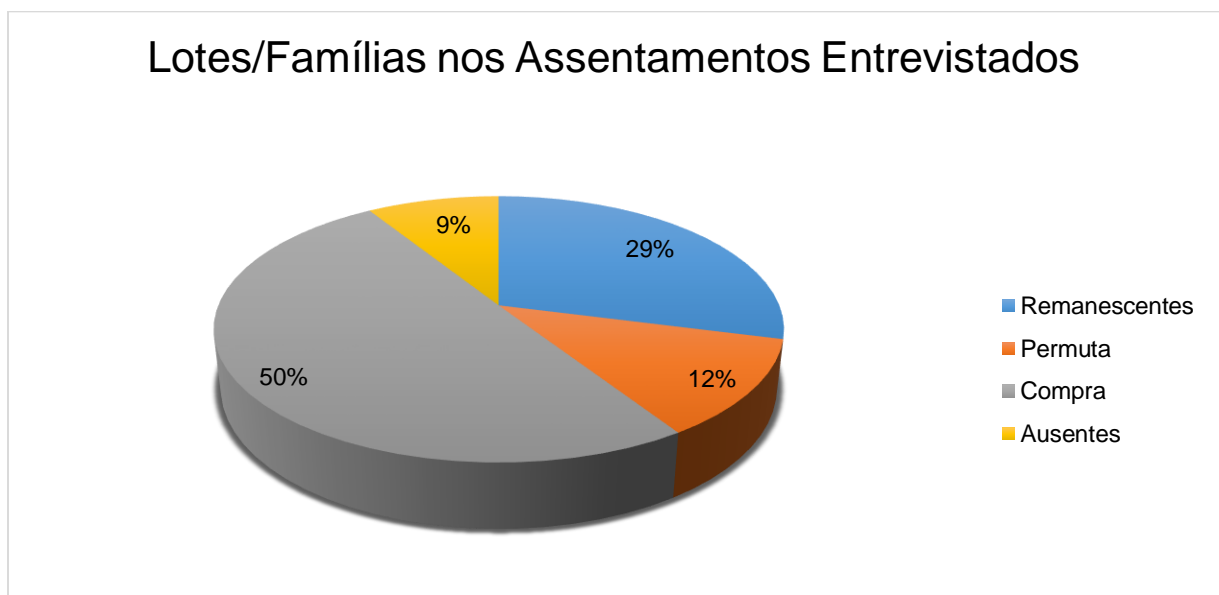
Levando em consideração todos esses critérios pré-estabelecidos pelo Incra, não necessariamente, todas as pessoas que participaram dos movimentos de ocupação de áreas de terra receberam seu lote. Haja vista que muitos no momento do cadastro, não se enquadravam nos critérios solicitados pelo Incra.

Para o desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, foram realizadas 162 entrevistas em cinco assentamentos rurais: Papuan I, Juruá, José Maria, Nova Aurora e Maria Silveston, somente no José Maria que de 270 assentados, foram realizadas somente 43 entrevistas devido à extensão e a quantidade de lotes. Nos demais, foram aplicadas em todas as residências.

A partir das entrevistas realizadas foi possível identificar como está hoje, a situação geral dos assentamentos rurais, no que diz respeito à compra e venda de terras pelos próprios assentados.

É possível perceber, no gráfico abaixo, que dos moradores remanescentes nos assentamentos rurais, são somente 29% dos entrevistados. A maioria afirmou que ainda permanecem pois sempre sonharam em ter sua terra e desenvolver a atividade agrícola familiar, além de tudo que passaram para conseguir ter acesso a ela foi através de muita luta e persistência.

Gráfico 03: Lotes/Famílias nos Assentamentos Entrevistados



Fonte: Pesquisa realizada pela autora em 2017 e 2018.

Todos os remanescentes destacam que ficar embaixo de barraco de lona não é para qualquer um. Alguns destacaram que em alguns períodos só não passaram fome porque sempre tinha alguém fazendo doação de alimentos, haja vista que quando ocupavam determinada propriedade não podiam plantar nenhum pé de salada pois era proibido.

A pesquisa mostrou que 50% dos entrevistados compraram os lotes de pessoas que, ou ganharam da reforma agrária, ou já haviam comprado de outro proprietário que já não era o primeiro dono. As famílias entrevistadas destacam quais os principais motivos que muitas pessoas venderam. Estão relacionadas a vários fatores:

- Idade avançada dos primeiros proprietários;
- Problemas de saúde;
- Falta de incentivos do governo;
- Pouca afinidade com as atividades agrícolas;
- Terras com relevo e tipo de solo ruins;
- Falta de recursos por parte dos próprios assentados para investir em suas propriedades.

Segundo dados do Incra (2018), “os lotes em assentamentos do Incra não podem ser vendidos, arrendados, alugados, emprestados ou cedidos por particulares”. Para Sergio Antônio Cavalli (2018), “as vendas ocorrem por diversos motivos, no entanto os assentados sabem que estão comercializando algo que não é deles, haja vista que as terras são da União.

Por outro lado, conforme afirma Cavalli, isso não deixa de ser uma seleção natural de quem realmente merece ter uma oportunidade e não se sujeita a participar de ocupações promovidas por movimentos sociais. Lembramos que o vendedor do lote, bem como seu cônjuge, irá fazer parte de um banco de dados e nunca mais terão outra oportunidade em assentamentos do Brasil todo.

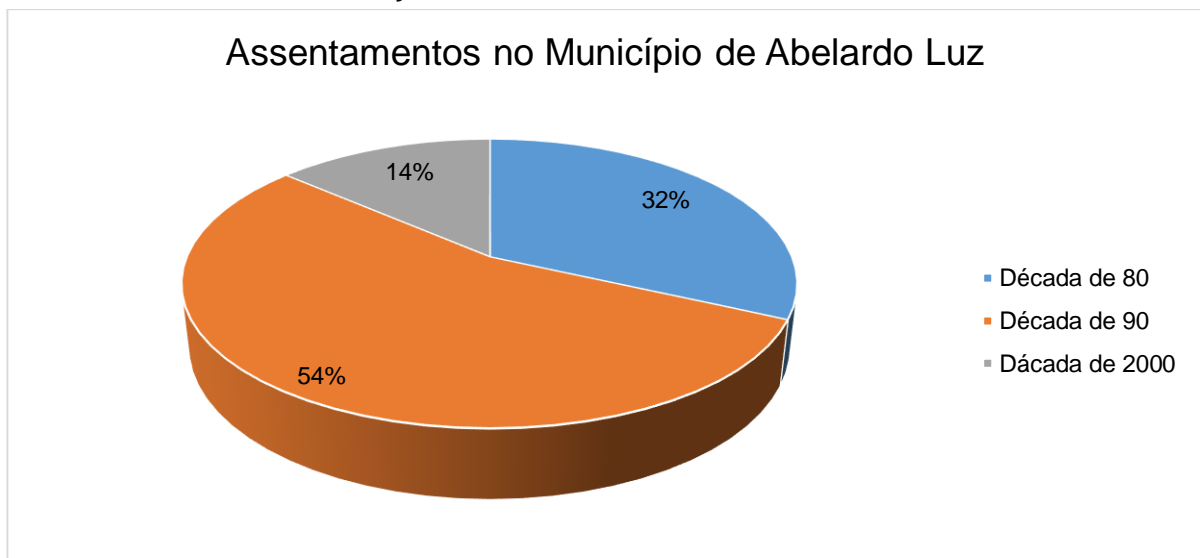
Em algumas entrevistas foi identificado que existem assentados os quais querem o título de domínio (escritura), para, segundo eles, conseguirem financiamentos. No entanto, muitos são contra, pois terão que pagar pela terra ao governo num prazo de 20 anos. Salientaram que quem está em dia, ou seja, quem pagou o financiamento de 9 a 10 mil reais, liberado pelo Incra no momento que

receberam a propriedade, conseguem tranquilamente financiamentos no banco. Outra preocupação é que, a partir do momento que conseguirem o título de domínio (escritura), o banco poderá reaver esta dívida que muitos ainda não pagaram. Por isso, o desinteresse de boa parte dos assentados em não quererem o título, até mesmo porque, conforme ressalta o assentado Edvar José Boiani<sup>2</sup>, “a partir do momento que as pessoas conseguirem financiar e dar suas terra como garantia, será uma forma de os bancos tomarem elas de quem não pagar em dia o financiamento e estas propriedades voltarem a pertencer a grandes latifundiários”.

Abelardo Luz é o município do estado de Santa Catarina que possui a maior concentração de assentamentos. Isto ocorre devido a concentração fundiária, com a queda no preço das terras na década de 80. Grandes latifundiários com terras improdutivas no município de Abelardo Luz, acabaram sendo desapropriados e indenizados pelo Incra para a Reforma Agrária.

É possível perceber no gráfico abaixo, que 54% dos assentamentos no município de Abelardo Luz, foram criados, consolidados, em estruturação ou em consolidação durante a década de 90, mais precisamente a partir do ano de 1997, foram formados 12 assentamentos que perfazem 12.210,89 hectares.

Gráfico 04: Décadas de formação dos assentamentos em Abelardo Luz



Fonte: Pesquisa realizada pela autora em 2017 e 2018.

<sup>2</sup> Entrevista realizada com o assentado Edvar José Boiani, do assentamento Juruá, no município de Abelardo Luz, no Oeste de Santa Catarina, em 2017.



Segundo Reydon et al. (2006), entre 1994 e 1996, o preço real da terra caiu aproximadamente 46%, devido ao fim da inflação associado à recessão, o preço da terra começou a apresentar uma queda bastante sustentada de seus preços. Outros 32% dos assentamentos foram formados na década de 80, que compõem 7 assentamentos, totalizando aproximadamente, 6.712,44 hectares.

Neste sentido, com essa queda significativa nos preços das terras e sua desvalorização, as expectativas pessimistas de ganhos produtivos levaram muitos proprietários a venderem suas terras, porém alguns fatores no momento desta venda devem ser levados em consideração.

Muitos assentados venderam seus lotes para algum vizinho que possuía um poder aquisitivo maior e que tinha a ideia de ficar morando no campo. Segundo os entrevistados, muitas famílias que receberam as terras da Reforma Agrária eram pessoas que moravam em favelas, na cidade, e foram chamadas para fazerem parte da ocupação de grandes fazendas no município. Porém, não tinham nenhum conhecimento sobre como trabalhar na agricultura e desenvolver as atividades econômicas provenientes delas.

No entanto, o estado deveria dar acesso a crédito, produtos, insumos e tecnologias, porém, na prática isso não acontece. Conforme citado pelos assentados entrevistados isso é o que mais faz falta dentro das propriedades, tanto o é que muitos venderam suas propriedades por falta desta assistência. Dar a terra não é o suficiente, é necessário subsídio para que os mesmos possam manter-se nela.

Devido ao poder aquisitivo destas famílias serem muito baixos, não conseguem fazer investimentos em suas propriedades, levando-os a arrendarem ou fazerem sistema de parceria com algum vizinho que possua máquinas e implementos agrícolas.

A falta de assistência técnica também acaba prejudicando, de certa forma, a produtividade de algumas famílias. Isto porque não são todas as famílias que possuem o devido conhecimento e experiência para realizar as atividades agrícolas, bem como aplicar os incentivos financeiros obtidos, dificultando o desenvolvimento econômico da propriedade.

Outro fator que impossibilita a valorização da terra de algumas áreas dos assentamentos do município de Abelardo Luz, são as características do tipo de solo com baixa fertilidade. Solos em áreas de declividade acentuada e solo pedregoso, o

que impede o desenvolvimento das atividades agropecuárias, bem como sua localização em relação à cidade.

O preço das terras citadas por cada entrevistado é muito variável dentre os cinco assentamentos onde foi realizado a pesquisa. No PA Papuan I, os preços ficam em média R\$30.000,00 por hectares, com área de 6 a 20 hectares, sendo que o relevo, tipo de solo e localização é um fator determinante na formação do preço das terras neste assentamento rural.

No assentamento Juruá, o valor médio é de R\$30.000,00 por hectare sendo que os lotes possuem entre 8 e 12 hectares. No entanto, as famílias que valorizam seus lotes no maior valor, possuem visivelmente as melhores propriedades, máquinas e equipamentos que permitem arrumar suas terras e, conseqüentemente, obter maior produtividade e valorização das terras. No entanto, os lotes de valores mais inferiores, não possuem um relevo e solo adequados e faltam recursos financeiros para maiores investimentos.

No PA José Maria quando questionados sobre o preço dos lotes, ficaram em média de R\$35.000,00 por hectare os lotes variam entre 8 a 14 hectares. Essa valorização destacada pelos entrevistados é que a maioria não quer mesmo vender, e o que chamou a atenção é que das 43 entrevistas realizadas somente 01 demonstrou interesse em vender. Destes que não pensam em vender, destacaram que o relevo, tipo de solo, a existência de escola e do Polo do Instituto Federal é um atrativo positivo para a permanência no assentamento.

No PA Nova Aurora, os valores destacados foram entre R\$350.000,00 a R\$700.000,00, ou seja, em média R\$ 50.000,00 por hectare com tamanho dos lotes entre 11 e 14 hectares. Em termos de relevo, solo e localização é o que se destaca dentre os cinco assentamentos onde foi realizada a pesquisa.

O preço de venda estipulado pelos entrevistados do PA Maria Silveston, fica em média R\$23.300,00 por hectare. O tamanho dos lotes varia entre 9 e 10 hectares, e três famílias não quiseram opinar sobre o valor das terras, pois segundo eles, não podem vendê-las.

Os assentados do Nova Aurora estão cientes que a distância da cidade e do asfalto é um fator determinante na formação do preço das terras. Haja vista que elas são um ponto positivo para que possam vendê-las. Após adquirirem o título da terra, a declividade e pedregosidade, também é outro ponto positivo e que aumentará o preço das terras possibilitando um maior ganho financeiro na venda.

Durante as entrevistas, alguns assentados enfatizaram que no momento das ocupações eram convidadas várias pessoas que não tinham uma “ocupação” para fazerem parte do movimento com o intuito de aglomerar o maior número de pessoas possível. Muitos destes eram de áreas urbanas que estavam desempregadas.

Esse fator foi um dos determinantes para que muitas famílias vendessem suas propriedades e voltassem à cidade devido ao pouco conhecimento para desenvolver as atividades agrícolas ou até mesmo por não possuírem dinheiro suficientes para iniciar as atividades agrícolas na propriedade.

No entanto, hoje, no município de Abelardo Luz, após entrevistar proprietários de duas imobiliárias do município, informaram que o preço médio, por hectare, hoje, é de 1100 sacas de soja por hectares de terra já mecanizada; corrigida e pronta para ser cultivada. No entanto, para as terras não cultiváveis ou terra em terreno irregular para uso de implementos agrícola, o preço pode cair pela metade ou até mais do que isso.

Durante as entrevistas foi identificado que no ano de 2017 alguns assentados chegaram a pagar em média R\$ 95.000,00 por lotes de 14 hectares que fica em torno de R\$ 6.785,00 por hectare, o que equivale a 126,5 sacas de soja por hectare. Levando em consideração o preço da soja do dia 01/10/2018, está em R\$ 79,00, porém a maioria dos entrevistados, hoje, não vendem por menos de R\$300.000,00 a R\$ 400.000,00 lotes de 12 a 14 hectares. Estes valores são ainda sem a escritura.

Porém, vale destacar, que o preço de terra estipulado pelas famílias entrevistadas, não reflete necessariamente os preços da terra em geral. Existem alguns empecilhos para vendê-las tais como: barreiras legais perante o Incra, para a compra e venda, ou seja, sem documentação definitiva para quem compra, principalmente para quem possui mais do que um lote. Isto é um exemplo que foi identificado no José Maria, onde uma família possui 10 lotes, assim, reduz o preço pois aumenta o risco para quem compra, se estiver fora das normas do Incra.

Segundo informações obtidas pela Rádio Rainha das Quedas, no dia 21 de novembro de 2017, “uma equipe de 10 profissionais do Incra e dois da prefeitura, farão um mutirão para a regularização dos lotes das famílias assentadas e documentações pendentes. Esta acontecerá durante 12 dias e a meta é regularizar a documentação de cerca de 1.200 famílias”.

Quanto à regularização de terras é necessário compreender qual a diferença entre Contrato de Concessão de Uso (CCU) e Título de Domínio, determinados pelo Incra:

**O Contrato de Concessão de Uso (CCU)**, documento que dá direito ao assentado de morar e explorar a parcela pelo tempo que ele desejar e de receber sua posse, se cumpridas todas as exigências constante na legislação. Já o **Título de Domínio** é o instrumento que transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter definitivo. (INCRA, 2017).

Durante as entrevistas nos assentamentos, as famílias destacaram que o Contrato de Concessão de Uso, (CCU), fica em nome da mulher. No entanto, Sergio Antônio Cavalli (2018), destaca que, “A terra não fica em nome da mulher, o que acontece é que o Contrato de concessão de Uso (CCU) é emitido em nome do casal’. A mulher entra como a primeira beneficiária, pois caso ocorra uma separação, a legislação dá a ela o direito de permanecer no lote, desde que fique com os filhos.

Em entrevista à Rádio Rainha das Quedas de Abelardo Luz (2017), o Analista em Reforma Agrária do Incra, Jandir Mella<sup>3</sup>, destacou que são três frentes de trabalho: uma, é para poder recolher a documentação administrativa que está faltando dos assentados em relação ao processo individual que eles têm, de regularidade junto ao Incra. A segunda, é para aqueles que estão ocupando os lotes irregularmente que compraram alguma benfeitoria de um ex-assentado, e o Incra trabalha para cadastrar as famílias; fazer pesquisas para ver se eles vão passar na seleção, se tem perfil, e, então, tomar as medidas para regularizar ou notificar para sair da área, se for o caso.

A terceira frente é o escritório na Câmara de Vereadores, onde é recebida a documentação, já encaminhada. “Já atualizamos e vamos fazer a emissão de contratos de assentamento novos, porque a maioria deles já está vencida. Então, vamos renovar para que eles possam ter uma seguridade jurídica. Todo o processo é para ter o contrato de concessão de uso renovado”, explica ainda Jandir Mella, em entrevista à Rádio Rainha das Quedas (2017).

A titulação da terra dá ao proprietário uma série de benefícios colaterais, como propiciar o acesso a linhas de créditos disponíveis na atividade agropecuária. Além disso, permite identificar as áreas tituladas, as ocupadas e as terras públicas. Nesse

---

<sup>3</sup> Funcionário Do Incra, Jandir Mella, possui a função de Analista em Reforma Agrária.

sentido, a titulação é uma ferramenta que aumenta a transparência do mercado na medida em que proporciona a possibilidade de recuperar áreas ocupadas e terras griladas. Geralmente, as terras recuperadas são incorporadas ao patrimônio da Federação ou dos estados e podem ser destinadas à formação de assentamentos de reforma agrária. (REYDON, CORNÉLIO, p. 39, 2006).

É importante lembrar que embora a demanda de terras para uso produtivo esteja principalmente determinada pelas expectativas de renda que ela produz, ou seja, os ganhos produtivos, isso não quer dizer que os agentes que demandam terra para esse uso não considerem sua liquidez no momento da compra. A liquidez da terra é um atributo muito apreciado pelos agricultores, embora eles utilizem a terra para produção. Mas isso não impede que olhem para sua propriedade como um ativo que proporciona certo nível de segurança para sua família ante qualquer imprevisto futuro. (PLATA, REYDON, 2006, p. 35).

Ainda segundo Jandir Mella, “De qualquer forma tem que estar regularizado com a documentação, então estamos antecipando algumas fases já, para depois chegar na titulação. O contrato de concessão de uso (CCU) tem praticamente o mesmo valor do Título de Domínio em relação ao banco, ele pode financiar, investir na propriedade, o que quiser, só não pode alienar o bem, porque o imóvel continua sendo do Incra”, ressalta.

Para o ano de 2018, o Incra estabeleceu uma Pauta de Valores de Terra Nua para serem cobrados dos assentados que tiverem interesse em obter o Título de Domínio.

A Pauta de Valores de Terra Nua para fins de Titulação expressa o custo médio da terra rural obtida pelo Incra para o Programa Nacional de Reforma Agrária. O entendimento é que a referência elaborada a partir do custo médio da terra rural obtida pelo Incra é o mais adequado para calcular o valor a ser cobrado das áreas em processo de titulação. (INCRA, 2018).

Segundo informação do Incra (2018), a pauta dos valores de terras para 2018 no município de Abelardo Luz, para a Terra Nua, são os seguintes: preço mínimo por hectare R\$ 4298, preço médio R\$ 5731 e preço máximo R\$ 7164 por hectare. Esses valores equivalem, em média, a 72 sacas de soja por hectare.

O Incra reforça que esta Pauta de Valores de Terra Nua tem como propósito apresentar uma referência específica de preço de terra PARA FINS DE TITULAÇÃO,

não devendo ser utilizada para outro fim, sendo que esta Pauta de Valores será atualizada anualmente. (INCRA,2018).

Quanto à questão da titulação, em ambos os assentamentos onde a pesquisa foi realizada, existem controvérsias nas opiniões a quem defenda que devem receber o título de domínio para poder financiar no banco. Outros afirmam que mesmo com o título de concessão de uso podem negociar normalmente com o banco e também há aqueles que não querem pois podem perder suas terras para o banco, já que estão inadimplentes e que perdem todos os direitos oferecido pelo Incra. É importante destacar que, no assentamento José Maria, onde a pesquisa foi realizada no ano de 2018, alguns entrevistados que participaram deste encontro para a regularização das terras, realizado pelo Incra em 2017, no município de Abelardo Luz – SC, destacaram que não possuem condições financeiras para pagar pelas terras.

No entanto, o preço estipulado pelo Incra para os assentados pagarem é bem inferior do que o valor os quais informaram se fossem vendê-los. Utilizando um exemplo somente de um assentado entrevistado que avaliou seu lote de 11 hectares em R\$ 500.000,00, afirmou não ter condições para pagar pela titulação, pois conforme avaliação do Incra ficaria em torno de R\$150.000,00. Isto é, levando em consideração o preço máximo R\$ 7164 por hectare, sem contar que o prazo para pagamento é de 20 anos.

Informações mais específicas quanto às terras serão abordadas no capítulo 3, no qual serão tratadas das questões de cada assentamento onde foi realizada a entrevista. Observa-se que possuem características sociais, econômicas, históricas e geográficas completamente diferentes.

## CAPÍTULO 2

### 2.1 Conflitos por Terras

Segundo dados do IBGE (2017), a região Sul do país é a menor entre as cinco regiões do Brasil e possui uma população com mais de 29 milhões de habitantes. É formada por três estados: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que ocupam uma área de 576.773,368 km<sup>2</sup>.

Segundo dados da Embrapa (2004), a população da região sul tem uma grande influência europeia, por causa da chegada de imigrantes no século XIX e início do XX, principalmente alemães, italianos e açorianos, bem como ucranianos, poloneses, russos, entre outros. Os imigrantes europeus foram responsáveis pelo desenvolvimento da economia baseada na pequena e média propriedade rural de policultura.

Em 1980, o volume de recursos aplicados no crédito rural pelas instituições financeiras, já havia iniciado uma trajetória de queda que foi se agravando anualmente. (OLIVEIRA, 1995, p. 43).

A causa fundamental da crise econômica brasileira e a crise fiscal nos anos 80. Segundo Oliveira (1995, p. 43), é o desequilíbrio financeiro estrutural do setor público, o qual, por sua vez, tem como uma de suas causas fundamentais o tamanho excessivo da dívida externa pública.

A organização dos Sem-Terra que surge a partir dos anos 80 decorreu como resultado de um processo de expropriação sofrido pelos trabalhadores do campo no Sul do país e, especialmente, em Santa Catarina. (PAGOTO, 2010, p.51).

Trata-se de trabalhadores rurais, que pertenciam a classes populares expulsas do campo com a penetração das agroindústrias. O processo de penetração do capital no campo se empenhou para que de alguma forma o agricultor que conseguiu modernizar sua propriedade ficasse atrelada a matriz. Um caso típico foi a agroindústria fumageira do Oeste Catarinense, que conseguiu expandir suas atividades. (PAGOTO, 2010, p.51).

A organização dos trabalhadores do Sul do Brasil, começa praticamente em janeiro de 1983, quando acontece o primeiro Encontro dos Sem-Terra do Estados do Sul, que definiram as diretrizes básicas do Movimento e decidiram que a ocupação de

terras era uma das formas de fazer pressão para a solução dos problemas. (PAGOTO, 2010, p.60).

Na região Oeste, nos anos 80, as ocupações de fazendas e terras improdutivas condensaram-se pelos desdobramentos das lutas dos expropriados da modernização agrícola, pelas construções de pequenas barragens, pela implantação das agroindústrias que se estabelecem na região. (PAGOTO, 2010, p.71)

Diversos fatores contribuíram para que essa crise se agravasse nos anos 80, com destaque: a) o segundo choque do petróleo que ocorrera em 1979, quando o preço do barril foi duplicado, aumentando o custo das nossas importações; b) a recessão norte-americana, que reduziu nossas exportações; c) a elevação dos juros internacionais; e d) o esgotamento das fontes externas de financiamento. (OLIVEIRA, 1995, p. 43).

Na década de 80, ocorre a expansão das fronteiras agropecuárias, o que levou fazendeiros da região Sul em direção à região Centro-Oeste, que passou a concentrar a maior produção agrícola do país, destacando-se a pecuária e a produção de grãos. (VALE, LIMA, BONFIM, 2004, p.35)

Outros fatores, segundo Plata (2001, p.35), contribuíram para a migração sulista para outras regiões foi a redução significativa do crédito subsidiado; procura de terras de baixo preço; as mudanças de intervenção governamental e abertura do mercado contribuíram para a migração sulista para outras regiões.

O padrão que imperou na expansão da fronteira agrícola em direção ao Centro Oeste, responde, em grande parte, ao nítido esvaziamento demográfico rural nos anos 80. A soja no cerrado, junta-se à tradição pecuária para construir um rural cujas atividades econômicas demandam pouca mão-de-obra. (VALE, LIMA, BONFIM, 2004, p.35)

Santa Catarina fica no centro geográfico das regiões de maior desempenho econômico do país, Sul e Sudeste, e em uma posição estratégica no Mercosul. O Estado faz fronteira com o Paraná (ao Norte), Rio Grande do Sul (ao Sul), Oceano Atlântico (Leste) e Argentina (Oeste). (GOVERNO DE SANTA CATARINA, 2017).

Possui uma área de 95,4 mil km<sup>2</sup>. Apesar do território não ser muito grande, a diversidade geográfica, humana e naturais são surpreendentes. (GOULART, 2006).

Quanto às regiões, divide-se em oito, sendo elas o Litoral com mais de 500 km e lindas paisagens; o Nordeste, possui forte tradição germânica tem e excelente qualidade de vida; o Vale do Itajaí, com



forte tradição germânica e atrativos turísticos; o Planalto Norte, tem no turismo rural e no inverno seu maior atrativo; o Planalto Serrano, também forte atrativo turístico no inverno e a visitada Serra do Rio do Rastro; o Sul, com forte tradição italiana; o Meio Oeste, região de relevo mais acidentado localizada ao centro do estado, possui colonização de italianos, alemães entre outros povos; e Oeste, é de onde saem grande produção de grãos, carne suína e avícola. (GOULART, 2006).

Nas últimas décadas, principalmente após a Constituição Federal de 1988, o Brasil viveu um acelerado processo de fragmentação do espaço territorial dos estados. Seguindo o modelo nacional, ao longo de sua evolução, Santa Catarina sofreu inúmeras alterações na sua composição político-administrativa. (SILVA, 2008).

Quadro 01: Principais desmembramentos territoriais de Santa Catarina.

<b>Ano</b>	<b>Acontecimento histórico</b>
<b>1770</b>	Lages emancipava-se da Capitania de São Paulo, anexando-se à Capitania de Santa Catarina.
<b>1832</b>	Emancipavam-se de Florianópolis: Porto Belo. São Miguel (hoje Biguaçu) e São José. Após 27 anos Porto Belo perdia sua autonomia, retomando-a em 1925.
<b>1839</b>	O Governo da República Farroupilha decretava a cidade de Laguna como a capital de Santa Catarina com o nome de Juliana.
<b>1859</b>	Foi a vez da emancipação de São Sebastião da Foz do Rio Tijucas, atual Tijucas.
<b>1914</b>	Desmembravam-se de Blumenau: Timhó, Indaial, Ibirama e Gaspar; e de Joaçaba: Concórdia; de Campos Novos e Joaçaba: Caçador; e de Joinville: Jaraguá do Sul.
<b>1917</b>	Foi estabelecido o " Acordo de Limites" entre o Paraná e Santa Catarina, passando o limite desses Estados pelo divisor de águas entre as bacias hidrográficas dos rios Iguaçu e Uruguai, incorporando-se definitivamente a Santa Catarina todo o oeste e os municípios de Mafra e Porto União ao Norte
<b>1930</b>	Ficou resolvido o problema divisório entre Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, nessa época Santa Catarina contava com 34 municípios.
<b>1944</b>	O Estado de Santa Catarina sofreu uma redução com a criação do Território de Iguaçu.
<b>1946</b>	Santa Catarina retomava este território.
<b>1953</b>	Os municípios conseguiam sua autonomia: Dionísio Cerqueira, Itapiranga, Mondai, Palmitos, São Carlos, São Miguel do Oeste, Xanxerê e Xaxim, fragmentando, pela primeira vez, o município de Chapecó.
<b>1958</b>	Mais de 30 municípios foram criados.
<b>1961 a 1967</b>	Foram criados mais 91.
<b>1982</b>	Emanciparam-se de Lages, os municípios de Otacílio Costa e de Correia Pinto. O maior número de desmembramento ocorreu nas zonas coloniais de maior densidade populacional como nos vales dos rios Itajaí, do Peixe, Tubarão e Chapecó.

Fonte: Atlas de Santa Catarina, 1991.

Segundo Silva (2008, p.139), durante o governo de Bornhausen, ocorreram duas emancipações por desmembramento do município de Lages: Correia Pinto, Lei nº 6.058, de 10 de maio de 1982, instalado em 03 de janeiro de 1983 e Otacílio Costa, Lei nº 6.059, de 10 de maio de 1982, instalado em 31 de janeiro de 1983, totalizando 199 municípios.

No ano de 1988 foram criados 7 municípios: Iporã do Oeste, Lei nº 1.098; Apiúna, Lei nº 1.100; Doutor Pedrinho, Lei nº 1.101; União do Oeste, Lei nº 1.104; Urupema, Lei nº 1.105; Santa Rosa do Sul, Lei nº 1.109, de 04 de janeiro, e Marema, Lei nº 1.112, de 11 de junho, elevando para 206 o número de municípios catarinenses. (SILVA, 2008, p.122).

Em 1989 foram criados 11 municípios: Iraceminha, Lei nº 7.577; Lindóia do Sul, Lei nº 7.578; Vitor Meireles, Lei nº 7.579; José Boiteux, Lei nº 7.580; Timbó Grande, Lei nº 7.581; Serra Alta, Lei nº 7.582; Tunápolis, Lei nº 7.583; Abdon Batista, Lei nº 7.584; Celso Ramos, Lei nº 7.585; Itapoá, Lei nº 7.586, e Forquilha, Lei nº 7.587, de 26 abril, perfazendo um total de 217 municípios no Estado. (SILVA, 2008, p.122). Em 1991 foram criados 19 municípios no Estado, conforme tabela abaixo:

Tabela 03: Municípios criados em 1991 em Santa Catarina

MUNICÍPIO	ORIGEM	LEI DE CRIAÇÃO	DATA DE INSTALAÇÃO
Águas Frias	Coronel Freitas e União do Oeste	8.477 – 12/12/1991	01/01/1993
Arabutã	Concórdia	8.474 – 12/12/1991	01/01/1993
Braço do Trombudo	Trombudo Central	8.355 – 26/09/1991	01/01/1993
Cerro Negro	Anita Garibaldi e Campo Belo do Sul	8.348 – 26/09/1991	01/01/1993
Cocal do Sul	Urussanga	8.352 – 26/09/1991	01/01/1993
Guatambu	Caxambu do Sul e Chapecó	8.484 – 12/12/1991	01/01/1993
Lajeado Grande	Xaxim	8.478 – 12/12/1991	01/01/1993
Mirim Doce	Taió	8.356 – 26/09/1991	01/01/1993
Monte Carlo	Campos Novos	8.351 – 26/09/1991	01/01/1993
Nova Itaberaba	Chapecó	8.354 – 26/09/1991	01/01/1993
Passo de Torres	São João do Sul	8.350 – 26/09/1991	01/01/1993
Passos Maia	Ponte Serrada	8.480 – 12/12/1991	01/01/1993
Planalto Alegre	Caxambu do Sul	8.476 – 12/12/1991	01/01/1993
Rio Rufino	Urubici	8.481 – 12/12/1991	01/01/1993
Riqueza	Mondai	8.479 – 12/12/1991	01/01/1993
Santa Terezinha	Itaiópolis	8.349 – 26/09/1991	01/01/1993
São João do Oeste	Itapiranga e Mondai	8.475 – 12/12/1991	01/01/1993
Sul Brasil	Modelo	8.353 – 26/09/1991	01/01/1993
Vargem	Campos Novos	8.483 – 12/12/1991	01/03/1993

Fonte: Santa Catarina [Coletânea de Documentos]. Elaboração: Fernando João da Silva, 2008.

No ano de 1992 foram criados os 24 municípios apresentados na tabela a seguir.

Tabela 04: Municípios criados em 1992 em Santa Catarina.

MUNICÍPIO	ORIGEM	LEI DE CRIAÇÃO	DATA DE INSTALAÇÃO
Arvoredo	Seara	Lei nº 8.524 – 09/01/1992	01/01/1993
Balneário Barra do Sul	Araquari	Lei nº 8.521 – 09/01/1992	01/01/1993
Belmonte	Descanso	Lei nº 8.527 – 09/01/1992	01/01/1993
Bombinhas	Porto Belo	Lei nº 8.558 – 30/03/1992	01/01/1993
Calmon	Matos Costa	Lei nº 8.525 – 09/01/1992	01/01/1993
Capivari de Baixo	Tubarão	Lei nº 8.556 – 30/03/1992	01/01/1993
Cordilheira Alta	Chapecó	Lei nº 8.557 – 30/03/1992	01/01/1993
Coronel Martins	São Domingos	Lei nº 8.551 – 30/03/1992	01/01/1993
Formosa do Sul	Quilombo	Lei nº 8.552 – 09/01/1992	01/01/1993
Ipuacu	Abelardo Luz, Marema e Xanxerê	Lei nº 8.531 – 09/01/1992	01/01/1993
Irati	Quilombo	Lei nº 8.528 – 09/01/1992	01/01/1993
Jardinópolis	União do Oeste	Lei nº 8.546 – 20/03/1992	01/01/1993
Macieira	Caçador	Lei nº 8.560 – 30/03/1992	01/01/1993
Morro Grande	Meleiro	Lei nº 8.559 – 30/03/1992	01/01/1993
Novo Horizonte	São Lorenço d'Oeste	Lei nº 8.530 – 09/01/1992	01/01/1993
Ouro Verde	Abelardo Luz	Lei nº 8.529 – 09/01/1992	01/01/1993
Paraíso	São Miguel d'Oeste	Lei nº 8.532 – 09/01/1992	01/01/1993
Ponte Alta do Norte	Curitibanos	Lei nº 8.554 – 30/03/1992	01/01/1993
Sangão	Jaguaruna	Lei nº 8.552 – 30/03/1992	01/01/1993
Santa Helena	Descanso	Lei nº 8.526 – 09/01/1992	01/01/1993
São Cristovão do Sul	Curitibanos	Lei nº 8.555 – 30/03/1992	01/01/1993
São João do Itaperiú	Barra Velha	Lei nº 8.549 – 29/03/1992	01/01/1993
São Miguel da Boa Vista	Maravilha	Lei nº 8.523 – 09/01/1992	01/01/1993
Vargem Bonita	Catanduvas	Lei nº 8.553 – 30/03/1992	01/01/1993

Fonte: Santa Catarina [Coletânea de Documentos]. Elaboração: Fernando João da Silva, 2008.

Convém salientar que, os 43 municípios criados nos anos de 1991 e 1992, foram instalados em 01 de janeiro de 1993, ampliando para 260 o número de municípios no Estado. (SILVA, 2008, p.126).

Segundo dados do IBGE, após o ano de 1993, foram desmembrados ainda do estado de Santa Catarina, 35 municípios sendo que hoje, o estado conta com 295 municípios.

Em Santa Catarina, a temperatura é condicionada de forma acentuada pela altimetria, assim como pela ação das massas polares, pela latitude e continentalidade. (EMBRAPA, 2004).

Verifica-se que o território catarinense se enquadra no Grupo C - Mesotérmico, da classificação climática de Köppen, visto que temperaturas médias do mês mais frio estão abaixo de 18° C e acima de 3°C. (EMBRAPA, 2004).

O relevo é composto por Planalto dos Campos Gerais, porém, no Oeste, aparece o Planalto Dissecado Rio Iguaçu/Uruguai, e no Sul, o contato destas duas

unidades resulta na formação de bordas de patamares Estruturais. (ATLAS DE SANTA CATARINA, 1991).

Os principais rios são: Chapecó, Chapecozinho e do Mato pertencentes à sub-bacia do rio Chapecó; Bahia, Xanxerê e Xaxim, pertencentes à sub-bacia do rio Irani. Estas sub-bacias integram as bacias hidrográficas do rio Uruguai, na vertente do Interior. (ATLAS DE SANTA CATARINA, 1991).

Predominam os solos Latossolo Bruno Húmico, Latossolo Bruno, Latossolo Bruno Intermediário para Latossolo Roxo e Latossolo Vermelho Escuro (solos profundos, porosos e bem drenados, baixa fertilidade natural). (ATLAS DE SANTA CATARINA, 1991).

Quadro 02: Tipos de Solo.

<b>Localização</b>	<b>Tipos de Solo</b>
<b>Oeste e Leste</b>	Solos Cambissolo Bruno Húmico, Cambissolo Bruno, Cambissolo e Cambissolo Húmico (solos de maior profundidade e em desenvolvimento, utilizados para o plantio de milho, feijão e outros, bem como para pastagem e silvicultura).
<b>Sul</b>	Na serra do Chapecó, ocorrem solos Litólicos (solos rasos de fertilidade natural variável com presença de pedras na superfície, utilizados para o plantio de milho, feijão e demais culturas de subsistência).

Fonte: Atlas de Santa Catarina, 1991.

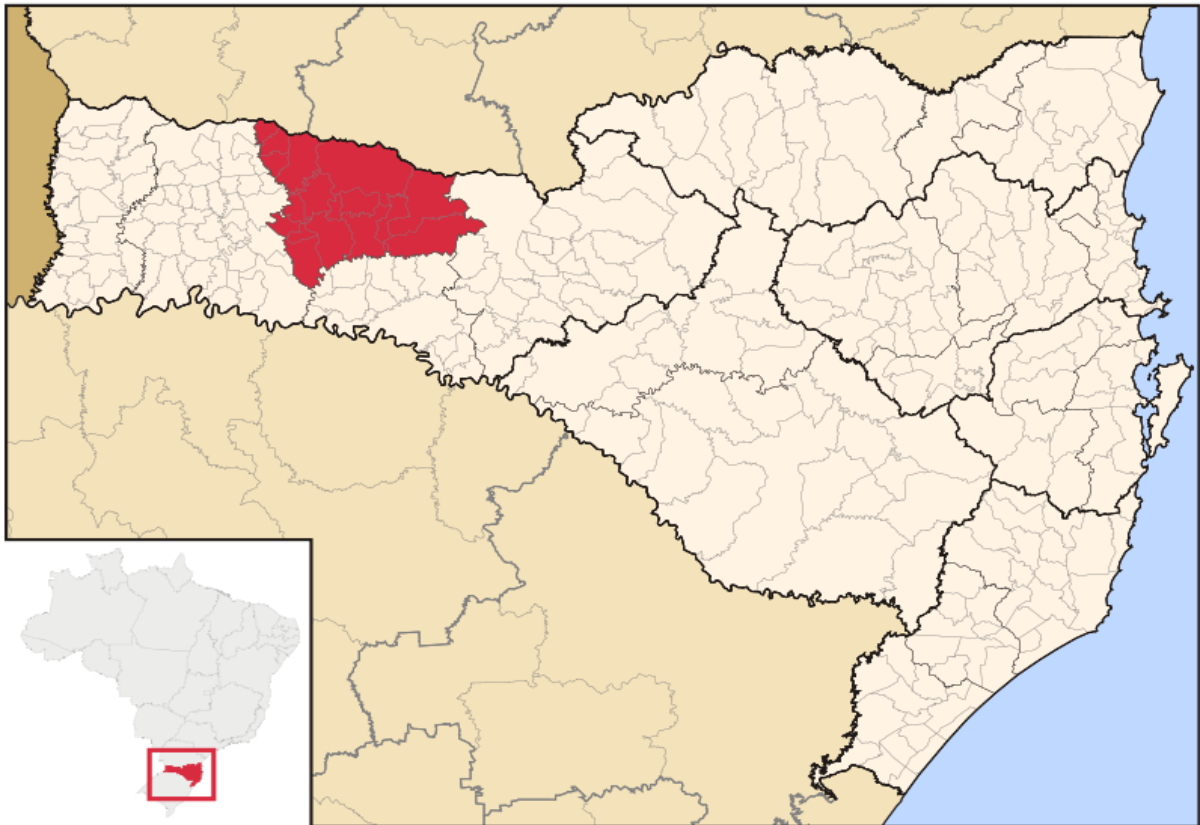
A partir dos dados apresentados no quadro 02 acima, é possível identificar que os solos encontrados no estado de Santa Catarina são propícios para o desenvolvimento de atividades agrícolas, principalmente de culturas importantes para o desenvolvimento econômico de pequenas propriedades familiares.

O estado de Santa Catarina está dividido em microrregiões, sendo que o município de Abelardo Luz, está localizado na microrregião de Xanxerê e pertencente à mesorregião Oeste Catarinense. É conhecida também como Microrregião da AMAI (AMAI, 2017).

Em 1977, Xanxerê começava um movimento para ser sede microrregional, buscando também a criação de uma entidade, agrupando os municípios próximos. Em outubro de 1978, nascia a Microrregião do Alto Irani. (AMAI, 2017).

A Associação dos municípios do Alto Irani -AMAI foi fundada em 6 de outubro de 1978, composta pelos municípios de Abelardo Luz, Faxinal dos Guedes, São Domingos, Vargeão, Xaxim e Xanxerê desmembrados da AMOSC; Ponte Serrada, que se desmembrou da AMMOC e Xavantina da AMAUC. (AMAI, 2017)

Mapa 02: Mapa da Microrregião Geográfica de Xanxerê.



Fonte: Governo de Santa Catarina, 2017.

Há três fatores que contribuíram para o forte desenvolvimento da Região do Alto Irani. O primeiro, foi a chegada de Empresas Colonizadoras; em segundo lugar, abertura da Estrada Federal denominada BR-282 e, por último a instalação de Agroindústrias, que fomentam o desenvolvimento econômico da região. (AMAI, 2018)

Segundo documentos Jesuítas, em 1641, o bandeirante Jerônimo Pedroso de Barros foi o primeiro branco civilizado a pisar em solo Oestino Catarinense em busca de índios para escravizar. O interesse maior eram as manadas de gado que viviam à solta no Rio Grande do Sul. (BORDINHÃO, 1996, p. 13).

O território do Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina foi uma área de grandes conflitos pela posse das terras. A primeira disputa foi entre Portugueses e Espanhóis, mais tarde outros conflitos foram desencadeados. Segundo Pereira e Freddo, 2007:

A posse do Oeste foi, no passado, motivo de grandes disputas. Brasil e Argentina digladiaram-se em tribunais internacionais por 30,6km<sup>2</sup> de território compreendido entre o Sudeste do Paraná e o Oeste Catarinense. Em setembro de 1889, o Brasil obteve ganho de causa, mas a assinatura do laudo só ocorreu em 1895. Isto pode justificar parte do atraso verificado na construção do trecho situado em território

catarinense. Os Estados brasileiros envolvidos na questão, Santa Catarina e Paraná, após a solvência da disputa com a Argentina, queriam, ambos para si, a região. (PEREIRA, FREDDO, 2007, p.46).

No entanto, devido a essa disputa por terras, foi necessária a criação de colônias militares para “proteger” o território, em caso de ocupação indevida por parte da República Argentina.

Foram criadas duas colônias militares face à disputa das nossas fronteiras Oeste com a República Argentina, para garantir a integridade do nosso território. E o Decreto nº 252, de 16 de novembro de 1859, criava as Colônias Militares de Chapecó e de Chopim. A Colônia Militar de Chapecó situava-se na colina de Xanxerê, com uma área de 48 léguas quadradas. (BORDINHÃO, 1996, p. 15).

Segundo Peluso Junior (1991), o que chamamos de “ região Oeste Catarinense” é o espaço constituído pelo território do primitivo município de Chapecó.

O município de Chapecó fez parte do território que, em virtude do acordo que pôs fim a questão de limites Paraná – Santa Catarina, em 1916, voltou a jurisdição catarinense. Na parte ocidental foram criados os municípios de Chapeco e do Cruzeiro do Sul, mais tarde passa a denominar-se Joaçaba. A divisa entre os dois municípios então criados foi fixada no rio Irani. Com a área de 14.793 quilômetros quadrados, o município de Chapecó passou a constituir a região oeste catarinense. (PELUSO JUNIOR, 1991, P. 286).

Ainda segundo Peluso Junior (1991), a ocupação efetiva do Oeste Catarinense deu-se no século XIX. Fazendas surgiram nessa época, constituindo grandes domínios. Fazendeiros e posseiros viviam em economia de subsistência, apenas para o consumo.

No entanto a ocupação de fato se desenvolveu efetivamente a partir da economia do oeste catarinense o qual teve como percursos os descendentes de imigrantes italianos e alemães, porém não no território contestado.

A historiografia catarinense descreve o processo de ocupação da zona oeste do estado como resultado da assinatura do “Acordo de Limites entre o Paraná e Santa Catarina” em 1916, e da conclusão do trecho da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. (Cabral, 1970).

Porém, muito antes da assinatura deste acordo entre ambos os estados, é impossível não dar destaque ao maior conflito ocorrido no estado de Santa Catarina

com relação a disputa por território, no qual provocou a morte de muitas pessoas a denominada questão do “Contestado”.

Com isso a solução para resolver os limites entre os dois estados foi adiada pelo Parlamento Republicano, pois na ocasião estava sendo disputado pelo Brasil e Argentina os Campos de Palmas, na questão denominada “Misiones” ou “Palmas”, iniciando assim, uma disputa judiciária pela área contestada.

O que foi, de fato, a Guerra do Contestado, o nome fala por si só; foi uma área contestada entre os estados de Paraná e Santa Catarina, uma discussão para ver de quem pertenceria o território onde havia uma imensa floresta de araucária e grandes campos de erva mate.

Chamou-se Questão do Contestado, a disputa travada entre as províncias do Paraná e Santa Catarina pela área localizada no planalto meridional entre os rios do Peixe e Peperiguaçu. A região já era disputada pelos dois estados desde antes da criação da Província do Paraná, em 1853, permanecendo em litígio até o período republicano. (PIAZZA, HUBNER, 1989, p. 127).

Segundo PIAZZA, HUBNER (1989, p. 128), Santa Catarina teve ganho de causa em 1904, 1909 e 1910, porém todas contestadas pelo estado do Paraná, que iniciam uma campanha contra a decisão da separação da área “Contestada” até a luta armada.

Esta região foi cedida para Percival Farquhar, considerado o dono do Brasil, construiu a madeireira Mamoré, era dono da Light, entre outros, que recebeu do governo a responsabilidade de construir uma ferrovia chamada Brazilian Railway.

Farquhar foi reconhecido como um dos mais ativos empreendedores americanos. O início de suas atividades no Brasil data de 1904, quando criou, em Toronto, a Companhia Light and Power do Rio de Janeiro, destinada a operar no setor de energia elétrica na cidade do Rio de Janeiro; e da The São Paulo Tramway Light and Power Co. Ltd., criada para explorar iluminação e transporte urbanos na cidade de São Paulo. As duas “Lights” foram fundidas, gerando a Brazil Traction, que teve 55% do capital desviado em favor dos incorporadores e a dano dos acionistas. (PEREIRA, FREDDO, 2007, p. 48).

Esta estrada de ferro ligaria Rio Grande do Sul ao Rio de Janeiro, sendo que Farquhar ganhou 15 km de cada lado da linha que eram terras devolutas, terras do estado, terras já ocupadas por camponeses e desvalidos, para explorar a madeira por

uma companhia que também pertencia à Percival Farquhar, chamada Southern Brazilian Lumber and Colonization Company.

O Sindicato Farquhar, como ficou conhecido, por conseguir em dois anos obter empréstimos de 53 milhões de libras esterlinas, enquanto a República, em 25 anos não conseguira tamanho montante, tinha concessão para operar em 47% das ferrovias brasileiras. Após dominar as áreas adjacentes à linha ferroviária, o Sindicato fundou a Southern Brazil Lumber and Colonization Co. Instalou várias serrarias, sendo que uma delas operava com capacidade de 5.000.000 de pés de madeira por mês. A totalidade das terras do Sindicato, em todo o território brasileiro equivalia a uma área três vezes maior do que o Estado de Santa Catarina. (PEREIRA, FREDDO, 2007, p. 49).

Com a suspensão das obras de construção da estrada de ferro aproximadamente 8 mil homens ficaram sem trabalho, vários desvalidos, e ex revoltosos da Revolução Federalista, camponeses que eram os donos das terras, o que ocasionou um monte de gente pobre perambulando.

A companhia construtora da estrada de ferro iniciou o desalojamento dos moradores que estavam em sua faixa de concessão. Não possuindo documentação que garantisse a propriedade das terras que ocupavam, os moradores que eram desalojados não tinham a quem reclamar qualquer indenização. (COSTA, 2011, p. 220).

A situação se complicou significativamente com a decorrência de todos esses fatores, as terras passaram a pertencer a essa companhia, estava pronto o cenário para um conflito.

Faltava apenas um ingrediente messiânico, que teve como papel central o monge José Maria (tinha visões, era um ervateiro e curandeiro) que começa a criar os chamados quadrados santos, porque descobria as fontes de água com as varetas, pregava que o mundo iria acabar e que, quem o seguisse, iria ressuscitar e que a monarquia retornaria.

Sendo ex-militar, José Maria organizou os acampamentos, aos quais denominou Quadrados Santos, entregando aos seus adeptos mais fiéis o comando e a direção das rezas e da forma. Não foi difícil a José Maria, o terceiro monge, despertar na mente do sertanejo a crença de que a solução para os seus problemas imediatos, mais do que extraterrenos, estava em segui-lo e obedecê-los. (COSTA, 2011, p. 222).



Formam - se assim, grandes bandos que seguem José Maria, porém os coronéis insatisfeitos chamam a força pública para conter essa inquietação, que eles previam que poderia virar alguma revolta, porém foram eles que a provocaram. Em setembro de 1914, atacaram um dos campos santos, comandado por um general chamado Setembrino, sem nenhum tipo de aviso.

Objetivando a não instalação dos catarinenses em território paranaense, o governo do estado vizinho enviou forças militares para desalojar os invasores. A força policial paranaense atacou o acampamento de Irani, tendo sido ali travado sangrento combate, que culminou com grande número de mortos. (COSTA, 2011, p. 223).

Neste conflito morre José Maria. Alguns presos pela polícia, tiveram o cabelo raspado e passaram a se autodenominar pelados que lutavam contra os peludos.

O Governo mandou 9 mil homens do exército para o confronto, a primeira vez na história do Brasil que foram utilizados aviões para identificar onde estavam os redutos, para organizar os ataques.

O conflito só termina em 1916 tendo começado em 1911 e durou 5 anos até que todas essas terras passam a pertencer aos grandes proprietários de terra, aos coronéis de erva mate e aos coronéis da araucária.

O Acordo foi assinado no ano de 1916 quando, definitivamente, os limites territoriais ficaram estabelecidos. Desta forma, 20.000km<sup>2</sup> ficaram com o estado de Paraná e 28.000km<sup>2</sup> para Santa Catarina. Imediatamente foram criadas, pelo governo de Santa Catarina, as condições necessárias para a incorporação e o progresso desta área. (COSTA, 2011, p. 229).

Ainda segundo Costa (2011), em 1917, foram criados os municípios de Mafra, Porto União, Cruzeiro e Chapecó, com escolas, paróquias e comarcas judiciárias, com o objetivo de fomentar a ocupação de áreas anteriormente contestadas e fundamentar a conquista do Oeste Catarinense.

Desapareceram os empecilhos à colonização, mas as consequências de fatos que tiveram origem ainda no Império, influenciaram as atividades colonizadoras. (PELUSO JUNIOR, 1991. p. 288).

A colonização encontrou grandes entraves devido à incompreensão dos homens públicos do Paraná e de Santa Catarina. Os governos estaduais não auxiliaram a colonização e com suas rivalidades perturbaram um processo que teria

desenvolvido rápido, sem sacrifício para a população. (PELUSO JUNIOR, 1991. p. 289).

Após 1916, várias empresas de colonização - como a Southern Brazil Lumber and Colonization Co. (multinacional americana), a Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons e Cia. (Caxias do Sul) e capitais comerciais de Porto Alegre (Bertaso) intensificaram o comércio de terras no oeste catarinense, retalhando-o em lotes de 200 a 300 m de largura por 1 km de profundidade, que se limitavam com as extensas fazendas pecuárias existentes nos municípios de Abelardo Luz, Faxinal dos Guedes e Água Doce, entre outros. (ESPÍNDOLA, 1996, p. 21).

Na maioria dos relatos percebe-se que os colonos que migravam para o Oeste Catarinense eram filhos de pequenos produtores gaúchos, os quais não conseguiam se reproduzir na propriedade paterna em virtude do excedente populacional e o super aproveitamento dos solos (ESPÍNDOLA, 1996, p.23).

Neste contexto após os incentivos do governo do estado Santa Catarina passa a ser uma área muito atrativa a estes imigrantes, e conseqüentemente, as empresas colonizadoras. As famílias do estado do Rio Grande do Sul teriam maior afinidade com o trabalho agrícola contribuindo, significativamente, para o desenvolvimento econômico do estado.

O Estado de Santa Catarina tem sido apontado como modelo de implantação da Reforma Agrária no Brasil. Foi o que afirmou o ex-ministro Dante de Oliveira em Outubro de 1986, quando visitou o oeste catarinense: "Santa Catarina é um dos Estados mais adiantados do Plano Nacional de Reforma Agrária". (LISBOA, 1997, p. 104).

Segundo Lisboa (1997): "O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, de Santa Catarina, teve início em maio de 1980 com a ocupação da Fazenda Burro Branco, no município de Campo Erê, por mais de 300 famílias.

Neste sentido, as ocupações de fazendas improdutivas no oeste catarinense se intensificaram principalmente a partir do ano de 1985, pois a partir da primeira ocupação, em 1980, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, organizaram-se por todo o estado, identificando as possíveis áreas a serem ocupadas e chamando gente para juntar-se ao movimento.

## 2.2 Município de Abelardo Luz

O município de Abelardo Luz localiza-se a uma latitude de 26° 34' 2" Sul, e longitude 52° 20' 2" ao Oeste, possui 955,4 km<sup>2</sup> e faz divisa com os municípios de Ipuçu, Clevelândia e Ouro Verde. (SEBRAE, 2013).

Mapa 04: Localização do Estado de Santa Catarina e do município de Abelardo Luz – SC (Adaptado).



Fonte: LIMA, 2017.

O município encontra-se dentro da serra geral, pertencente ao grupo geológico denominado São Bento, constituído basicamente por rochas vulcânicas basálticas, possui relevo forte ondulado com terra roxa estruturada. (MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ, 2014).

O município de Abelardo Luz encontra-se na Zona Agroecológica 3C, correspondente ao Noroeste Catarinense, classificada como de clima Cfb, segundo Köppen, ou seja, clima temperado constantemente úmido, sem estação seca definida, com verão ameno (temperatura média do mês mais quente < 22,0° C). (GOULART, 2006, p. 14)

O povoamento efetivo de Abelardo Luz só teve início no presente século, com a chegada principalmente dos imigrantes gaúchos. A origem predominante destes imigrantes era a italiana, os quais vieram a juntar-se aos antigos moradores da região, os índios Kaingang, o fator de atração destes imigrantes foi a grande quantidade de madeira existente na região, bem como a boa qualidade do solo para a agricultura e pecuária (REYDON, ESCOBAR, BERTO, 2007, p.09).

Na década de 70, a economia do município baseava-se na exploração extrativista (madeira e erva-mate), que aos poucos foi cedendo espaço para a atividade agropastoril, sendo hoje uma realidade no município. (MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ, 2014).

A história do município confunde-se com os conflitos e discussões originadas pela posse e demarcação das terras da região entre os rios Iguaçu e Uruguai, no século XVIII. (BORDINHÃO, 1996, p. 26).

Abelardo Luz, ponto de parada na estrada das missões, por onde passavam militares e tropeiros, era passagem obrigatória para a Colônia de Xanxerê. Os primeiros colonizadores foram provenientes do Estado de Minas Gerais. (IBGE, 2016).

O município de Abelardo Luz foi integrante da antiga Colônia Militar de Chapecó, denominada Chapecó grande, fazia parte do distrito de Diogo Ribeiro (hoje São Domingos), com o nome de Passo das Flores. (BORDINHÃO, 1996, p. 26).

As primeiras famílias de que se tem notícia foram as de Messias de Souza e Leocádio dos Santos que já encontraram estabelecida a família de João de Oliveira na então fazenda Alegre do Marco. Anteriormente, a área era habitada por índios guaranis e kaingangues, hoje já civilizados e que ainda habitam alguns pontos da região. (IBGE, 2016).

Entrevistas realizadas junto aos membros da comunidade, apontam, na realidade, para duas situações bem distintas em termos de ocupação do município de Abelardo Luz, as quais são identificadas como região ao norte do Rio Chapecó e região ao sul do Rio Chapecó (REYDON, ESCOBAR E BERTO, 2007, p.09).

A região ao norte, apresenta uma ocupação bem diferenciada, sendo que as informações obtidas apontam que em 1985 haviam apenas 21 grandes propriedades com 15 proprietários se constituindo grandes latifúndios onde quando muito se desenvolvia extensivamente a pecuária de corte. (REYDON, ESCOBAR, BERTO, 2007, p.09).

Essa diferenciação em relação ao restante da região é atribuída à doação de terras, principalmente a ex-militares, pelo governo do Paraná. Hoje, essa região, em virtude da criação de novos municípios, se constitui na maior área de Abelardo Luz. (REYDON, ESCOBAR, BERTO, 2007, p.09).

Em 1922, foi elevado a Distrito com o nome de Abelardo Luz, em homenagem ao filho do então Governador do Estado, Hercílio Luz. (IBGE, 2016).

Abelardo Luz faz parte da “Região do Contestado” que foi um território inicialmente disputado entre o Brasil e a Argentina, tendo o Brasil ganho de causa e, também tem sido um território de disputa entre os estados de Santa Catarina e Paraná. (REYDON, ESCOBAR, BERTO, 2007, p.09).

Distrito criado com a denominação de Abelardo Luz, pela lei municipal nº 2, de 22-12-1917, subordinado ao município de Chapecó, posteriormente o distrito de Abelardo Luz passa a pertencer a Xanxerê, em 1958, desmembrado de Xanxerê, sede no antigo distrito de Abelardo Luz, em seguida desmembra-se de Abelardo Luz, Ouro Verde, Ipuçu. (IBGE, 2016).

Segundo dados da Prefeitura Municipal de Abelardo Luz – SC, o município possui 955,37 quilômetros quadrados e, atualmente, é um dos maiores produtores de grãos de Santa Catarina. É líder na produção de soja e milho, que são as duas principais atividades agrícolas. Os fatores determinantes para esse desenvolvimento agrícola está vinculado ao tipo de solo fértil e sendo reconhecido também como Capital Nacional da Semente de Soja, com alto índice de germinação.

Segundo Lisboa (1997), os Sem Terra aproveitaram a comemoração da festa de Nossa Senhora do Caravágio para realizar a chamada “ operação integrada de ocupações simultâneas”. Fazendo-se passar por romeiros, o comboio de caminhões com os Sem Terra não despertou suspeitas em nenhum município e eles puderam ocupar as propriedades quase sem resistência.

As famílias que estavam organizadas para as ocupações, saíram de 18 municípios da região oeste catarinense: Abelardo Luz, São Domingos, Galvão, São Lourenço do Oeste, Campos Erê, Ipumirim, Águas de Chapecó, Pinhalzinho, Saudades, Quilombo, Coronel Freitas, Caibí, Anchieta, São Miguel do Oeste, Palmitos, Caxambú do Sul, Romelândia e Descanso. (LISBOA, 1997, p. 111)

As ocupações não foram nada fáceis, segundo relatos, era frio estava chovendo, muitas mulheres grávidas, homens e crianças passaram a noite toda viajando, até chegar ao determinado local. Sendo que aproximadamente 1000 famílias que chegaram na primeira fazenda, encontraram homens armados que atearam fogo na ponte para que não pudessem passar, porém, após apagarem o fogo, conseguiram chegar ao local de madrugada.

Quatro dias depois das ocupações, o Governador e o Secretário da Agricultura reuniram-se com nove membros da comissão dos Sem Terra para comunicar que o INCRA já tinha proposto desapropriação das terras da viúva Anair Motta, de Amilton Viana e Eunice Gondin (duas propriedades com mais de 10 mil hectares). (LISBOA, 1997, p. 112).

No entanto, vários empasses ocorreram entre o governo e os Sem-Terra, que desencadearam uma série de protestos e reivindicações, principalmente em frente à sede do Incra em Chapecó, onde o movimento exigia do governo a resolução da distribuição de terras no oeste catarinense.

Segundo Lisboa (1997), uma série de acontecimentos marcaram o início das ocupações nas fazendas de herdeiros de ex-militares e de grandes latifundiários das araucárias e da erva mate no município de Abelardo Luz, Oeste de Santa Catarina, nos anos de 1985 e 1986, conforme mostra o quadro a seguir.

Quadro 03: Ocupações dos latifúndios em Abelardo Luz entre 1985 e 1986

DATA	ACONTECIMENTO
05/01/1985	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Sarney assina decreto de desapropriação de 1. 285ha da Fazenda Capão Grande.</li> <li>✓ O Proprietário Nei Barbosa Lima entrou com ação judicial pedindo reintegração de posse da área, e as famílias foram despejadas.</li> <li>✓ 130 foram para um lote comunitário de 5 ha, pertencentes ao INCRA que fica na Fazenda Papuan I, desapropriada há pouco tempo.</li> <li>✓ As outras 110 famílias, sem terem para onde ir e como forma de protesto, armaram seus barracos em frente ao Fórum e à Prefeitura de Abelardo Luz onde permaneceram por mais de um mês.</li> </ul>
07/05/1985	A Executiva Nacional do Movimento dos Sem Terra manteve uma audiência com o novo ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro e com o Presidente Nacional do INCRA, José Gomes, na tentativa de sugerir solução para a questão dos sem-terra e cobrar das autoridades mais agilidade na resolução dessa questão.
25/05/1985	Primeira ocupação no município de Abelardo Luz, cerca de 1000 famílias que saíram de 18 municípios da região oeste.
29/05/1985	Quatro dias depois das ocupações, o Governador e o Secretário da Agricultura reuniram-se com nove membros da comissão dos Sem Terra para comunicar que o INCRA já tinha proposto desapropriação das terras da viúva Anair Motta, de Amilton Viana e Eunice Gondin (duas propriedades com mais de 10 mil hectares).
03/06/1985	Em reunião realizada com o Governo do Estado, representantes do MIRAD, INCRA, Secretaria da Agricultura e representantes do Movimento dos Sem Terra, foi firmado um acordo, o governador do Estado comprometer-se-ia a comprar mil hectares de terras, duas áreas, uma situada no município de Abelardo Luz e outra em São Miguel do Oeste para nela assentar provisoriamente as famílias que ocupam terras até esta data.
05/06/1985	O grupo de trabalhadores rurais sem terra para as áreas de assentamento provisório: 500 famílias em 300 há em São Miguel do Oeste; 1.500 famílias em 340 ha em Abelardo Luz.
08/06/1985	Três dias após o deslocamento o advogado de Anair Motta desfez a transação de compra e venda com o Estado. A mesma decisão atingiu a compra das terras do espólio de Francisco Werneck que não quis mais vender suas terras.
12/06/1985	O Governo do Estado conseguiu cumprir sua parte no acordo firmado no início do mês com os Sem Terra, alugando 750 ha da Fazenda Úrsula Florestal Ltda de

	Chapecó: dos quais 650 ha estão localizados em Faxinal dos Guedes e 100 ha em Abelardo Luz. Conforme o acordo, o INCRA continuaria se mobilizando para encontrar 20 mil ha para assentamento definitivo.
Agosto de 1985	Essa primeira ocupação apresentou-se para os acampados como um dos mais duros, pois acabou a alimentação arrecadada pelas paróquias e comunidades e eles começaram a passar fome de verdade.
03/09/1985	Concedido pelo INCRA para identificação e desapropriação ou aquisição de 20mil ha para assentamento.
04/09/1985	Um dia depois do prazo estabelecido para o cumprimento do acordo e este não foi cumprido. Uma comissão de trinta colonos acampados foi até o INCRA de Florianópolis fazer um ato de protesto para pressionar o Governo. Vários agricultores, inclusive uma senhora grávida de 7 meses, ficaram nas dependências do INCRA, dormindo no chão e comendo somente sanduíche, em vigília até obterem uma resposta.
05/09/1985	Presidente Sarney assinou decreto de desapropriação de cerca de 13 milhas em 11 áreas do oeste catarinense. Isto implicou no assentamento de somente 100 famílias, enquanto havia mais de 2000 cadastrados.
10/09/1985	O MIRAD divulgou as 11 áreas desapropriadas em Santa Catarina.
Novembro de 1985	O final do ano se aproximando e não se definiu mais nada em relação a outras desapropriações.
27/02/1986	Outra comissão de acampados veio até ao INCRA de Chapecó, reclamar o acordo firmado no ano anterior que teve seu prazo final encerrado em 30/10/85.
05/03/1986	INCRA realizou uma reunião com representantes do Movimento dos Sem Terra e propôs uma trégua, que foi obtida com a comprovação de que o Instituto estava desenvolvendo todos os atos necessários ao encaminhamento dos problemas fundiários. O INCRA mencionou que há 21 áreas com desapropriação decretada em Santa Catarina, perfazendo mais de 22 milhas, aguardando "emissão de posse".
30/03/1986	50 representantes dos Sem Terra se reuniram em Chapecó para eleger os novos coordenadores do Movimento.
08 e 09/04/1986	No mesmo encontro, foram escolhidos os nomes dos delegados que participariam do 2º Congresso Estadual dos Sem Terra, que seria realizado
Março de 1986	Somente 248 famílias haviam sido transferidas para as áreas definitivas, sendo assim, os Sem Terra resolveram tomar mais uma medida.
06/08/1986	250 famílias de acampados entraram na Fazenda Capão Grande, também em Abelardo Luz. O imóvel fica localizado entre as Fazendas Papuan II e Santa Rosa e possui 4. 087 ha.
22/08/1986	Foi instituída na sede do INCRA de Florianópolis, a Comissão Agrária de Santa Catarina com o objetivo de acelerar o processo de Reforma Agrária e alterar a atual situação devida do homem rural. Nenhum representante dos Sem Terra participa da Comissão. O mesmo acontece com os Conselhos Agrários Municipais, criados para descentralizar o trabalho da Comissão Agrária Estadual.
14/09/1986	Foi realizada a 1ª Romaria da Terra de Santa Catarina, na localidade de Taquaruçú em Fraiburgo com a presença de mais de 20 mil pessoas. O local foi escolhido pelo Movimento Popular, exatamente para resgatar o passado e mostrar a luta histórica pela Reforma Agrária.
17/09/1986	200 famílias de acampados foram transferidos para a Fazenda Parolim de Itaiópolis.
25/09/1986	Uma comissão de Sem Terras de Santa Catarina foi a Brasília e juntamente com os Sem Terra de Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul mantiveram contato com o Ministro da Reforma Agrária pedindo maior atenção aos assentamentos e a desapropriação definitiva das Fazendas Capão Grande e Estrela de Abelardo Luz bem como a Rio dos Patos em Lebon Régis.
10/10/1986	Chapecó recebeu a visita do ministro da Reforma Agrária Dante de Oliveira, que cumpriu extenso programa, porém não visitou nenhum acampamento nem assentamento dos Sem Terra. 56 famílias acampadas entraram na Fazenda Santa Rosa II de propriedade de E. W e, três semanas depois se juntaram a estas mais 60 famílias provenientes do acampamento de Faxinal dos Guedes.

Novembro de 1986	Melhoraram as perspectivas de assentamento: dos ocupantes da Fazenda Santa Rosa, 62 famílias foram para Fraiburgo e 14 para Lebon Régis. Das famílias acampadas defronte à Prefeitura de Abelardo Luz, 35 foram para 670 ha doados pela proprietária da Fazenda Santa Rosa e 62 famílias se juntaram com outras 100 que estavam acampadas na Fazenda Estrela, aguardando novas desapropriações.																					
Dezembro de 1986	<p>Representantes do Movimento dos Sem Terras, Coordenadores dos acampamentos e dos assentamentos se reuniram em Chapecó para fazer a avaliação do ano de 1986. As metas de assentamentos previstos no Plano Regional de Reforma Agrária:</p> <p><b>Agrária para o Estado de Santa Catarina foram os seguintes:</b></p> <table> <thead> <tr> <th>ANO</th> <th>NºdeFam</th> <th>HA</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1985/86</td> <td>2.900</td> <td>50.000</td> </tr> <tr> <td>1987</td> <td>5.800</td> <td>90.000</td> </tr> <tr> <td>1989</td> <td></td> <td>29.000</td> </tr> </tbody> </table> <p><b>O número de famílias assentada em Santa Catarina pelo INCRA:</b></p> <table> <thead> <tr> <th>ANO</th> <th>NºdeFam</th> <th>HA</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1985/86</td> <td>1.453</td> <td>29.145</td> </tr> <tr> <td>1987</td> <td>70*</td> <td>2.127</td> </tr> </tbody> </table> <p>* Este dado é de setembro de 1987  Dados: INCRA/Florianópolis, Setor: Colonização</p>	ANO	NºdeFam	HA	1985/86	2.900	50.000	1987	5.800	90.000	1989		29.000	ANO	NºdeFam	HA	1985/86	1.453	29.145	1987	70*	2.127
ANO	NºdeFam	HA																				
1985/86	2.900	50.000																				
1987	5.800	90.000																				
1989		29.000																				
ANO	NºdeFam	HA																				
1985/86	1.453	29.145																				
1987	70*	2.127																				

Fonte: Lisboa, 1997, organizado pela autora.

Percentualmente, os anos em que ocorreram as ocupações das Fazendas Papuan, Ameixeira e Agroindústria Dissenha S.A. Indústria e Comércio, respectivamente 1985, 1995 e 1997, concentram 23,64% das ocupações e assentamentos criados no Estado de Santa Catarina. (VPC/BRASIL, 2006, p. 7).

A primeira e possivelmente a maior destas ocupações, ocorreu no Município de Abelardo Luz, na área da Fazenda Papuan, reunindo cerca de 2000 pessoas em 25 de maio de 1985, data esta que se tornou símbolo da causa da reforma agrária no Estado. Esta ocupação inspirou outras ocupações de terras similares acontecidas no mesmo ano e nos anos subsequentes, e foi incorporada ao nome de vários outros projetos de assentamento criados a partir de então. (VPC/BRASIL, 2006, p.1).

Os assentamentos do município de Abelardo Luz, no Oeste Catarinense, possuem uma contribuição econômica expressiva para o desenvolvimento do município, que por sinal é bastante significativa, levando em consideração as dificuldades enfrentadas por eles.

Cerca de cinco dias depois de ocupada a fazenda Papuan (localizada imediatamente após a ponte), os camponeses dirigiram-se à fazenda Sandra (hoje Assentamento 25 de maio), localizada a poucos quilômetros da primeira área ocupada. Nessa região de Abelardo Luz, os latifúndios eram controlados por três irmãs as quais tiveram suas terras desapropriadas em 1986. (PAIM, SIQUEIRA, 2014, p. 53).



Para Reydon, Escobar e Berto (2007, p. 10), as ocupações no município, na realidade, depois de começarem, nunca mais pararam, mas pode se observar duas fases bem distintas na implantação de assentamentos. A primeira de 1985 a 1989 e, a segunda, de 1995 em diante.

Segundo reportagem do Jornal Folha de São Paulo (1998), em Junho de 1997 começou uma grande concentração de sem-terra em Abelardo Luz, com a ocupação da fazenda Dissenha, por cerca de mil famílias. O MST, então, começou a invadir as áreas vizinhas, enviando grupos acampados que estavam na fazenda Dissenha, isso ocorreu pois havia aproximadamente, 51 fazendas com mais de 300 hectares no município.

O município de Abelardo Luz faz parte do Território da Cidadania Meio Oeste Contestado (SC), que abrange 29 municípios. Abelardo Luz possui 22 assentamentos da reforma agrária em uma área de 20 mil hectares, com 1,5 mil famílias – 30% dos assentados do estado estão concentrados no local. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2017).

Como já citado anteriormente, o motivo pelo qual há uma grande concentração de assentamentos no município de Abelardo Luz, no estado de Santa Catarina, está relacionado com a distribuição de terras pelo estado do Paraná a ex-militares. Conforme. É possível observar, na tabela a seguir, a quantidade de assentamentos, bem como a data de sua criação:

Segundo Sergio Antônio Cavalli, o município de Abelardo Luz possui o maior número de assentamento do estado de Santa Catarina “devido as suas características edafoclimáticas e por apresentar um número considerável de grandes propriedades, quando começaram as ocupações de terra por parte dos movimentos sociais. Coube ao INCRA fazer as vistorias nos imóveis classificados como médias e grandes propriedades, objetivando levantar todas as informações referente ao uso e produtividades desses imóveis”.

Com esse trabalho obtiveram-se dados e informações precisas quanto à classificação das áreas vistoriadas. As que não atingiram os índices mínimos de GUT e GEE e ofereciam condições para transformá-las em um Projeto de Assentamento (P.A), foram propostas para a desapropriação. Em outras palavras, o município tinha grande número de propriedades improdutivas e não estavam cumprindo sua função social. (CAVALLI, 2018).

Segundo dados do INCRA/SC, Abelardo Luz é o município catarinense com maior número de famílias assentadas no estado de Santa Catarina com um total de 1221 famílias, porém com capacidade de assentar 1418, estas famílias estão reunidas em 22 Projetos de Assentamentos de trabalhadores rurais e abrangem uma população de aproximadamente 6.100 pessoas (considerando que uma família tenha 5 pessoas) e ocupam uma área de 20.350,11 hectares.

Tabela 05: Assentamentos no Município de Abelardo Luz

Quant. Assenta.	Nome do PA	Capacidade	Famílias Assentadas	Área PA	Fase	Data Criação
01	PAPUAN I	27	24	359,00	Consolidado	14/01/1986
02	SANDRA	58	54	1001,44	Em estruturação	14/01/1986
03	PAPUAN II	63	51	969,00	Consolidado	01/04/1986
04	SANTA ROSA I	82	69	1193,00	Em consolidação	22/01/1987
05	SANTA ROSA II	52	34	669,00	Consolidado	10/04/1987
06	CAPÃO GRANDE	91	91	1285,00	Em estruturação	28/06/1988
07	VOLTA GRANDE	74	63	1236,00	Consolidado	08/03/1989
08	INDIANOPOLIS	90	70	1313,00	Em estruturação	10/01/1995
09	JURUA	40	38	419,00	Consolidado	21/12/1995
10	RECANTO OLHO D AGUA	25	21	470,44	Em consolidação	05/08/1996
11	SÃO SEBASTIÃO	32	28	323,00	Em consolidação	14/10/1996
12	TRES PALMEIRAS	70	51	765,32	Em consolidação	14/10/1996
13	13 DE NOVENBRO	105	90	1797,00	Criado	26/02/1997
14	NOVO HORIZONTE	60	51	765,32	Consolidado	11/04/1997
15	JOSE MARIA	270	242	3833,87	Criado	06/11/1997
16	BELA VISTA	84	61	1291,00	Em estruturação	09/12/1998
17	NOVA ARAÇA	7	7	94,00	Em estruturação	26/07/1999
18	JOAO BATISTA	30	30	419,41	Em consolidação	29/11/1999
19	NOVA AURORA	50	43	719,53	Criado	08/11/1999
20	ROSELI NUNES	84	81	1108,24	Criado	21/08/2000
21	SANTA ROSA III	16	16	231,00	Em instalação	31/10/2000
22	MARIA SILVESTON	8	6	87,49	Em instalação	23/03/2002
<b>Total</b>	-----	1.418	1.221	20.350,11	-----	-----

Fonte: INCRA/SC.

Esta quantidade significativa de assentamentos em um município se dá pela concentração de terras improdutivas nas mãos de grandes latifundiários. No entanto, os assentados, atualmente, contribuem significativamente para o desenvolvimento econômico do município e isso só foi possível após a redistribuição das terras para as famílias através do Incra, porém elas passam por muitas dificuldades, principalmente quanto à assistência e infraestrutura.

Outro exemplo destes conflitos foi o caso do fazendeiro Luís Carlos Bauer que levou dois tiros durante um confronto com trabalhadores rurais sem-terra acampados na fazenda São Sebastião, em Abelardo Luz, Oeste de Santa Catarina. (FOLHA DE SÃO PAULO, 1998).

Segundo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, cerca de 300 famílias -1.500 pessoas- invadiram a fazenda durante a madrugada. Ainda segundo os sem-terra, o fazendeiro passou o dia provocando as pessoas que estavam acampadas e ameaçou jogar a camionete contra os trabalhadores.

Já o cabo PM, Celso Souza Bueno, que acompanhou o ocorrido falou que os sem-terra fecharam a estrada e não quiseram negociar. O fazendeiro não podia chegar até sua área, que fica atrás da fazenda invadida.

Tendo em vista a extensão e a quantidade de assentamentos no município de Abelardo Luz, no Oeste de Santa Catarina, serão analisados somente cinco assentamentos para o desenvolvimento desta pesquisa: Assentamento Papuan I, Juruá, José Maria, Nova Aurora e Maria Silveston. Esses, foram criados em décadas diferentes e possuem características de formação diferentes.

Para melhor compreensão do objeto desta pesquisa, os assentamentos criados em períodos diferentes e que possuem históricos diferentes, faz-se necessário identificar quais as características de cada fase dos assentamentos. Para visualizar em qual delas se encaixam os assentamentos, segue o quadro abaixo.

Quadro 04: Fases e características dos assentamentos.

<b>Fases</b>	<b>Características</b>
<b>Criado</b>	A criação é feita por meio de portaria, publicada no Diário Oficial da União, na qual constam a área do imóvel, a capacidade estimada de famílias, o nome do projeto de assentamento e os próximos passos que serão adotados para assegurar sua implantação.
<b>Em estruturação</b>	Construção de casas, abertura de estradas, energia elétrica, créditos produtivos e assistência técnica.
<b>Consolidado</b>	Quando as obras previstas estejam concluídas (residências, estradas, rede de energia, etc.) e pelo menos 50% dos beneficiários tenham recebido o título de domínio da terra.
<b>Em consolidação</b>	A consolidação dos projetos de assentamento integrantes dos programas de reforma agrária dar-se-á com a concessão de créditos de instalação e a conclusão dos investimentos, bem como com a outorga do instrumento definitivo de titulação.
<b>Em instalação</b>	Divisão de lotes através de sorteio, instalação das famílias e primeiros créditos para a aquisição de ferramentas e insumos para o plantio de alimentos - para a segurança alimentar.

Fonte: INCRA/SC.

Sendo que dos assentamento pesquisados, o Papuan I e o Juruá, são assentamentos já consolidados. O Nova Aurora é um assentamento criado e o Maria Silveston está em instalação, ou seja, a partir da coleta dos dados, será possível fazer uma análise se de fato essas fases se concretizaram ou não.

Dentre os cinco assentamentos entrevistados, os donos eram pessoas que possuíam grandes extensões de terras. O assentamento Papuan I, surgiu a partir da ocupação da Fazenda Papuan, que pertencia a Nair Motta Pereira. Segundo os entrevistados, estas terras eram improdutivas em algumas partes e outras eram arrendadas, e em áreas bem acidentadas.

Quanto ao assentamento Juruá, as terras eram da Fazenda Dissenha S.A Indústria e Comércio, que pertencia a Oldemar Barbosa Lima Vierira, onde a área de terra era utilizada para extração do pinheiro araucária, sendo proibido por lei. Ou seja, para o desenvolvimento econômico do município e das famílias sem-terra eram inúteis.

O assentamento José Maria pertencia ao latifundiário Saldanha Ribas, residente em Curitiba –PR, conhecida por Congonhas Agropecuária S/A. Enquanto latifúndio, pouco contribuía para o desenvolvimento local. Após a implantação da Reforma Agrária, os 3.995 hectares do latifúndio passaram a ser ocupadas por 271 famílias. (PAIM, 2011, p. 83).

Os assentamentos Maria Silveston e Nova aurora pertenciam respectivamente a Ney Barbosa Lima e Dora Andrade Martins. Ambos acabaram vendendo suas terras para o Incra pois possuíam grandes extensões e não as utilizavam e nem tinham interesse de produzir nelas.

## CAPÍTULO 3

### 3.1 Assentamentos Estudados

O município de Abelardo Luz, conforme informações apresentadas no capítulo 2, possui no seu contexto histórico vários conflitos e discussão com relação a posse e demarcação de terras, no extremo oeste do estado de Santa Catarina.

O povoamento do município está relacionado com a passagem dos tropeiros, colonizadores de outros estados principalmente os gaúchos, atraídos pela extensa quantidade de madeira, qualidade do solo e parte das terras pertencentes a ex-militares.

A maioria das terras eram de grandes latifundiários. Em 1985 havia apenas 21 grandes propriedades com 15 proprietários, que desenvolviam apenas a pecuária de corte. Ou seja, a concentração de terras improdutivas que desencadeou uma série de ocupações destas áreas.

Segundo dados do Incra, o município de Abelardo Luz possui a maior concentração de assentamentos no estado de Santa Catarina, são 22 atualmente, com capacidade para 1418 famílias e com 1221 famílias já assentadas. (IBGE, 2018).

O principal motivo da existência destes assentamentos está relacionado à quantidade de terras improdutivas pertencentes a um único dono, ou seja, latifundiários. Os proprietários que negociaram estas terras com Incra não as utilizavam e em alguns casos receberam de herança dos pais e decidiram vender para repartirem, entre os irmãos, o valor recebido na venda.

No decorrer das entrevistas, muitas pessoas afirmaram que os donos das terras não tinham conhecimento da extensão delas. Alguns proprietários acabavam arrendando elas ou reflorestavam com pinus para o comércio, porém, quando ocorre a desapropriação destas terras, muitas famílias que já arrendavam essas áreas permaneceram com elas, a partir da divisão feita pelo Incra.

A primeira e possivelmente a maior ocupação de terras no estado de Santa Catarina, ocorreu no Município de Abelardo Luz, na área da Fazenda Papuan, reunindo cerca de 2000 pessoas em 25 de maio de 1985, data esta que se tornou símbolo da causa da reforma agrária no Estado. (VPC/BRASIL, 2006, p.02).

A ocupação da fazenda Papuan inspirou outras ocupações de terras similares acontecidas no mesmo ano e nos anos subsequentes. Foi incorporada ao nome de vários outros projetos de assentamento criados a partir disso.

Algumas ocupações acontecem até os dias de hoje no município. Uma das últimas foi em 2015, que deu origem ao acampamento “Kid”, nas terras de Ângelo João Alessio, na divisa entre o município de Abelardo Luz e Ipuçu, porém nenhuma decisão definitiva foi tomada até o momento, os sem – terra permanecem no local.

O acampamento Kid está localizado dentro da Fazenda Itália II, de propriedade de Ângelo Aléssio, na antiga Linha Passo Velho, saída para o município de Ipuçu (imagem 01). As famílias reivindicam a área de 450 hectares de terra para fins de reforma agrária alegando que a área é grilada. (GUIATEM, 2016)

Em todas as manifestações desde o despacho do juiz agrário, as lideranças do MST afirmavam que as famílias não deixariam o local até que o proprietário apresentasse a documentação que comprove ser o dono legítimo da área. (GUIATEM, 2016).

Imagem 01: Localização do Assentamento Kid entre Abelardo Luz e Ipuçu.



Fonte: Guiatem Abelardo Luz, 2016.

Após as resistências e conflitos desencadeados por este grande movimento de massas, iniciaram-se as negociações entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e as entidades de representação destes agricultores,

ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Igreja Católica, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT). (VPC/BRASIL, 2006, p.02).

Segundo a VPC/BRASIL, 2006, dentre os Projetos de Assentamentos surgidos ou compostos por famílias com passagem pela Fazenda Papuan, destacam-se em Abelardo Luz os assentamentos Papuan I e II, Sandra (25 de Maio), Capão Grande e Santa Rosa I, II e III.

Em 1997, em Abelardo Luz, ocorreu a primeira de muitas ocupações da Agroindústria Fazenda Dissenha S.A. Indústria e Comércio, a partir das quais se compuseram os seguintes assentamentos no município de Abelardo Luz: Nova Aurora, João Batista e Bela Vista. (VPC/BRASIL, 2006, p.02).

Segundo Sergio Antônio Cavalli (2018), no assentamento Papuan I, “ o Incra tomou posse do imóvel através de um Decreto de desapropriação, atualmente Lei 8.629/93, e posteriormente houve uma seleção dos sem-terra cadastrados para o assentamento definitivo.

Percentualmente, os anos em que ocorreram as invasões das Fazendas Papuan, Ameixeira e Agroindústria Dissenha S.A. Indústria e Comércio, respectivamente 1985, 1995 e 1997, concentram 23,64% das ocupações e assentamentos criados no Estado de Santa Catarina. (CPT). (VPC/BRASIL, 2006, p.07).

O número de assentamentos originados direta ou indiretamente a partir destas grandes ocupações é de 34 (36,6% encontrados na tabela a seguir) como segue: Fazenda Papuan, no município de Abelardo Luz, de 25 de Maio de 1985 (14%); Fazenda Ameixeira, município de Passos Maia no ano 1995 (14%) e Agroindústria Fazenda Dissenha S.A. Indústria e Comércio, município de Abelardo Luz, ano 1997 (8,60%). Os outros 59 assentamentos tiveram suas origens diversas. (VPC/BRASIL, 2006, p.07).

Tabela 06: A origem dos assentamentos

<b>OCUPAÇÕES</b>	<b>NÚMERO DE ASSENTAMENTOS ORIGINADOS</b>	<b>%</b>
Fazenda Papuan, Abelardo Luz, 25 de Maio de 1985	13	14
Fazenda Ameixeira, Passos Maia, 1995	13	14
,Fazenda Dissenha S.A. Indústria e Comércio, em Abelardo Luz, no ano 1997	08	8,60
Outras origens	59	63,40
	93	100

Fonte: VPC/BRASIL, 2006.

De acordo com relato de lideranças do MST da região, as ocupações em Abelardo Luz foram palco de violentos despejos, mortes e intensa repressão por parte do governo municipal. As ações mais violentas partiam principalmente dos capatazes das fazendas que, obedecendo às ordens dos seus patrões, ameaçavam e amedrontavam os acampados através de tiros e barreiras (PAVANI, 2011, p.14).

Os assentados, atualmente, contribuem significativamente para o desenvolvimento econômico do município. Isso só foi possível após a redistribuição das terras para as famílias pelo Incra, porém elas passam por muitas dificuldades principalmente quanto à assistência e infraestrutura.

Segundo dados apresentados pelo Incra, em dezembro de 2015, em uma reunião na Câmara de Vereados do Município de Abelardo Luz são produzidos cerca de 48 mil litros de leite todos os dias e 17 milhões de litros ao ano. Os assentados possuem ainda produção diversificada de alimentos dos produtos, destacados na tabela a seguir.

Tabela 07: Produção das famílias assentadas

<b>Quantidade de Famílias</b>	<b>Produtos</b>	<b>Quantidade/toneladas</b>
784	Milho	9.000
604	Feijão	453
652	Mandioca	588
707	Hortaliças	107
-	Piscicultura	86
-	Apicultura	4

Fonte: Incra/SC.

Vale destacar também que o desenvolvimento econômico não é somente do município, mas também das próprias famílias. A partir da obtenção de lucro com que produzem conseguem fazer mais investimentos em sua propriedade, melhorando ainda mais sua produtividade e sua qualidade de vida.

No mapa a seguir, é possível identificar a localização dos 22 assentamentos no município de Abelardo Luz, no Oeste de Santa Catarina, e em destaque, os cinco assentamentos que são o objeto desta pesquisa.



Mapa 04: Localizações dos Assentamentos Pesquisados



Fonte: LIMA, 2017.

Dos 22 assentamentos do município, somente 4 é que estão separados. Os outros 18 encontram-se na mesma localização e próximos, um fazendo divisa com o outro.

Dentre os cinco assentamentos entrevistados, os donos eram pessoas que possuíam grandes extensões de terras. O assentamento Papuan I surgiu a partir da ocupação da Fazenda Papuan que segundo os entrevistados parte delas eram improdutivas. Algumas áreas tinham pinus e em outras eram arrendadas, porém estas eram em áreas bem acidentadas.

Segundo Pagoto (2010), quanto ao assentamento Juruá, as terras eram da Fazenda Bom Retiro, porém mais conhecida como Fazenda Dissenha S.A Indústria e Comércio, que pertencia a família Dissenha, e utilizada para extração do pinheiro araucária, o qual era proibido por lei. Ou seja, para o desenvolvimento econômico do município e das famílias sem-terra eram inúteis.

José Maria pertenciam a grandes latifundiários, que devido a extensão e a mata fechada, que por lei não podiam mexer, se tornou mais viável vender para o projeto de Reforma Agrária do que investir para a produção agrícola.

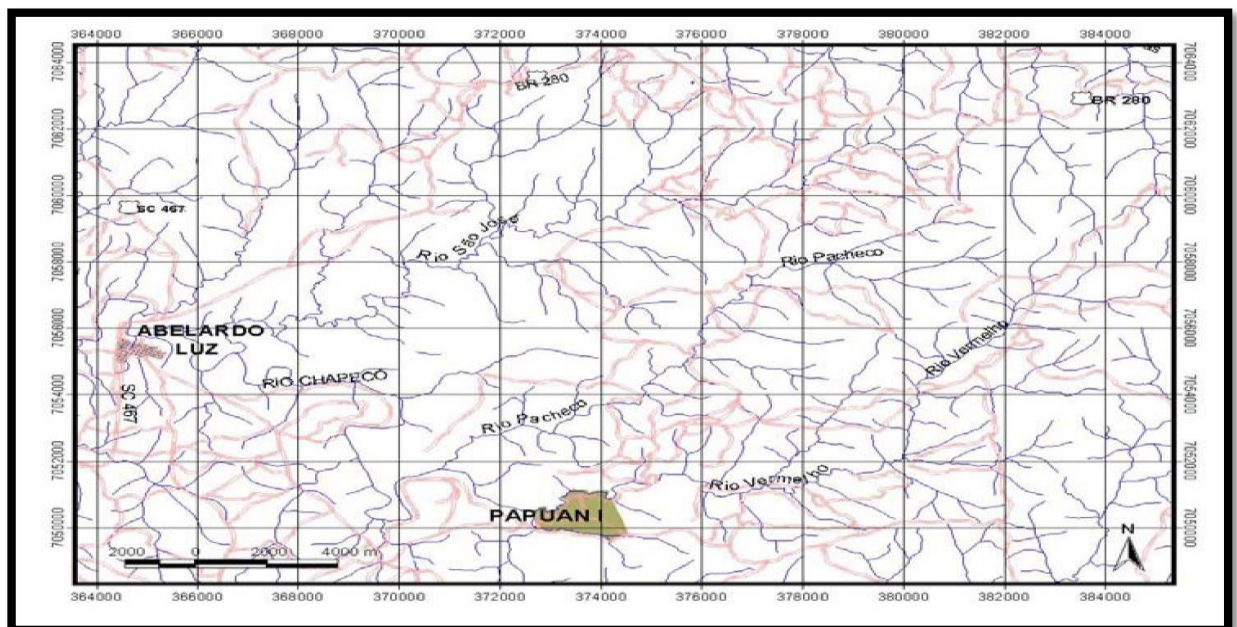
O assentamento José Maria pertencia ao latifundiário Saldanha Ribas, residente em Curitiba –PR. Enquanto latifúndio, pouco contribuía para o desenvolvimento local, após a implantação da Reforma Agrária, os 3.995 hectares do latifúndio passaram a ser ocupados por 271 famílias. (PAIM, 2011, p. 83).

Os assentamentos Maria Silveston e Nova aurora pertenciam respectivamente a Nei Barbosa e Crescencio Martins. Ambos acabaram vendendo suas terras para o Incra pois possuíam grandes extensões e não as utilizavam e nem tinham interesse de produzir nelas. As informações específicas de cada assentamento onde a pesquisa foi realizada, bem como os dados coletados, serão apresentados a seguir.

### 5.1.1 Assentamento Papuan I - 1986

O Projeto de Assentamento Papuan I localiza-se na região sul do município de Abelardo Luz. Seu trajeto, partindo da sede, é realizado pela estrada municipal que dá acesso à Araçá, num percurso de 12km, a estrada de acesso ao assentamento não é pavimentada. (VPC/BRASIL, 2006, p. 46).

Figura 01: Croqui de Localização do PA Papuan I



Fonte: VPC/Brasil (2006)

O assentamento Papuan I ocupa praticamente toda uma área de encostas às margens do rio Chapecó. Isto significa que a quantidade de áreas aptas ao plantio se restringe às margens do rio e ao topo de morro, conforme mostra a imagem (02)

abaixo. Mais de 50% das terras do assentamento pertencem à classe de relevos bem ondulados e com incidência de solo pedregoso. (VPC/BRASIL, 2006, p. 53).

Imagem 02: Margens do rio.



Foto: Angélica Vuelma, 30/06/2017.

Durante as entrevistas os assentados relataram as dificuldades em desenvolver as atividades agrícolas na propriedade, principalmente com relação à declividade do solo, como mostra a imagem acima.

Quando questionados sobre o que deveria melhorar no assentamento, responderam que precisam de máquinas para auxiliar no destoque das terras onde o solo possui alto nível de pedregosidade. Segundo dados da VPC/Brasil, 2006: “50,7% do solo que compõe o assentamento Papuan I são abundantes no quesito pedregosidade, 23,6% sem pedregosidade e 25,6% poucas pedras”.

Imagem 03: Topo de morro.



Fonte: Angélica Vuelma 30/06/2017.

Quase todos os lotes do assentamento estão comprometidos, apenas os últimos lotes a sudeste apresentam melhores áreas em termos de relevo, conforme a imagem 03 acima. (VPC/BRASIL, 2006, p. 55).

A exploração das áreas de meia encosta tem provocado erosões em forma de sulcos, que tendem a comprometer os rios a jusante, com processos de sedimentação. (VPC/Brasil, 2006, p. 55).

O assentamento apresenta diversos usos do solo entremeados por pequenas faixas de florestas secundárias em estágios pouco avançados de sucessão, sem a ocorrência de uma floresta contínua (Floresta Ombrófila Mista). Predominam, no assentamento, as áreas de antropismo, ou seja, culturas cíclicas, muitas delas estendendo-se até as margens do rio Chapecó. (VPC/Brasil, 2006, p. 72).

Tabela 08: Tipo solo.

SOLO		ÁREA (HA)	%
01	Nitossolo Vermelho Distroférrico relevo suavemente ondulado - NVdf	91,90	25,6 0
01	Nitossolo Vermelho Distroférrico relevo ondulado - NVdf	67,26	18,7 3
02	Cambissolo Háptico Alumínico + Neossolo Litólico Distrófico relevo fortemente ondulado- CXa + RLd	115,00	32,0 3
03	Cambissolo Háptico Alumínico relevo suavemente ondulado- CXa	84,86	23,6 4
TOTAL		359,03	100,00

\*Valor de área obtido a partir do mapeamento produzido.

Fonte: VPC/BRASIL (2006).

É possível perceber na tabela acima que, 32% do território do assentamento Papuan I possui solo Cambissolo Háptico Alumínico + Neossolo Litólico Distrófico. Esses são solos com baixa reserva de nutrientes, baixa fertilidade natural e a acidez fica entre média e alta. É um tipo de solo que para obtenção de produtividade, é indispensável a correção dele.

Os outros 18% são de solo Nitossolo Vermelho Distroférrico em relevo ondulado 25% Nitossolo Vermelho Distroférrico em relevo suavemente ondulado. É um tipo de solo com baixa reserva de nutrientes, com uma acidez devido ao alumínio que fica de média/alta. É um tipo de solo que, por sua vez, para obtenção de produtividades compensadoras, a correção é indispensável.

O restante do solo são 23% Cambissolo Háptico Alumínico. Possui baixa fertilidade natural e média/alta acidez. Os teores de matéria orgânica são médios, sendo que este tipo de solo interfere na realização de algumas atividades agrícolas pois é necessário um investimento muito elevado para a compra de adubação para a correção deste solo, bem como devido ao relevo ondulado, levemente ondulado,

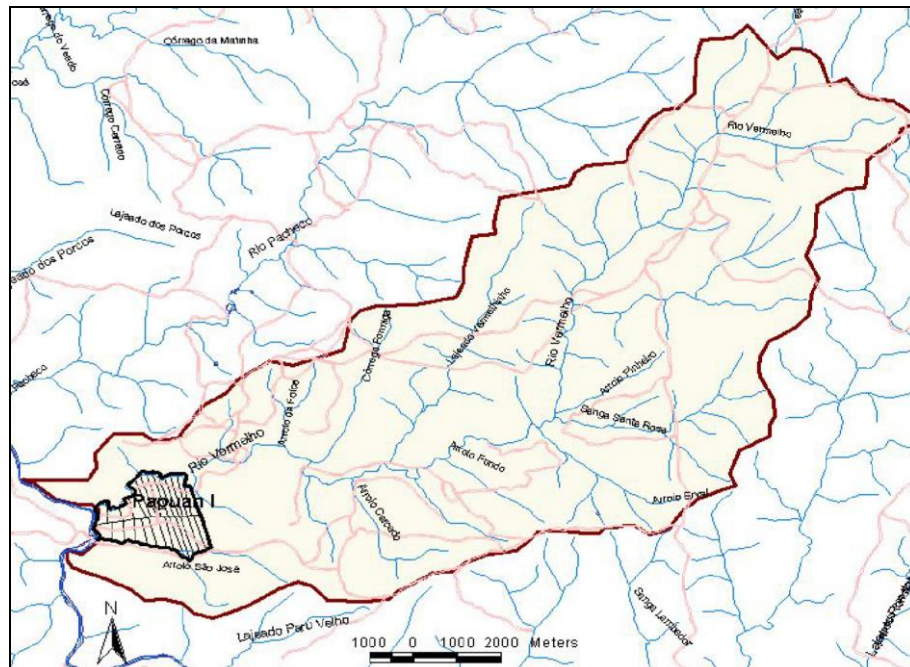
suavemente ondulado e fortemente ondulado. Isso acaba impossibilitando, em alguns casos, a utilização de máquinas e equipamentos para a preparação.

Devido a essas características apresentadas quanto ao tipo de solo, os assentados entrevistados destacaram a necessidade de maiores investimentos na recuperação deste solo e assistência técnica para orientar como fazê-lo. Destacam também que muitas famílias acabaram vendendo e indo buscar outra fonte de renda pois tornou-se insustentável viver nos lotes recebidos pela Reforma Agrária.

O PA Papuan I, localiza-se no baixo curso da microbacia do rio Vermelho (ou Papuan). Mais precisamente entre esta bacia e a do Arroio São José, tendo ambos sua foz junto ao rio Chapecó. (VPC/BRASIL, 2006).

Sua área de drenagem abrange cerca de 8.190km<sup>2</sup>, sendo que a Densidade de Drenagem é de 1,55km/km<sup>2</sup>. A vazão média é de 263,0m<sup>3</sup>/s, chegando a 870,0m<sup>3</sup>/s na máxima e 60,0m<sup>3</sup>/s na vazão mínima. Em Abelardo Luz essa bacia compreende cerca de 1.873km<sup>2</sup>, chegando a uma vazão mínima de 4.720,00 l/s em períodos de estiagem. (VPC/BRASIL, 2006).

Figura 02: Situação do assentamento em relação à microbacia do rio vermelho.



Fonte: VPC/BRASIL (2006).

No assentamento não há poços artesianos. A maioria dos assentados utiliza fontes, nascentes ou poços cavados, que costumam diminuir em épocas de estiagem. Não foram verificadas áreas de banhado representativas. Apenas uma mancha de

várzea, entre o rio Chapecó e o Papuan (Vermelho), apresenta probabilidade de inundação em períodos de chuva. (VPC/BRASIL, 2006, p. 64).

Tabela 09: Formas de abastecimento de água no Papuan I.

<b>SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA</b>	<b>TOTAL</b>
Fonte protegida	09
Poço cavado	06
Poço encamisado	03
Fonte	09

Fonte: VPC/BRASIL (2006).

Conforme as entrevistas, os assentados relataram sofrer com a falta de água, principalmente nos períodos de estiagem, haja vista que não são todas as propriedades que possuem nascentes de água, dependendo dos vizinhos, o que acaba dificultando o desenvolvimento de algumas atividades dentro da propriedade. Segundo dados coletados pela VPC/BRASIL (2006, p. 77). As classes de uso do solo no assentamento são de 36,08% da área com atividade agrícola localizada ao entorno das estradas, devido à facilidade de acesso e escoamento da atividade. O solo exposto e/ou arado corresponde a 27,45%, com extensas áreas contínuas de solo exposto, concentradas principalmente na porção central do assentamento.

Tabela 10: Uso do solo no assentamento Papuan I.

<b>CLASSE</b>	<b>ÁREA (ha)</b>	<b>%</b>
Solo exposto/arado	98,569	27,44
Agricultura	129,536	36,07
Floresta secundária em estágio avançado	30,607	8,52
Floresta secundária em estágio inicial/pastagem	50,285	14,00
Floresta secundária em estágio médio	41,115	11,44
Lagos	0,35	0,09
Estradas	8,646	2,40
<b>TOTAL</b>	<b>359,108</b>	<b>100</b>

Fonte: VPC/BRASIL (2006).

Localizado no Município de Abelardo Luz, este assentamento ocupa a área da antiga fazenda Papuan, algumas das famílias residentes na comunidade eram de antigos arrendatários da fazenda desapropriada e foram incorporados ao Papuan I na condição de assentados, a criação do Projeto de Assentamento é de 14 de janeiro de 1986. (VPC/BRASIL, 2006, p. 109).

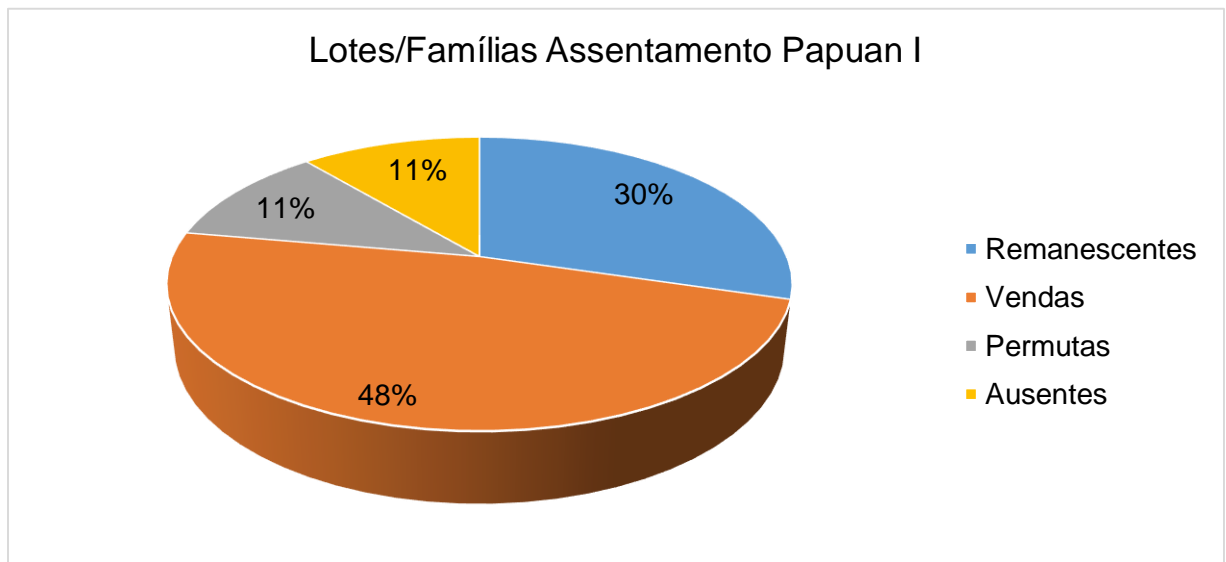
Segundo FERNANDES (2000. p. 158), os sem-terra enfrentaram jagunços que, na tentativa de impedir a ocupação, colocaram fogo na ponte, sobre o rio Chapecó,

que dá acesso à fazenda. Os sem-terra apagaram o fogo com galhos e lençóis e efetivaram a ocupação. [...] as liminares de reintegração de posse foram suspensas, a pedido do governador e os latifundiários foram chamados para a negociação.

No entanto, os entrevistados citaram que, durante a ocupação da antiga fazenda Papuan I, esse foi o único foco de conflito e que durante a ocupação houve focos de tensão entre os próprios assentados, haja vista que a quantidade de pessoas era maior do que a quantidade de lotes de terras que seriam distribuídas.

Segundo dados do INCRA o assentamento Papuan I possui capacidade para assentar 27 famílias, sendo que todas as propriedades foram visitadas, somente 03 não estavam em casa. A partir da aplicação do questionário foi possível identificar a situação de cada lote discriminado no gráfico a seguir.

Gráfico 05: Lotes/Famílias Assentadas Papuan I



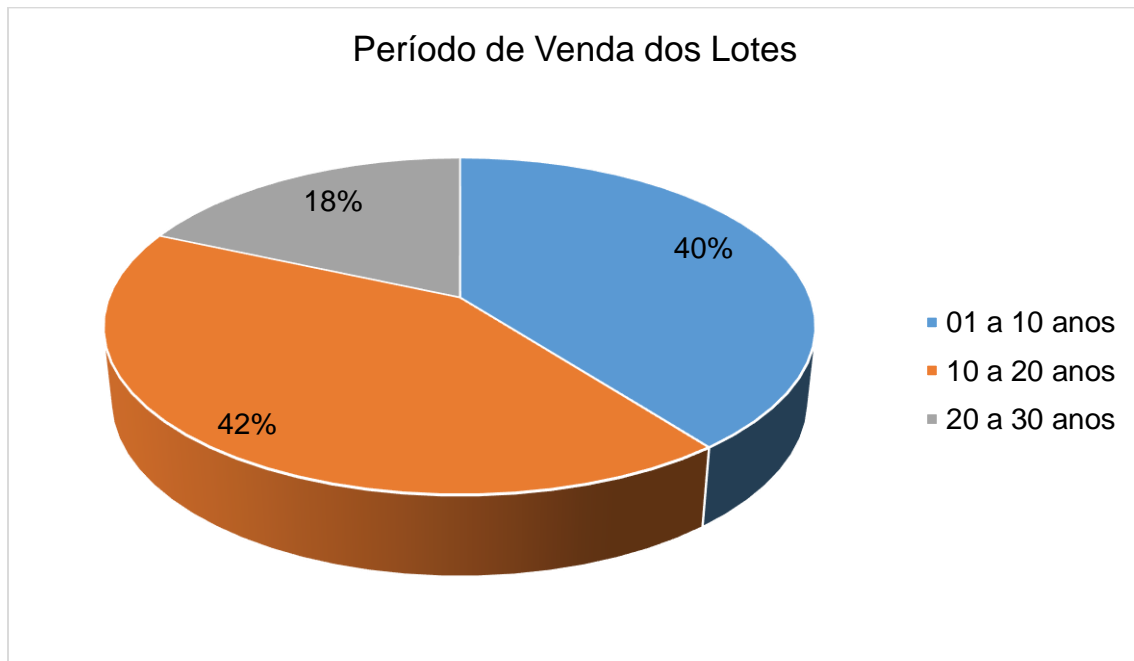
Fonte: Pesquisa realizada pela autora em junho de 2017.

Através da pesquisa realizada foi possível perceber que somente 08 famílias ainda são remanescentes do assentamento, ou seja, ganharam a terra do Incra ainda quando o assentamento foi consolidado e permanecem até hoje. As demais, já se mudaram das propriedades, através de permuta com outro assentamento, permuta por casa na cidade e venda dos lotes de terra. Conforme os dados coletados nas entrevistas e apresentados no gráfico acima, é possível identificar que 48% das famílias já venderam suas propriedades, 30% ainda são remanescentes e 11% realizaram permutas.

A maioria que saiu da terra justificou a decisão principalmente devido à falta de incentivos financeiros. Os que compraram ou adquiriram as terras através de permuta utilizaram o termo “falta de afinidade com a terra e com o trabalho”. Outro fator determinante são as condições do relevo e do tipo de solo que impede o plantio e manutenção das atividades agrícolas, em maior parte das propriedades.

No entanto, dentre os 13 lotes vendidos pelos primeiros donos do assentamento Papuan I, 61% fizeram entre os anos de 2007 a 2017; 31% entre os anos de 1997 a 2007 e 8% entre os anos de 1997 a 1987, conforme dados do gráfico abaixo.

Gráfico 06: Período de venda dos lotes



Fonte: Pesquisa realizada pela autora em junho de 2017.

A partir das informações coletadas a campo foi possível identificar o que levou muitos a venderem seus lotes foi a idade avançada e motivo de doença, impossibilitando-os fisicamente de desenvolverem trabalho braçal; pessoas que não tenham afinidade e não conheciam o trabalho na agricultura e não se adaptaram morar na área rural, ou como citou um assentado, “não tinham afinidade com a agricultura”. Se de um lado havia pessoas querendo sair do campo, por outro, muitas famílias viram a oportunidade e comprar esses lotes.

Muitas pessoas entrevistadas salientam que quem vendeu seus lotes, hoje está trabalhando de empregado na cidade. Muitos já nem possuem a casa, realizada na



troca e que vem no assentamento comprar muitos produtos como carne, mandioca, batata, hortaliças, entre outros, sendo que antes de venderem seus lotes, diziam que a terra não produzia nada.

No processo de venda dos lotes, os entrevistados destacam que algumas famílias venderam seus lotes por R\$1500,00, por carro, casa na cidade, entre outras coisas, ou seja, por valores bem inferiores do seu valor real. Quando questionados sobre o valor de venda de seus lotes, os valores variaram entre R\$40.000,00 a R\$500.000,00 cada lote, com área de 6 a 20 hectares. Esta diferença de tamanho é devido ao tipo de relevo, solo pedregoso, áreas de reserva ambiental e proximidade com o rio, conforme imagem a seguir.

Imagem 04: Margem do rio e áreas de preservação ambiental



Fonte: Angélica Vuelma, junho de 2017.

Já os lotes em topo de morro que são aplainados, solos com mais nutrientes é possível utilizar máquinas e pouca pedregosidade. Possui um valor maior na avaliação feita pelos seus proprietários.

Quando questionados sobre o que era preciso melhorar no assentamento, a maioria destacou: melhorar as estradas, placas de sinalização de acesso ao assentamento, mais incentivos financeiros para a compra de vacas de leite, calcário, adubo, sementes, serviço com máquinas para arrumar as terras, mais fiscalização do Incra, principalmente com relação aos lotes irregulares e mais compromisso com os assentados. Destacaram inclusive melhorias para as habitações, acesso a água encanada, que durante os períodos de estiagem é um problema e assistência técnica.

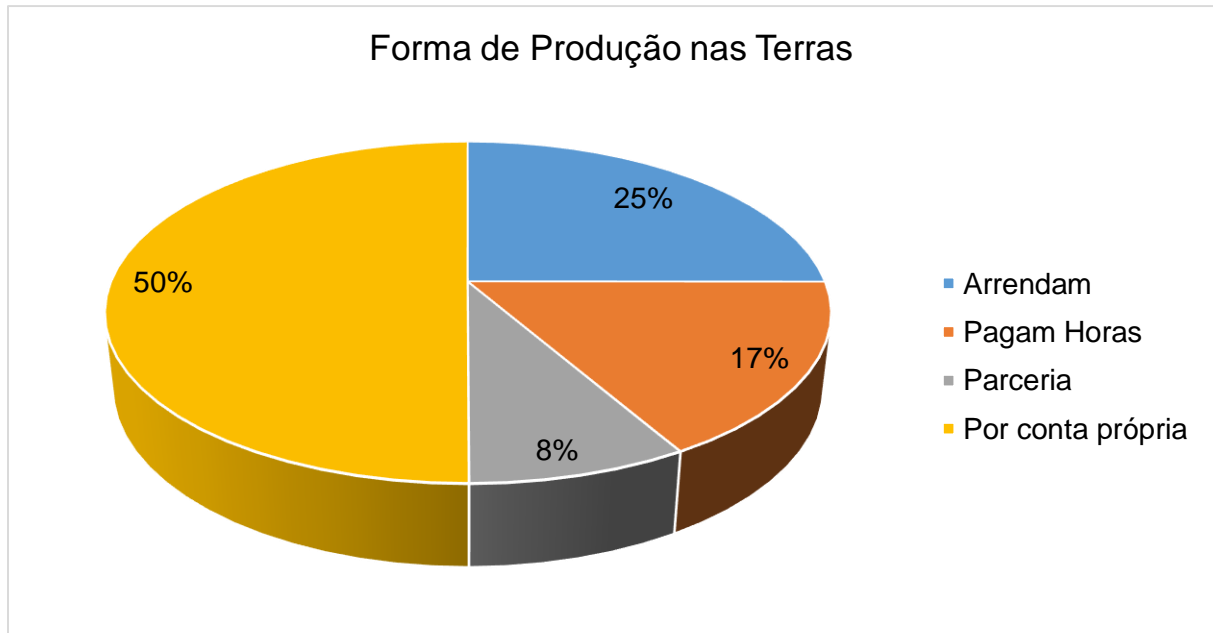
Somente três famílias entrevistadas relataram a importância do Título definitivo das terras alegando a facilidade aos financiamentos no banco. Há controvérsias dentro do assentamento, pois muitos só não conseguem financiar porque estão em

débito com o banco desde o início da formação do assentamento. Importante ressaltar que o Incra disponibilizava um determinado valor entre R\$9.000,00 a R\$10.000,00 para que pudessem iniciar suas atividades. No entanto, muitos não conseguiram pagar ou não quiseram.

Nos meses de junho e julho de 2017, período em que foi realizada a pesquisa, os assentados nada sabiam sobre como seria disponibilizada a titulação definitiva. Porém em novembro de 2017, é que iniciou o trabalho do Incra no município para regularizar e explicar como se daria este processo.

No assentamento Papuan I, segundo os entrevistados devido ao tipo de relevo, solo e dificuldades financeiras, muitos precisam de ajuda de terceiros para desenvolver as atividades agrícolas. Sendo assim, 8% fazem sistema de parceria a qual, cada um fica com 50% do lucro, 25% arrendam, que no caso recebem de 20% a 25% dos lucros, ou pagam horas para outra pessoa plantar e colher seus produtos, que por vezes torna-se oneroso, principalmente dependendo das condições climáticas que podem afetar a produção ou até mesmo o preço dos produtos.

Gráfico 07: Forma de produção nas terras



Fonte: Pesquisa realizada pela autora em junho de 2017.

Apesar das dificuldade no desenvolvimento das atividades agrícolas é possível perceber no gráfico acima, que 50% ainda plantam por conta própria, ou seja, 12 famílias. Porém, destas, 10 famílias plantam de forma rudimentar (boi e arado), devido ao relevo e também aos custos para pagar horas de máquina: duas famílias possuem

máquinas próprias, sendo que um deles Ildo Basso possui máquinas e equipamentos e presta serviços dentro do assentamento e também pratica o sistema de parceria e arrendamento com os assentados.

Pode-se analisar que 25% dos assentados arrendam suas terras. No entanto, o entrevistado Ildo Basso, não evidencia no momento da entrevista que arrenda terras dentro do assentamento. Mencionou somente que presta horas de serviço com suas máquinas para os vizinhos, e que para o Incra é proibido o arrendamento delas, podendo fazer sistema de parceria.

As famílias são compostas de aproximadamente 1 a 5 pessoas. As atividades desenvolvidas nas propriedades do assentamento são a agricultura e a pecuária. Os produtos produzidos são: milho, feijão, arroz, soja, fumo, leite, hortaliças, batata e mandioca. Segundo os entrevistados devido à falta de incentivos financeiros e também para arrumar a terra (destocar), eles se veem obrigados a utilizar outras formas para realizar o plantio na propriedade.

As cooperativas que os assentados mais utilizam para a entrega de produtos e compra de insumos é a Cooperoeste<sup>4</sup>, (criado pelos próprios assentados e que está localizada dentro do assentamento 25 de Maio), Coopetrasc<sup>5</sup> (é uma cooperativa de trabalho composta por profissionais autônomos ligados as áreas agrárias, econômicas, sociais, ambientais, dentre outras. Porém, no momento após os cortes feitos pelo governo, não estão mais prestando assistência aos assentamentos.

A Coopetrasc realizava nos assentamentos vários projetos, os quais prestava assistência técnica. No entanto, após o corte de verbas pelo Governo Federal, os funcionários foram demitidos ou remanejados. Essa é uma grande preocupação das famílias assentadas, haja visto que, sem esse auxílio, os projetos não terão assistência técnica para que sejam concluídos.

Nas imagens 04 e 05 abaixo, é possível perceber que os projetos enfrentaram sérias dificuldades em seu desenvolvimento, principalmente com relação a assistência técnica, pois possui data de início e de fim. Nestes casos seria em 2020, mas com esse corte nos investimentos, com certeza, não se findará.

---

<sup>4</sup> COOPEROESTE: Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste LTDA.)

<sup>5</sup> COOPETRASC: Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária de Santa Catarina.

Imagem 05: Implantação de unidade demonstrativa pomar doméstico.



Foto: Angélica Vuelma, junho de 2017.

Imagem 06: Implantação de unidade demonstrativa pastoreio racional Voisin



Foto: Angélica Vuelma, junho de 2017.

A cooperativa C. Vale (financia a produção, garantindo crédito aos cooperados, especialmente os pequenos produtores e está instalada no centro da cidade de Abelardo Luz). A Cooperalfa (localizada no centro da cidade de Abelardo Luz) e a Cooperfertil (localizada na comunidade do Araçá, próximo ao assentamento).

Ainda durante as entrevistas, outro ponto importante foi abordado, algumas pessoas, para complementar a renda, trabalhavam na Aurora Alimentos. O transporte passava pelos assentamentos para levar os empregados até a empresa. Porém, o Incra os proibiu de trabalharem com carteira assinada, segundo normas pré-estabelecidas. Houve um caso em que foi prometido regularizar a documentação desde que saíssem dos empregos, porém isso ainda não aconteceu. Em uma família

entrevistada, percebe-se que estão com a instalação de luz ainda provisória há aproximadamente 6 anos.

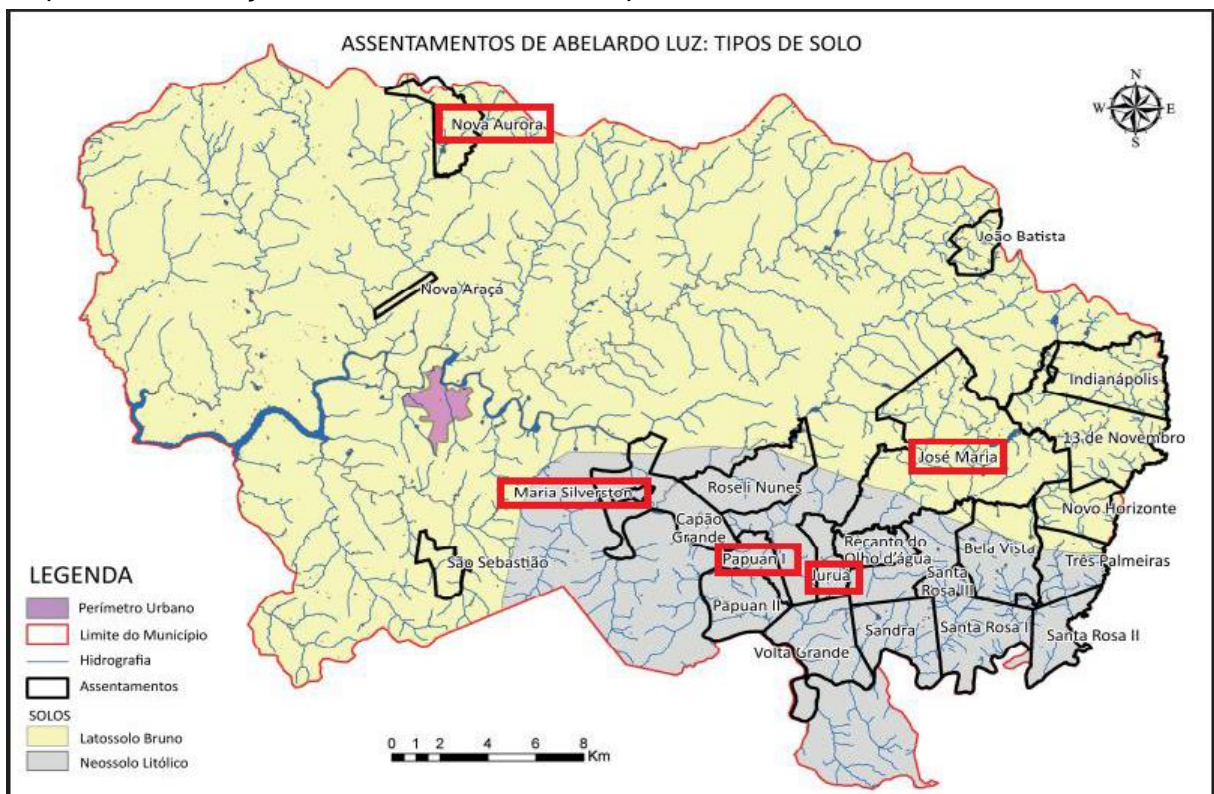
Quando questionado sobre a questão de trabalhar fora, o funcionário do Inbra Sergio Antônio Cavalli (2018), destaca que “o Inbra NÃO permite que o assentado trabalhe fora do Lote, com raríssimas exceções, porém eles fazem à revelia do INCRA, bem como no caso das vendas dos lotes.

O lote é destinado ao assentado para que ele e sua família tirem da terra seus sustentos com evolução social e econômica e absolva a mão de obra familiar. Quanto às vendas e trabalhar fora, também existem suas exceções, tais como problemas de saúde, o casal fica sozinho no lote (êxodo rural) e idade avançada, entre outras.

### 5.1.2 Assentamento Juruá - 1995

O assentamento Juruá está localizado na região sul do Município de Abelardo Luz. As características gerais deste assentamento são parecidas se não iguais ao do Papuan I, pois fazem divisa. No mapa abaixo, é possível identificar em destaque, a localização.

Mapa 05: Localização dos Assentamentos Pesquisados



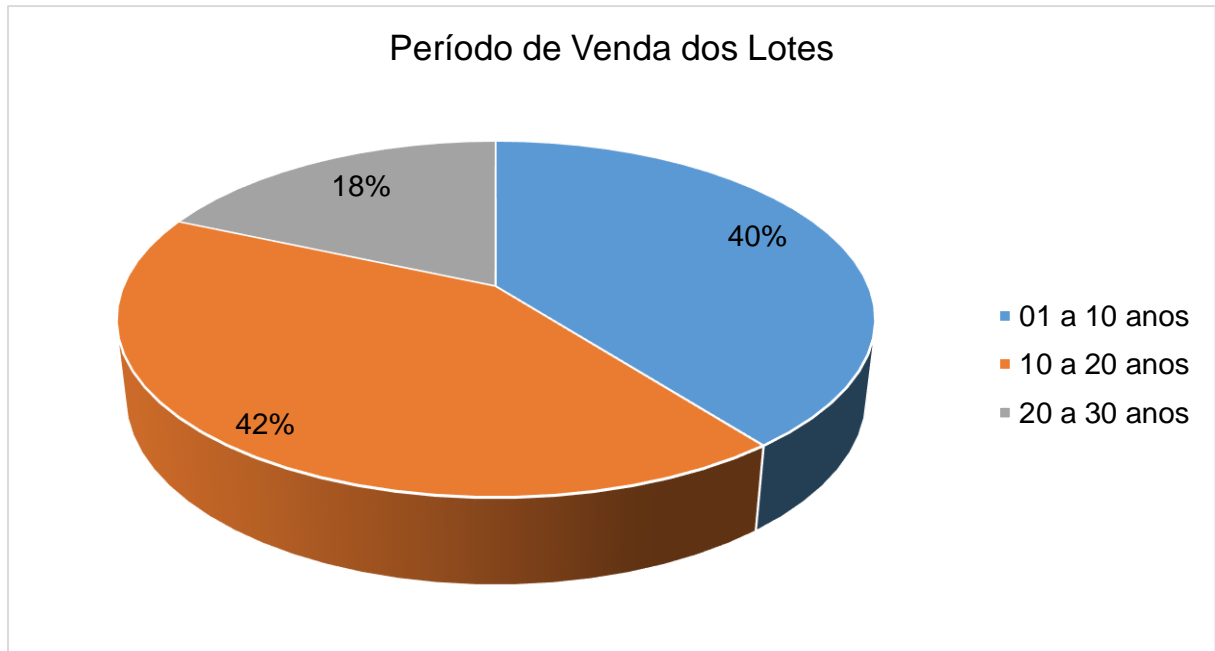
Fonte: LIMA, 2017.

No assentamento Juruá, as terras eram da Fazenda Dissenha S.A Indústria e Comércio, pertencente a Oldemar Barbosa Lima Vieira, onde a área de terras era utilizada para extração do pinheiro araucária. Isso era proibido por lei, ou seja, para o desenvolvimento econômico do município, e das famílias sem-terra, eram inúteis, o INCRA tomou posse através de Compra e Conda. Dec. 433/92.

Segundo dados do INCRA o Assentamento Juruá possui capacidade para assentar 40 famílias, no entanto no momento foram assentadas 38 famílias das quais todas as propriedades foram visitadas.

Neste assentamento, 40% vivem nos assentamentos entre 01 a 10 anos, ou seja, entre 2007 a 2017 42% vivem entre 10 a 20, entre os anos de 1997 a 2007, 18% das famílias vivem de 20 a 30 anos, que correspondem entre os anos de 1995 a 1997, haja vista que sua formação foi em 1995. No entanto, vale destacar que algumas famílias possuem mais de um lote de terra, pois é permitido que cada filho tenha um lote. Nestes casos ficam todos próximos uns dos outros perfazendo a propriedade de toda a família. (Gráfico 08).

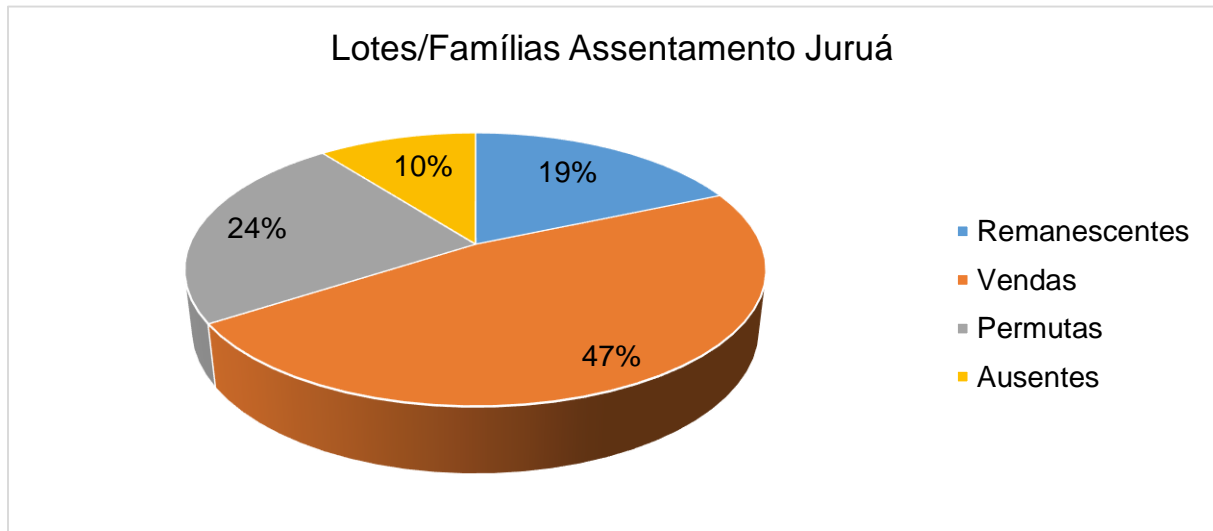
Gráfico 08: Período de venda dos lotes



Fonte: Pesquisa realizada pela autora em junho de 2017.

Conforme os dados coletados nas entrevistas e apresentados no gráfico abaixo, é possível identificar que 47% das famílias já venderam suas propriedades, 19% são remanescentes e 24% realizaram permutas.

Gráfico 09: Lotes/Famílias Assentadas no Juruá



Fonte: Pesquisa realizada pela autora em Junho de 2017.

As famílias são compostas por duas a cinco pessoas. Os produtos produzidos nas propriedades são: gado de corte, milho, feijão, leite, fumo, soja e demais produtos para subsistência (batata, mandioca, entre outros). A média de terras recebidas é de 10 a 12 hectares por família. No entanto, 15 lotes são mecanizados, os demais lotes possuem menos de 5 hectares de áreas mecanizadas, dificultando a realização das atividades agrícolas e pecuárias na propriedade.

Quando questionados sobre o preço de seus lotes se fossem vender, os valores ficariam entre R\$50.000,00 e R\$500.000,00. Os lotes de menor valor são áreas que possuem menos de 5 hectares mecanizada. Já os lotes que a maioria é mecanizada os valores são maiores. No entanto 9 famílias entrevistadas destacaram a importância de receber a titulação definitiva para poderem realizar financiamentos de maior valor. Neste caso, são propriedades visivelmente melhores no quesito relevo e tipo de solo, sem contar que apresentam condições financeiras favoráveis.

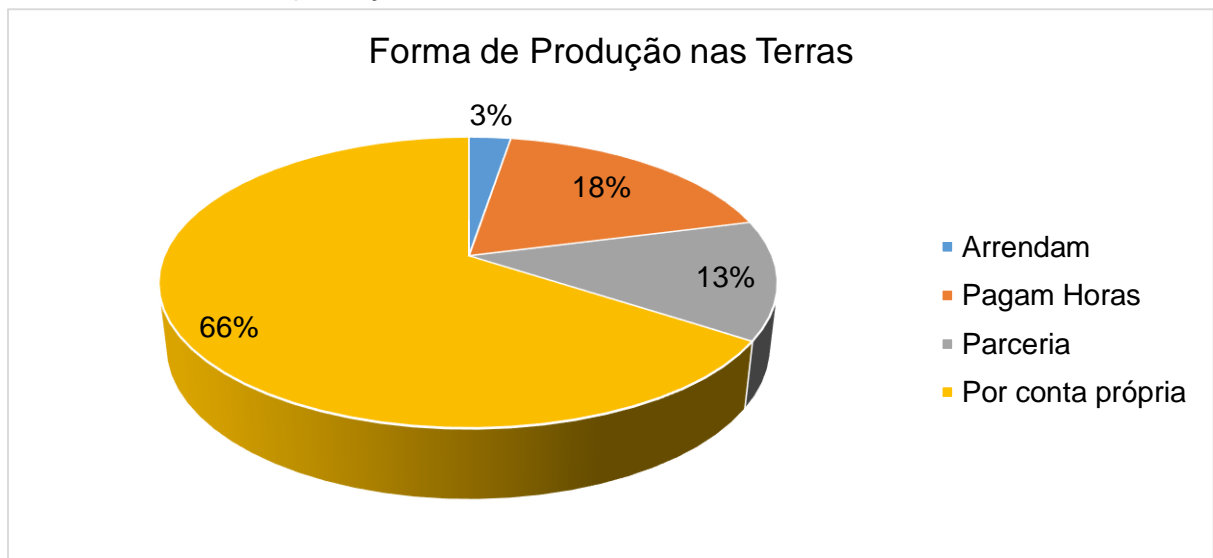
A renda de 6 famílias é mensal; ou trabalham fora, ou são aposentados. Porém, as que trabalham fora estão vinculadas ao assentamento, como professora, ou na cooperativa do próprio assentamento, que é permitido pelo INCRA. Outras 13 famílias possuem uma renda mensal e anual vivem da venda de produtos agrícolas e leite. As demais famílias entrevistadas somente renda anual de venda de produtos agrícolas.

A cooperativas as quais os assentados mais utilizam para a entrega de produtos é a Cooperoeste. A maioria dos assentados negocia, pois ela recolhe o leite da maioria das propriedades (criado pelos próprios assentados e que está localizada

dentro da assentamento 25 de Maio), Coopetrasc (é uma cooperativa de trabalho composta por profissionais autônomos ligados as áreas agrárias, econômicas, sociais, ambientais, dentre outras, porém no momento após os cortes feitos pelo governo os mesmos não estão mais prestando assistência aos assentamentos), C. Vale (financia a produção, garantindo crédito aos cooperados, especialmente os pequenos produtores e está instalada no centro da cidade de Abelardo Luz) , Cooperalfa (localizada no centro da cidade de Abelardo Luz) e a Cooperfertil (localizada na comunidade do Araçá, próximo ao assentamento).

Para produzirem suas terras, os assentados precisam de outros meios, sendo que das famílias entrevistadas, 18,4% pagam horas; 13,2% sistemas de parceria; 2,6% arrenda; 65,8% plantam por conta própria pois não podem arrendar devido às orientações do INCRA, ou somente utilizar o sistema de parceria. (Gráfico 10).

Gráfico 10: Forma de produção nas terras



Fonte: Pesquisa realizada pela autora em junho de 2017.

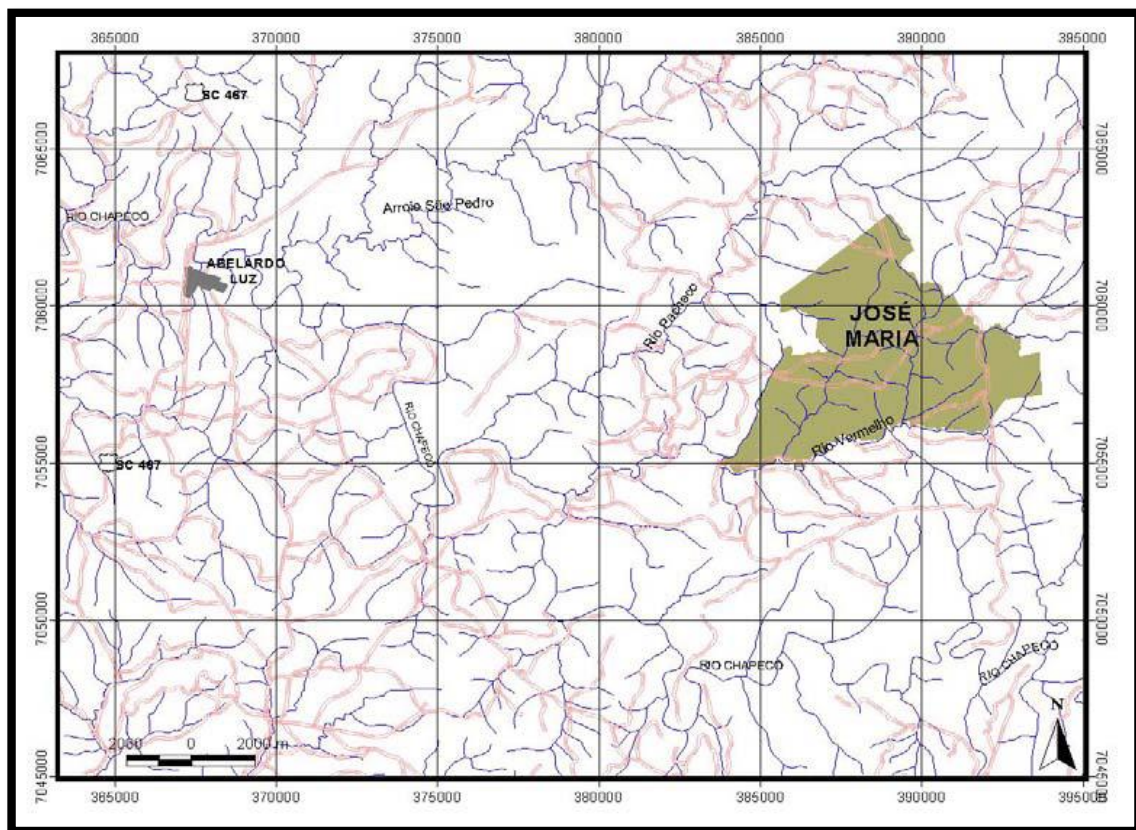
Apesar dos Projetos de Assentamentos preverem toda a assistência necessária às famílias, infelizmente isso não acontece. Conforme dados levantados nas entrevistas, os assentados indicaram algumas melhorias necessárias, tais como: infraestrutura, fiscalização por parte do INCRA, assistência técnica, título da terra, investimentos/financiamentos, cursos, projetos, incentivo (preço dos produtos) e máquinas para arrumar as terras.



### 5.1.3 José Maria – 1997

O PA José Maria localiza-se a leste do município de Abelardo Luz, Santa Catarina, a 35km de distância, da sede municipal. O acesso é realizado por estrada municipal revestida com cascalho, possibilitando tráfego permanente até o início do imóvel. Também pode ser acessado pela antiga rodovia que liga Abelardo Luz a Palmas, com distância de 44km, e a 14km do trevo de acesso a Palmas.

Figura 03: Croqui de localização do assentamento José Maria



Fonte: VPC/Brasil (2006).

Praticamente toda a extensão do assentamento José Maria localiza-se, predominantemente, sobre topos planos e amplos planos ou com colinas suavemente onduladas. Na nascente do rio Vermelhinho, o relevo apresenta-se ondulado, convexado, apresentando em alguns pontos vertentes assimétricas. (VPC/Brasil, 2006, p. 50).

Imagem 07: Relevo do Assentamento José Maria



Fonte: Angélica Vuelma, Setembro de 2018.

Conforme é possível observar na imagem acima, o relevo é um ponto positivo no assentamento José Maria. O terreno na maior parte é plano e suavemente ondulado, facilitando o desenvolvimento das atividades agrícolas e mecanização das lavouras.

Segundo a classificação obtida na geração do modelo digital do terreno e consequente mapa de declividade, o assentamento possui cerca de 45% de áreas planas, ou seja, 1.793,03ha. Quase 25% do seu relevo é suave ondulado, perfazendo um total de 70% de áreas favoráveis à agropecuária no tocante à topografia. (VPC/Brasil, 2006, p. 51)

Os tipos de solo que ocorrem no PA José Maria são: Latossolo Bruno Alumínico, Cambissolo Háptico Alumínico, Neossolo Litólico Alumínico e Gleissolo Melânico Alumínico. (VPC/Brasil, 2006, p. 51).

No assentamento predominam as áreas de antropismo com culturas cíclicas. Para a análise do PA José Maria, utilizaram-se as seguintes classes de uso do solo: solo exposto/arado, agricultura, floresta secundária em estágio inicial/pastagem, floresta secundária em estágio médio de regeneração, floresta secundária em estágio avançado de regeneração e estradas. (VPC/Brasil, 2006, p. 52).

A região onde está inserido o assentamento José Maria possui boa disponibilidade hídrica, sendo que a densidade hidrográfica gira em torno de 1,3 rios por quilômetro quadrado. Portanto, se mantido o nível de preservação necessária nas margens e cabeceira dos mesmos, o fator água não representará problema. (VPC/Brasil, 2006, p. 65).

Segundo informações da VPC/Brasil (2006), o PA José Maria ocupa a área da antiga fazenda Congonhas, as famílias residentes no assentamento têm sua origem em três grupos fundadores.

Com mais de 200 famílias, o maior deles veio do Município de Passos Maia, outro grupo veio encaminhado por meio de acordo da Prefeitura Municipal de Abelardo Luz com o INCRA, e era constituído por cerca de 30 famílias, e um terceiro grupo formado por aproximadamente 25 famílias de peões e arrendatários da fazenda Congonhas. (VPC/Brasil, 2006, p. 115).

O nome José Maria homenageia o líder religioso e político que esteve à frente dos caboclos catarinenses no episódio conhecido como Guerra do Contestado. O líder utilizava de uma fonte d'água existente no interior do assentamento para fazer curas e batismos. (VPC/Brasil, 2006, p. 115).

Segundo dados do Incra (2017), o assentamento José Maria, possui capacidade para assentar 270 famílias, no entanto um assentado entrevistado destacou que “hoje há somente 50 famílias remanescentes, e que muitos assentados possuem mais do que um lote, e que precisaria também ter mais um lote para ampliar as atividades agrícola desenvolvidas na propriedade”.

Quando questionado sobre a sua opinião referente a titulação definitiva das terras, o mesmo disse que não tem interesse, pois não tem interesse de vender, que não é o caso de muitas famílias, citou como um fator importante em permanecer no assentamento José Maria, a existência do Polo do Instituto Federal de Educação do Campo, implantado em 2012, e a Escola Paulo Freire onde seus dois filhos frequentam; sem contar que até deste fim do ano de 2018 será inaugurada a nova estrutura escolar, conforme imagens abaixo.

Imagem 08: Nova Unidade Escolar do Assentamento José Maria



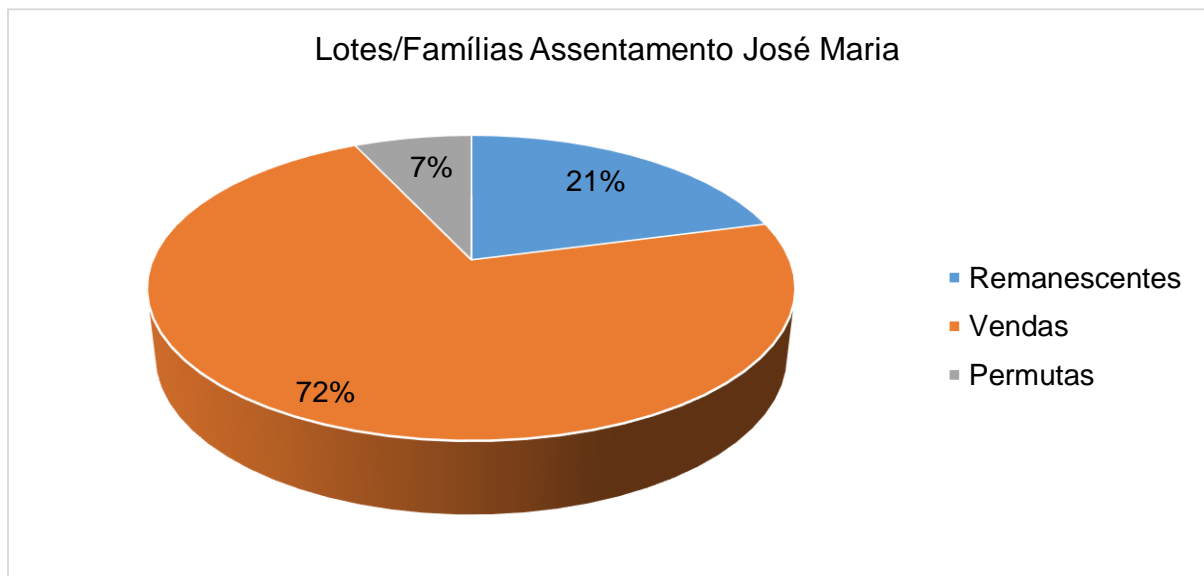
Foto: Angélica Vuelma, Setembro de 2018.

Quanto às informações obtidas em relação à concentração de lotes, ela se concretiza, pois quando foi entrevistado um assentado informou que existem pessoas que possuem até dez lotes, que foi comprando um para cada filho, e que estão somente esperando a regularização dos Títulos de Concessão de Uso.

Outro fato como este se evidencia na entrevista com uma família, que possui 4 lotes, um para cada filho, ambos são um do lado do outro, o último lote adquirido foi para sua filha com 14 hectares, que foi pago em 2017 o valor de R\$95.000,00. Já os demais lotes foram adquiridos entre os anos de 2008 a 2014, e pagos entre R\$25.000,00 a R\$35.000,00. Salientaram a importância em receberem a titulação definitiva das terras para facilitar a aquisição de mais linhas de financiamento.

Devido a extensão do PA José Maria e a quantidade de lotes, foram entrevistadas somente 43 famílias, sendo que destas a maioria comprou os lotes, conforme informações no gráfico abaixo.

Gráfico 11: Lotes/Famílias Assentadas José Maria



Fonte: Pesquisa realizada pela autora em Setembro de 2018.

Segundo uma das famílias remanescentes entrevistadas, o principal motivo que levou às vendas dos lotes está relacionadas as dificuldades para se manter no lote, que segundo o assentado, é mais difícil do que ficar acampado em barraco de lona.

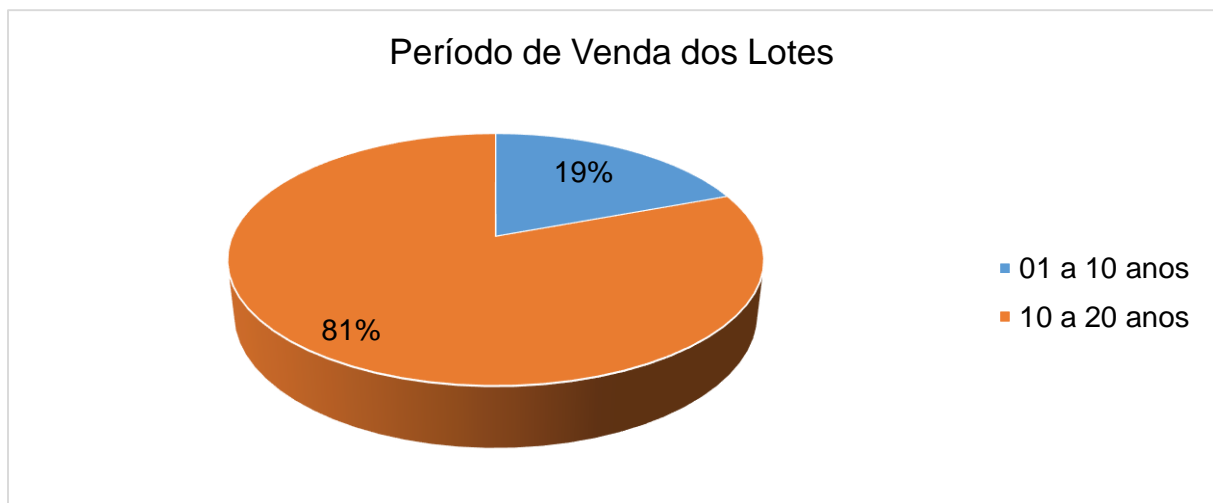
Para se instalar, o Incra financiava um valor entre R\$ 9.000,00 e R\$10.000,00, para a compra de arado, boi, carroça, sementes entre outras coisas. No entanto, o lote que o mesmo ganhou era coberto por mato e o Incra não deixava derrubar para

fazer roça, dificultando o desenvolvimento de atividades agrícola. Sendo assim o responsável não conseguiu pagar o financiamento até hoje.

Segundo este assentado, quem focou com os melhores lotes foram as famílias que já arrendavam as terras da fazenda e os capatazes, e que também já possuíam um poder aquisitivo maior para poder investir e se manter na propriedade.

Dos 31 lotes que foram vendidos, 80,6% ocorreram entre os anos de 1998 a 2008, e 19,3% entre os anos de 2008 e 2018, como mostra o gráfico 12. Além das dificuldades encontradas para se manter na propriedade, outros fatores provocaram a venda destes lotes. Dentre elas estão: idade avançada dos primeiros ganhadores, doença, falta de recursos par dar continuidade às atividades agrícolas na propriedade e também por não saberem como desenvolver estas atividades.

Gráfico 12: Período de venda dos lotes

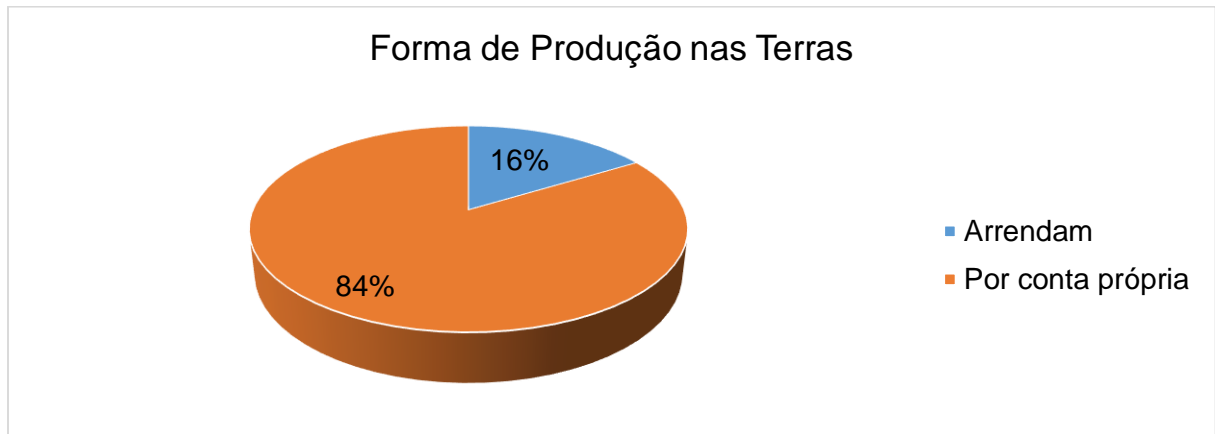


Fonte: Pesquisa realizada pela autora em setembro de 2018.

No gráfico a seguir, é possível perceber que 84% das famílias produzem por conta própria, porém vale destacar que desses, metade são arrendatários, e a maioria possui mais do que um lote, máquinas, equipamentos e recursos financeiros para compra de insumos para plantarem.

Os outros 16,3%, arrendam suas terras, pois segundo eles não tem máquinas e equipamentos para realizarem a atividade agrícola, e como os insumos e sementes são muito caros não possuem dinheiro para adquiri-los.

Gráfico 13: Forma de produção das terras



Fonte: Pesquisa realizada pela autora em setembro de 2018.

Os lotes no AP José Maria variam de 9 hectares a 15 hectares, sendo que o tamanho é determinado pelo tipo de relevo e se há áreas de preservação ou não. Os moradores são bem distantes uns dos outros e é possível perceber que há vários lotes que não possuem moradores, situação que vai de encontro com as exigências do Incra.

O Incra iniciou no ano de 2017 a regularização dos documentos, pois muitas pessoas moravam nas terras há vários anos e não tinham o título de concessão de uso em seus nomes. Neste momento também o Incra disponibilizou um dos benefícios do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) chamado “Fomento Mulher”.

Segundo o Incra (2018), “para implantar projeto produtivo sob responsabilidade da mulher titular do lote, no valor de até R\$ 5 mil (cinco mil reais), em operação única, por família assentada”.

Quando questionados sobre a titulação, aproximadamente 10 famílias disseram que não tem interesse pois sabem que terão de pegar pela terra e que perdem todos os benefícios oferecidos pelo Incra; faculdade para os filhos, acesso a alguns créditos que existem somente para os assentados e assistência técnica nas propriedades, que hoje é realizado pela Cidasc, Coperoeste em parceria com o Incra.

Outra questão levantada é que, quem está em débito com o banco, não pagou os financiamentos, a partir do momento que tiver a terra em seu nome, o banco pode exigir como pagamento da dívida; o que leva muitos a não quererem o título de domínio definitivo.

O PA José Maria é o mais desenvolvido, comparando com os demais assentamentos. Possui escola, Instituto Federal, estradas boas, as terras são na

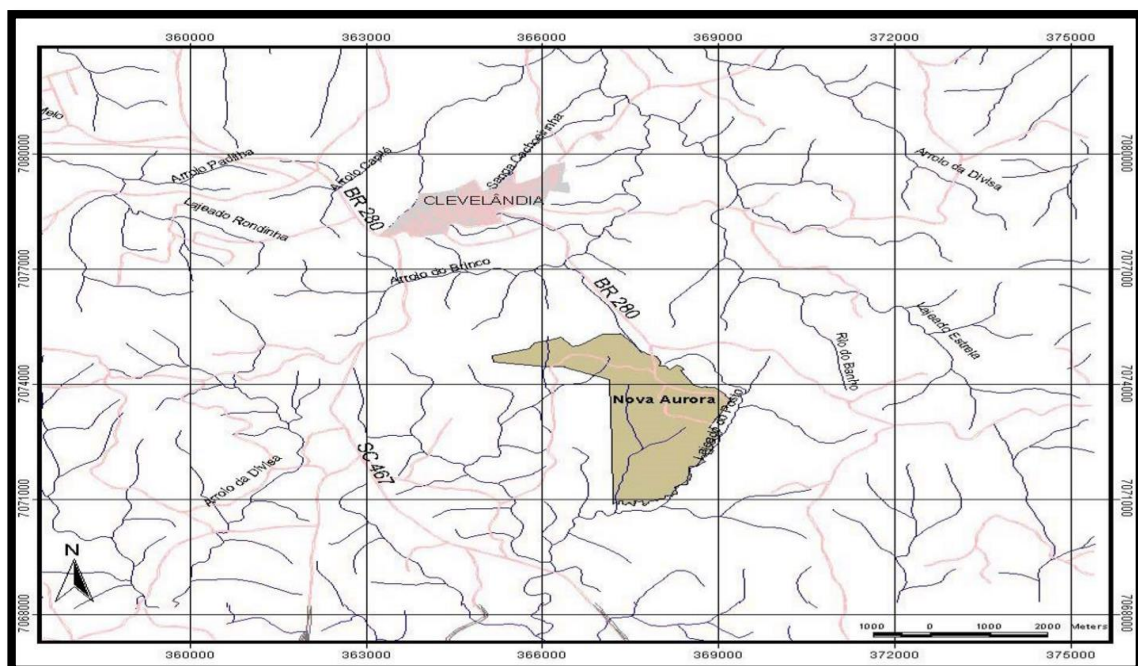
maior parte planas, e é o assentamento onde mais se encontram trabalhos e pesquisas. Este assentamento é criado, ou seja, é feita por meio de portaria, publicada no Diário Oficial da União, na qual constam a área do imóvel, a capacidade estimada de famílias, o nome do projeto de assentamento e os próximos passos que serão adotados para assegurar sua implantação.

#### 5.1.4 Assentamento Nova Aurora - 1999

O assentamento Nova Aurora localiza-se a noroeste do município de Abelardo Luz, em Santa Catarina, a dez quilômetros de distância, em linha reta, da sede municipal a distância, por rodovia, é de cerca de 30km. (VPC/BRASIL, p. 46, 2006).

O acesso principal, partindo-se da sede de Abelardo Luz, é feito pela rodovia SC-467, sentido Palmas, Paraná, percorrendo 18km até chegar ao trevo com a BR-280 (figura 04). (VPC/BRASIL, p. 46, 2006).

Figura 04: Localização do Assentamento Nova Aurora



Fonte: VPC/BRASIL, 2006.

O assentamento Nova Aurora tem sua área espacializada sobre um divisor de águas, de topo plano, com interflúvios, geralmente amplos e de onde se originam pelo menos quatro cabeceiras de drenagem. As vertentes são, em sua maioria, convexas

com vales em forma de V aberto e seu entorno imediato compreende as nascentes do rio Lajeado do Posto. (VPC/Brasil, p. 52, 2006).

Figura 04: Vista geral do relevo onde está inserido o assentamento.



Fonte: VPC/BRASIL, 2006.

De acordo com as classes de relevo, o assentamento Nova Aurora possui 33,2% de áreas planas, isto é, 238,74ha possuem declividade entre zero e 5%. Já 28,1% são consideradas áreas com relevo suave ondulado, com declive entre cinco e 10% e outros 25,3% classificados como relevo ondulado, cuja declividade varia de 10% a 15%. (Tabela 10). (VPC/BRASIL, 2006, p. 52).

Tabela 11: Classes de relevo e de declividade existentes no imóvel

CLASSES DE RELEVO	CLASSES DE DECLIVIDADE		ÁREA DO IMÓVEL	
	EM PERCENTUAL	EM GRAUS	PERCENTAGEM	HECTARE
1- Plano	0 – 5	0 – 2,9	33,2	238,74
2- Suave Ondulado	5 – 10	2,9 - 5,7	28,1	202,03
3- Ondulado	10 – 15	5,7 – 8,5	25,3	182,01
4- Muito Ondulado	15 – 25	8,5 – 14	11,8	85,13
5- Forte Ondulado	25 – 47	14 – 25	1,6	11,23
6- Áreas de Uso Restrito	47 – 100	25 – 45	0,1	0,47
7- Área de Preservação Permanente	> 100	> 45	Zero	Zero

Fonte: VPC/BRASIL, 2006.

Apenas 13%, aproximadamente, da área total do assentamento possuem limitações de uso associadas à topografia mais íngreme. Porém, neste assentamento, áreas totalmente planas não significam aptidão ao uso, pois algumas vezes são compostas por solos saturados, mal drenados e de onde se originam nascentes, além de serem impróprios para cultivos. (VPC/BRASIL, 2006, p. 56)



Tabela 12: Descritiva dos solos.

SOLO		ÁREA (HA)	%
01	LATOSSOLO VERMELHO Distroférrico relevo ondulado – LVdf	128,84	17,97
02	CAMBISSOLO HÁPLICO Alumínico + NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico relevo ondulado – CXa + RLd	585,36	81,63
03	GLEISSOLO MELÂNICO Alumínico – GMa	2,9	0,4
	TOTAL	717,10*	100

Fonte: VPC/BRASIL, 2006.

É possível perceber, na tabela acima, que 81,6% do território do assentamento Nova Aurora possui solo Cambissolo Háplico Alumínico + Neossolo Litólico Distrófico. Esses são solos com baixa reserva de nutrientes, baixa fertilidade natural e a acidez fica entre média e alta. É um tipo de solo que para obtenção de produtividade é indispensável a correção.

Outros 17,9% são Latossolo Vermelho em relevo ondulado. Suas características químicas, contrariamente às físicas, são bastante inadequadas. A de caráter distrófico, confere a estes solos baixa disponibilidade de nutrientes e alta acidez os teores de matéria orgânica são médios.

E 0,4% são do solo Gleissolo Melânico. As características químicas são muito inadequadas, a baixíssima disponibilidade de nutrientes bem como a altíssima acidez decorrem do caráter alumínico e os teores de matéria orgânica são altos.

O solo, por sua vez, possui algumas peculiaridades, com características químicas bastante inadequadas. Segundo dados da (VPC/Brasil, p. 57, 2006), “o caráter distrófico confere a estes solos baixa disponibilidade de nutrientes e alta acidez. Os teores de matéria orgânica são médios, variando de 2,5 a 5,5%.

Neste sentido, os assentados elencaram a importância em receber incentivos financeiros (adubo) e governamentais (calcário) para recuperar as terras e aumentar a produtividade, haja vista que 19 propriedades praticam a atividade leiteira, e as demais famílias plantio de soja, milho, feijão, entre outros, isso torna a terra o capital mais valioso e que precisa ser bem cuidado para que essas atividades possam ser desenvolvidas adequadamente.

Dos cinco assentamentos pesquisados, o Nova Aurora possui o melhor relevo, comparando-o com os demais, (imagem 07). Todos os lotes possuem entre 10 a 12 hectares de área mecanizada, deixam de ocupar para o plantio, somente as áreas onde estão construídas as benfeitorias (casa, estrabaria, galpão, etc).

Imagem 09: Relevo do Assentamento Nova Aurora.

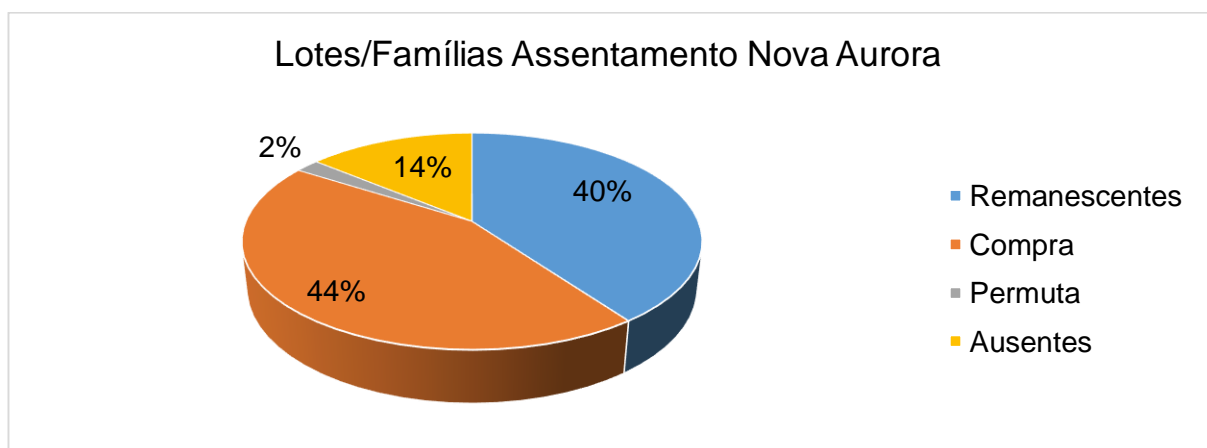


Foto: Angélica Vuelma, setembro de 2017.

As famílias entrevistadas também citaram, como um ponto positivo, a localização do assentamento que fica próximo a SC-467 e próximo à cidade de Clevelândia – Paraná. Segundo informações do Incra, o Assentamento Nova Aurora possui capacidade para assentar 50 famílias, sendo que todas as residências foram visitadas e entrevistadas. Dentre os assentamentos utilizados para a aplicação do questionário e levantamento de dados, visível que o problema é mais abrangente do que somente o arrendamento das terras, mas sim, a própria venda delas.

Das famílias entrevistadas, foi possível identificar que 44% são compradores; 40% ainda são os primeiros moradores, sendo que dessas, existem 4 irmãs que são solteiras e possuem um lote de cada; 2% realizou permuta de outro assentamento, das 14% das famílias que estavam ausentes duas delas estão construindo casas nos lotes e no momento moram na cidade, as demais não se encontravam, porém, segundo os vizinhos, também compraram os lotes.

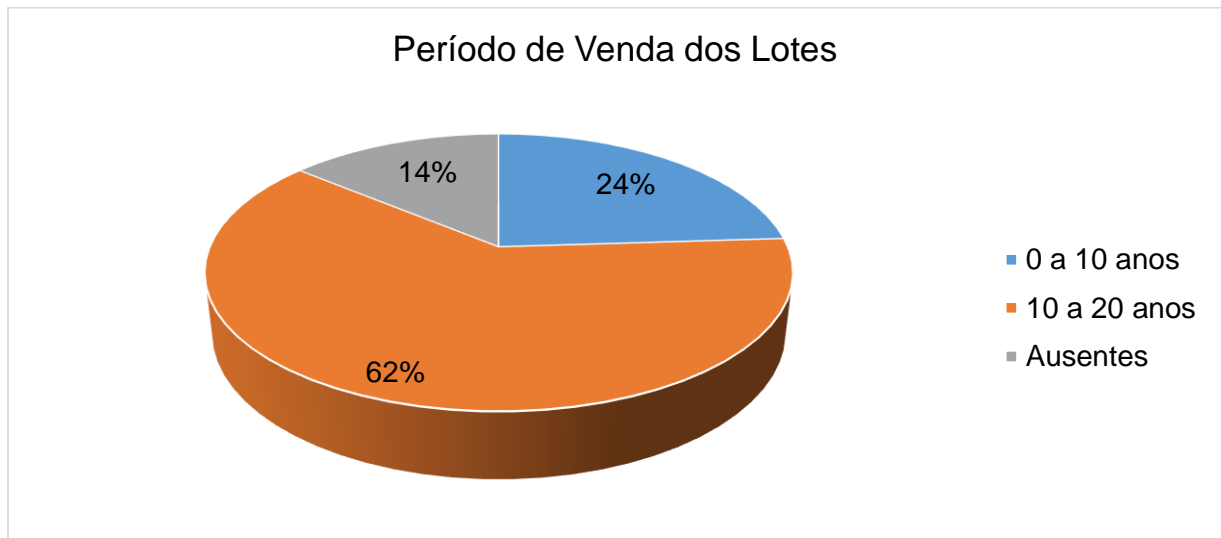
Gráfico 14: Lotes/Famílias Assentamento Nova Aurora



Fonte: Pesquisa realizada pela autora em julho de 2017.

Através do questionário foi possível perceber que somente 20 famílias ainda são remanescentes do assentamento, ou seja, ganharam a terra do INCRA ainda quando o assentamento foi consolidado e permanecem até hoje, os demais já se mudaram das propriedades, através de permuta com outro assentamento, permuta por casa na cidade e venda da concessão de uso dos lotes de terra.

Gráfico 15: Período de Venda dos Lotes



Fonte: Pesquisa realizada pela autora em julho de 2017.

Das famílias entrevistadas, 24% residem no assentamento aproximadamente de 0 a 10 anos, sendo que destas, 11 famílias compraram os lotes 62% moram de 10 a 20 anos, entre elas 11 famílias que compraram lotes e 14% não se encontravam em casa. Neste sentido, é possível perceber que

Devido à data em que foi criado o assentamento, por meio de portaria, publicada no Diário Oficial da União, na qual constam a área do imóvel, a capacidade estimada de famílias, o nome do projeto de assentamento e os próximos passos que serão adotados para assegurar sua implantação.

Segundo os entrevistados a maioria que saiu da terra justificou a decisão principalmente devido à falta de incentivos financeiros. Os que compraram utilizaram o termo “falta de afinidade com a terra e com o trabalho”. Outro fator segundo os entrevistados é que muitos que receberam as terras eram moradores de áreas de periferia das áreas urbanas e foram convidados pelo próprio movimento (MST) para ocupar as terras. No entanto, eram pessoas que não possuíam conhecimento nenhum sobre como trabalhar na agricultura e manter-se na terra.

As famílias são compostas de aproximadamente 1 a 5 pessoas. As atividades desenvolvidas nas propriedades do assentamento são a agricultura e a pecuária e os produtos produzidos são: milho, feijão, arroz, soja, fumo, hortaliças, batata e mandioca. O produto que possui a maior importância econômica para o assentamento é a leiteira. Dos quatro assentamentos pesquisados o Nova Aurora é um dos melhores em termos de localização geográfica e relevo.

As Cooperativas onde estão vinculadas são: Siviero (Clevelândia), Coopertradição, Cooperalfa, Camisc e C. Vale. A relação deles com o INCRA é somente em reuniões da Coopetrasc, não participando diretamente dos movimentos organizados por eles.

Assim como nos assentamentos Papuan I e Juruá, o Nova Aurora também possui projetos que foram iniciados pela Coopetrasc (imagem 10), e estão sem receber assistência. É possível perceber que os projetos enfrentaram sérias dificuldades em seu desenvolvimento, principalmente com relação a assistência técnica, pois possui data de início e de fim, que nestes casos, seria em 2020, mas com esses cortes nos investimentos, com certeza, não se findará.

O Pastoreio Racional Voisin (PRV) é um método de manejo solo-planta-animal que consiste no pastoreio direto e a rotação da pastagem. O PRV foi proposto pelo cientista francês André Voisin. (CIORGANICOS, 2017).

Imagem 10: Implantação de unidade demonstrativa pastoreio.



Fonte: Angélica Vuelma, setembro de 2017.

Outra dificuldade enfrentada pelos assentados é o acesso a água. São poucos lotes que possuem nascentes e os poços que foram perfurados não possuem água. No mandato passado foram instalados toda a rede de água para o abastecimento das famílias, porém, nunca receberam água pois os encanamentos foram mal feitos. O

assentamento Nova Aurora possui algumas peculiaridades no processo de ocupação quanto aos demais assentamentos entrevistados, 12 famílias que receberam as terras da reforma agrária vieram do município de Clevelândia, estado do Paraná.

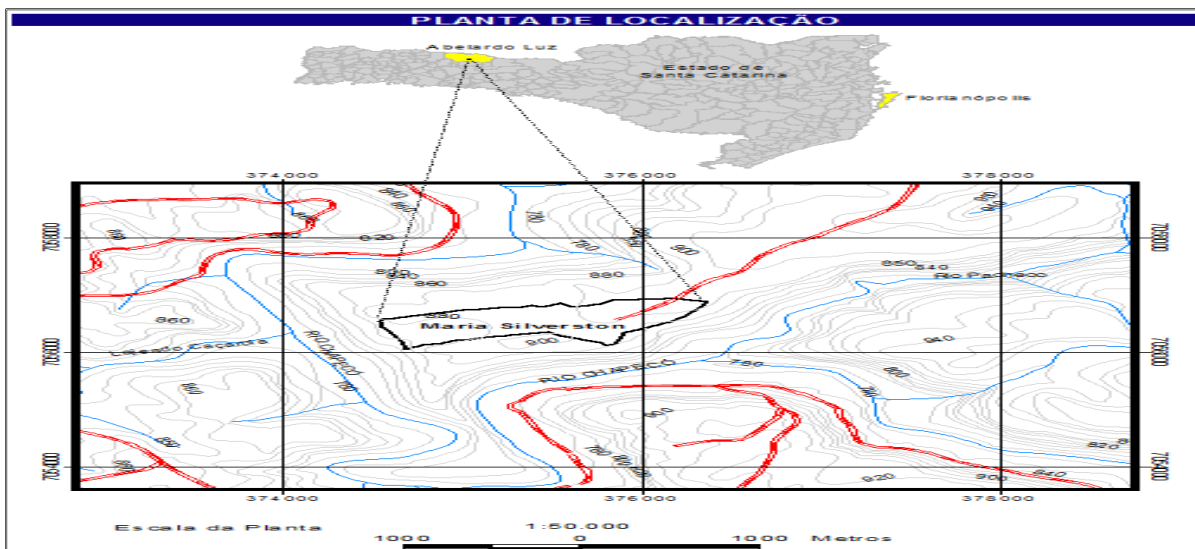
Segundo entrevistados, devido à proximidade do município com o assentamento e a disponibilidade de terras no município de Abelardo Luz, possibilitou o recebimento das terras. Algumas pessoas mencionaram que já possuíam terras, porém como o Incra prevê, quem possuir menos de um módulo rural (20 hectares), pode receber a terra da Reforma Agrária. No entanto, os funcionários do Incra deixaram claro que são assentados primeiro as famílias que não possuem nada de terra.

#### 5.1.5 Assentamento Maria Silveston - 2002

O Projeto de Assentamento Maria Silveston foi o último criado no município de Abelardo Luz, sendo que neste assentamento não foi realizado o estudo específico pela empresa VPC/Brasil. O assentamento Maria Silveston localiza-se na região sul do Município de Abelardo Luz.

Seu trajeto, partindo da sede, é realizado pela estrada municipal que dá acesso à Prainha Camping Abelardo Luz, num percurso de aproximadamente 14km, a estrada de acesso ao assentamento é pavimentada de calçamento por uns 5 km, outro restante, é sem pavimentação.

Figura 05: Planta de localização do Assentamento Maria Silveston



Fonte: INCRA/SC.

Para se ter acesso a este assentamento, esse trajeto é mais curto sendo necessário atravessar um rio por uma balsa (imagem 11). Existe outro trajeto, no entanto, são aproximadamente 50 km de estrada de chão e muito ruins. Esta questão do acesso ao Maria Silveston foi muito criticada pelas famílias que vivem no assentamento. Elas destacaram que, quando alguém fica doente à noite, é necessário se deslocar pelo trajeto maior, já que no período noturno o funcionário disponibilizado pelo prefeitura não trabalha.

Imagem 11: Travessia de balsa que dá acesso ao assentamento Mari Silveston



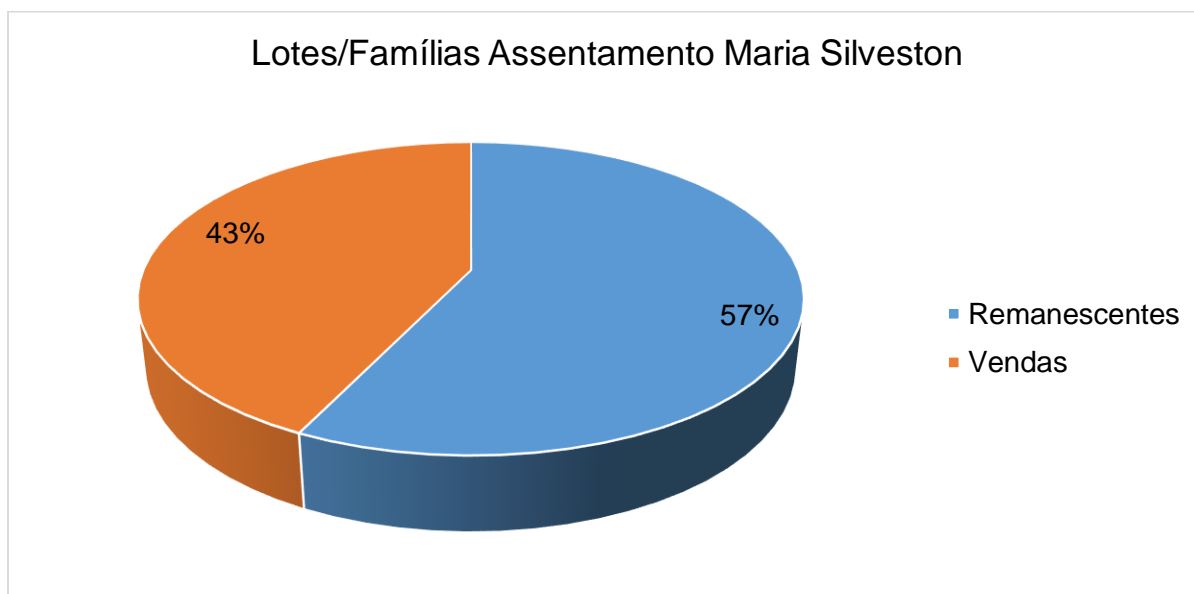
Fonte: Fonte: Angélica Vuelma, julho de 2017.

Segundo dados do Incra, o tipo de solo no assentamento Maria Silveston é Latossolo Bruno Alumínio, com relevo ondulado. No entanto, os 08 lotes que compõe este assentamento estão localizados no topo de morro, com solo exposto e ou arado.

O assentamento Maria Silveston foi criado em 2002, e está ainda em processo de instalação, que é a divisão de lotes através de sorteio, instalação das famílias e primeiros créditos para a aquisição de ferramentas e insumos para o plantio de alimentos - para a segurança alimentar.

O assentamento Maria Silveston possui capacidade para assentar 08 famílias. Atualmente existem 07 famílias assentadas, sendo que todas foram entrevistadas.

Gráfico 16: Lotes/Famílias Assentamento Maria Silveston



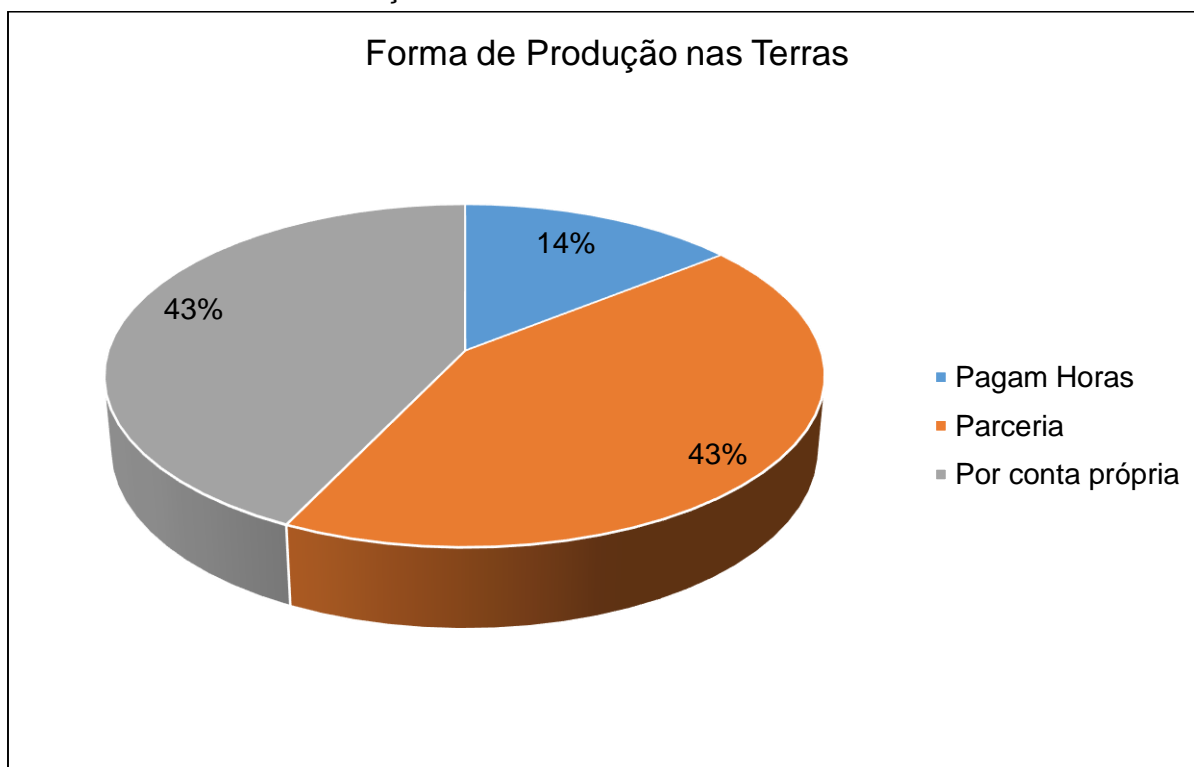
Fonte: Pesquisa realizada pela autora em julho de 2017.

Devido a quantidade de famílias assentadas e o ano de criação serem recentes 57,2% ainda são os primeiros que ganharam os lotes da reforma agrária, e 43% já foram vendidos. O preço de venda estipulado pelos entrevistados fica em média de R\$ 150.000,00 a R\$ 300.000,00 e três famílias não quiseram opinar sobre o valor das terras, pois segundo eles, não podem vendê-las.

As Cooperativas as quais estão vinculadas são: Zancan, Cooperalfa, Coamo, Granfilat e C. Vale, e a Nestlé, que é uma empresa transnacional suíça do setor de alimentos e bebidas. A relação delas com o INCRA é somente em reuniões da Coopetrasc, não participam diretamente dos movimentos organizados por eles.

As atividades agrícolas são desenvolvidas da seguinte forma, (Gráfico 17), 43% plantam suas terras por conta própria, ou seja, possuem máquinas próprias desenvolvendo atividade leiteira, pecuária e agrícola, 43% fazem o sistema de parceria para poderem produzir suas terras por falta de recursos financeiros para a compra de máquinas e equipamentos para suas propriedades e 14% pagam horas para um vizinho. Dentre os assentamentos onde foram realizadas as entrevistas o Maria Silveston possui as melhores terras que são planas e a maioria aproveitáveis.

Gráfico 17: Formas de Produção do Assentamento Maria Silveston



Fonte: Pesquisa realizada pela autora em Julho de 2017.

A terra onde hoje se encontra o assentamento era improdutiva. O dono dela era Nei Barbosa. Ele possuía uma plantação de pinus, após a retirada dos mesmos as famílias ocuparam as terras. Isso aconteceu de forma pacífica, até a negociação com o Incra, que indenizou o dono e assentou as famílias.

Os entrevistados citaram algumas dificuldades enfrentadas, as quais se destacam: falta de recursos para plantar, falta de assistência da Coopetrasc e a necessidade de construção de uma ponte para melhorar o acesso do assentamento a cidade.

## 5.2 Informações coletadas no Incra

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, (INCRA), é uma autarquia federal cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional. (INCRA/SC, 2017).



Na Primeira Diretriz democratização do acesso à terra o INCRA implementará a reforma agrária promovendo a democratização do acesso à terra através da criação e implantação de assentamentos rurais sustentáveis, da regularização fundiária de terras públicas e gerenciará a estrutura fundiária do país, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, para a desconcentração da estrutura fundiária, para a redução da violência e da pobreza no campo e promoção de igualdade. (INCRA/SC, 2017).

A missão do Inkra é implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, e como visão de futuro, ser referência internacional de soluções de inclusão social. (INCRA/SC, 2017).

A partir da aplicação dos questionários, outras questões surgiram com relação ao INCRA. Em visita a este órgão em Chapecó, os funcionários foram bem receptivos tanto para responder aos questionamentos, quanto para fornecimento de documentos sobre os assentamentos pesquisados.

Quando questionados sobre a ausência de assistência técnica e fiscalização nos assentamentos, os funcionários do INCRA justificaram que hoje após os cortes do governo existem somente 12 funcionários para prestarem assistência a estes assentamentos e fazer toda a parte burocrática. A maioria já está aposentado, porém não pararam de trabalhar pois o governo não tem previsão para fazer concurso e repor estes funcionários, e temem que sem gente para trabalhar o INCRA também pare de funcionar.

Em relação à concessão dos títulos das terras, não é um procedimento tão simples assim. Segundo os funcionários, cada assentado deverá pagar pela terra, bem como quitar qualquer dívida em aberto como financiamento de casa ou investimento. Com base na medida provisória 759 de 22 de dezembro de 2016, e o preço da terra será com base na tabela estipulada pelo INCRA.

O novo marco aperfeiçoa os instrumentos adotados pelo Inkra para obtenção e destinação de terras, cadastro e seleção de candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), critérios de permanência dos beneficiários e, principalmente, simplifica a titulação de lotes em assentamentos e de posses em áreas rurais e urbanas da União em todo o País. (MEDIDA PROVISÓRIA 759, 2016, p. 6).

Os critérios de seleção de assentados serão feitos com base em parâmetros concretos, tais como o tipo de vínculo com a parcela de terra a ser distribuída, ou o

número de integrantes na família. O candidato não ficará mais sujeito a escolhas subjetivas, realizadas por intermediadores. (MEDIDA PROVISÓRIA 759, 2016, p. 6)

Um dos principais objetivos da medida é aumentar a titulação de terras aos trabalhadores rurais assentados. Atualmente, 85% dos assentados ainda não têm o título da terra. Dessa forma, esses trabalhadores rurais não podem acessar políticas públicas do setor, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). (MEDIDA PROVISÓRIA 759, 2016, p. 6)

No entanto, quando questionados sobre o que achavam de receber a titulação da terra, muitas questões foram apontadas dentre elas: qual o valor que teremos de pagar; teremos recursos financeiros para isso; qual interesse do Incra em fornecer o título; tendo em vista que as pessoas não possuem dívida em seus CPF, somente com o contrato de concessão de uso consegue adquirir financiamento.

Para o assentado Edvar José Boiani<sup>6</sup>, o recebimento da titulação está sendo incentivada por um Deputado Federal e empresas privadas, principalmente com o intuito destas terras voltarem a ser propriedades de bancos e de latifundiários como já era antigamente, e conseqüentemente as empresas conseguem mão de obra barata, haja visto que o próprio Incra impede que os assentados tenham vínculo empregatício com carteira assinada.

A titulação de terras é um direito garantido pela Constituição para todos os beneficiários da reforma agrária. A entrega dos títulos de domínio permitirá que o beneficiário produza com mais segurança sobre sua terra e tenha acesso facilitado ao crédito. Não se trata de privatização, porque as terras já eram privadas, e de acordo com a Constituição, só são tornadas públicas para a distribuição e para, posteriormente, se tornarem de uso privado do assentado. (MEDIDA PROVISÓRIA 759, 2016, p.21).

Apesar desta justificativa expressa na Medida Provisória 759 citada acima, os assentados que ainda permanecem na terra desde sua criação afirmam que acesso ao crédito não é problema, pois conseguem com o contrato de concessão de uso, mas que receberem a titulação é o mesmo que incentivar as famílias a venderem suas terras, pois com o título na mão a terra terá maior valorização.

---

<sup>6</sup> Entrevista realizada com o assentado Edvar José Boiani, do assentamento Juruá, no município de Abelardo Luz, no Oeste de Santa Catarina, em 2017.

O assentado só terá direito a revendê-la, de acordo com o artigo 185 da Constituição, depois de 10 anos utilizando a propriedade. Mesmo nesses casos, ele não poderá vender, sob nenhuma hipótese, para formação de um novo imóvel rural maior que dois módulos fiscais, o que pode variar de 10 a 220 ha, em função das características da região do País e do município. Ou seja, ela não volta a ser latifúndio nunca. (MEDIDA PROVISÓRIA 759, 2016, p.21).

No entanto, acredito que esta cláusula da medida provisória fica um tanto quanto inviável, pois muitos já venderam seus lotes. Em alguns casos é o quinto morador que está na propriedade. Portanto, o título da terra nas mãos de quem não tem interesse em permanecer nela, poderá causar uma nova concentração fundiária e provavelmente nas mãos de pessoas do próprio assentamento que estão mais estruturadas e que já compraram lotes vizinhos.

É importante que se reafirme que o novo modelo não esvazia os movimentos sociais. Na verdade, a medida provisória garante transparência e critérios objetivos para selecionar os beneficiários. Até hoje, uma vez definido novo assentamento, a seleção das famílias beneficiadas se dava por indicação dos movimentos sociais. Dessa maneira, os sem-terra na fila de espera ficavam suscetíveis às preferências de quem coordena esses movimentos em cada localidade. Não havia critérios claros definidos. Esse ponto foi questionado pelo Tribunal de Contas da União. (MEDIDA PROVISÓRIA 759, 2016, p.21).

Os movimentos sociais estão enfraquecidos. No que diz respeito às famílias que já estão assentadas, elas afirmaram não estarem participando efetivamente dos movimentos. Quanto a seleção das famílias, não foi identificada através da pesquisa, nos quatro assentamentos, a preferência na escolha das pessoas a serem assentadas.

No entanto, o que se identificou foi a demora do Incra em regularizar as famílias, tanto as que receberam as terras desde a criação do assentamento, tanto quanto as que compraram ou fizeram permuta. Dentre os quatro assentamentos existem pessoas que receberam este documento em 6 meses e outros estão a mais de 05 anos morando na terra de forma irregular.

Questionados sobre este fato, os funcionários do Incra justificaram que agora vão iniciar o processo de legalização das terras com a titulação e que devido a quantidade de funcionários o trabalho será demorado, porém, garantem que será melhor para o assentado ter o título do que somente o contrato de concessão de uso.

Em questionário aplicado ao funcionário do Incra, Sergio Antônio Cavalli<sup>7</sup> (2018), a titulação dos Lotes da Reforma Agrária (R.A), atualmente é regida pelo decreto 9.311 de 15/03/2018 é uma obrigação do Poder Público e um direito do Assentado. Com o Título Definitivo em mãos, o assentado registra o mesmo, quita suas dívidas com a união e passa a ser o verdadeiro proprietário do lote. A titulação nada mais é do que a consolidação do Projeto de assentamento, portanto, necessária.

A partir das informações coletadas nos questionários, no INCRA e demais referências bibliográficas, foi possível organizar algumas informações pertinentes aos assentamentos pesquisados. As terras no município de Abelardo Luz – SC, as quais foram desapropriadas para reforma agrária estavam concentradas nas mãos de latifundiários, que receberam de herança, principalmente de ex-militares que receberam como doação.

A fundação dos assentamentos ocorreu em décadas diferentes e possuem características físicas, sociais e econômicas e fases diferentes. Os assentamentos Papuan I e Juruá são consolidados, ou seja, quando as obras previstas estejam concluídas (residências, estradas, rede de energia, etc.) e pelo menos 50% dos beneficiários tenham recebido o título concessão de uso terra.

Após todos estes itens serem colocados definitivamente em prática o processo de assentamento consolidado estará concluído, porém, a partir das informações coletadas nos assentamentos, é possível perceber que a infraestrutura em geral dos dois assentamentos possui muitas dificuldades e que muitos ainda não possuem o título das terras

No quadro a seguir é possível perceber como cada assentamento possui características diferentes:

Quadro 05: Quadro comparativo entre os assentamentos pesquisados.

	Papuan I	Juruá	José Maria	Nova Aurora	Maria Silveston
<b>Data de Fundação</b>	14/01/1986	21/12/1995	06/11/1997	08/11/1999	23/03/2002
<b>Fase do Assentamento</b>	Consolidado	Consolidado	Criado	Criado	Em Instalação
<b>Número de famílias</b>	27	40	270 (sendo que foram entrevistadas 43 famílias).	50	08

<sup>7</sup> Entrevista com o Eng<sup>o</sup> Agr<sup>o</sup> Sergio Antonio Cavalli, funcionário do Incra que exerce a função de Perito Federal Agrário – INCRA, SC.

<b>Famílias Remanescentes</b>	08	06	07	20	02
<b>Fazendas a que pertenciam</b>	Fazenda Papuan (Anair Motta Pereira)	Fazenda Dissenha S.A Ind. e Comércio (Oldemar Barbosa de Lima)	Fazenda Congonhas	Propriedade improdutivo de Dora Andrade Martins	Ney Barbosa Lima
<b>Quantidade de terras (ha)</b>	359	419	3833,87	719,53	87,49
<b>Relevo</b>	65% relevos bem ondulado, o restante plano ou suave ondulado	Áreas na maioria planas, porém, com relevos mais ondulado em algumas áreas.	45% áreas planas, 25% suavemente ondulado, Ondulado 13,2%, muito ondulado 15,3% e o restante uso restrito.	33,2% de áreas planas. 28,1% são suaves e ondulado, 25,3% relevo ondulado,	Áreas planas no topo de morro, com algumas áreas de relevo mais ondulado.
<b>Atividades Agrícolas</b>	Grãos, bovinocultura de leite, Fumo e Subsistência	Grãos, bovinocultura de leite e corte, Fumo e Subsistência	Grãos, bovinocultura de leite, fumo e subsistência.	Grãos, bovinocultura de leite e subsistência.	Grãos, Bovinocultura de leite e corte e Subsistência
<b>Cooperativas que negociam</b>	Cooptrasc, Cooperoeste	Cooptrasc, Cooperoeste, C.Vale, Cooperfertil, Cooperalfa	Coamo, Cooperalfa, Coopertradição, Santa Rosa, Cooperoeste,	C.Vale, Siviero (Clevelândia), Coopertradição, Cooperalfa, Caminsc	Zancan, Granfilat, Nestlê, Cooptrasc
<b>Linhas de crédito</b>	Procera.	Pronaf, Custeio Agrícola e Pecuário.	Pronaf custeio, Pronaf Mais Alimentos.	Pronaf, Custeio Agrícola e Pecuário.	Pronaf, Custeio Agrícola e Pecuário.

Fonte: A autora.

A fundação dos assentamentos ocorreu em décadas diferentes e possuem características físicas, sociais e econômicas e fases diferentes. Os assentamentos Papuan I e Juruá são consolidados, ou seja, quando as obras previstas estejam concluídas (residências, estradas, rede de energia, etc.) e pelo menos 50% dos beneficiários tenham recebido o título concessão de uso terra. Após todos estes itens serem colocados definitivamente em prática o processo de assentamento consolidado estará concluído. Porém, a partir das informações coletadas nos assentamentos é possível perceber que a infraestrutura em geral, dos dois assentamentos possui muitas dificuldades e que muitos ainda não possuem o título das terras.

Os assentamento Nova Aurora e José Maria possui em sua fase como criado, que é feita por meio de portaria, publicada no Diário Oficial da União, na qual constam a área do imóvel, a capacidade estimada de famílias, o nome do projeto de assentamento e os próximos passos que serão adotados para assegurar sua

implantação, que por sua vez dentre os assentamentos entrevistados, é o mais bem estruturado.

Quanto ao assentamento Maria Silveston, está em fase de instalação. É feita a divisão de lotes através de sorteio, instalação das famílias e primeiros créditos para a aquisição de ferramentas e insumos para o plantio de alimentos - para a segurança alimentar. Por ser um assentamento pequeno, a fase de instalação foi mais tranquila, no entanto, os investimentos nas propriedades estão vinculadas ao gado leiteiro.

O clima predominante no município de Abelardo Luz – SC, é Cfb, segundo Köppen, ou seja, clima temperado constantemente úmido, sem estação seca definida, com verão ameno, o qual permite o desenvolvimento das atividades agrícolas significativas nos assentamentos.

O relevo é uma das características mais marcantes e diversificadas dentre os assentamentos pesquisados. No Papuan I, 65% do relevo é bem ondulado, o restante plano ou suavemente ondulado, o que dificulta o desenvolvimento das atividades agrícolas. Segundo os entrevistados, para que mais áreas de terras fossem aproveitadas, seria necessário destocar e arrumar as terras, pois torna-se de difícil utilização devido a sua formação.

No assentamento Nova Aurora, o relevo é um ponto positivo, haja vista que o mesmo possui 33,2% de áreas planas, 28,1% são suavemente ondulados, 25,3% relevo ondulado. No Maria Silveston o relevo também pode ser considerado um fator positivo, pois está localizado no topo de morro onde são áreas aplainadas, com relevo suavemente ondulado.

No assentamento José Maria José Maria, o relevo é um ponto positivo bem como o tipo de solo propício ao desenvolvimento das atividades agrícolas. Possui capacidade para 270 famílias, no entanto, somente 242 estão assentadas. Uma característica marcante, durante as entrevistas é que existem, já dentro do assentamento concentração de lotes em uma mesma família. Em uma propriedade, o dono possui 10 lotes que adquiriu através de compra. As principais atividades econômicas desenvolvidas no assentamento são: grãos, bovinocultura de leite, fumo e subsistência.

O assentamento Juruá possui a maior parte do relevo com áreas planas e levemente onduladas. No entanto, algumas famílias possuem terrenos muito acidentados dificultando o desenvolvimento das atividades agrícolas, sendo que para

manterem-se na propriedade, trabalham com a produção leiteira, gado de corte e agricultura de subsistência.

As principais atividades econômicas desenvolvidas nos assentamentos entrevistados são praticamente as mesmas, tais como grãos, bovinocultura de leite e corte, fumo e subsistência, incentivadas pelo próprio Incra, que defende a ideia de que as famílias assentadas precisam da terra somente para a sua subsistência.

A principal linha de crédito acessada pelas famílias do assentamento Papuan I, foi o Proceca. Esta linha de crédito foi instituída em 1985, com o objetivo de viabilizar a “emancipação” dos assentados da reforma agrária, ou seja, torná-los independentes da ajuda do governo. Com a consequente titulação definitiva, no entanto isso não acontece, pois, devido o valor financiado ser muito baixo não é possível ampliar os investimentos e desenvolvimento das propriedades. Outro problema enfrentado pelas famílias é a inadimplência, muitas deixaram de pagar o financiamento e não conseguem acessar outras linhas de crédito.

Quanto aos assentamentos José Maria, Juruá, Nova Aurora e Maria Silveston, acessaram as seguintes linhas de crédito: Pronaf (investimento em equipamentos, animais, etc), Custeio Agrícola (financiamento de insumos para lavoura) e Pecuário (insumos para bovinocultura). Esses conseguem ter acesso a isso somente com o documento de concessão de uso, desde que esteja sem restrição no cadastro de pessoa física (CPF).

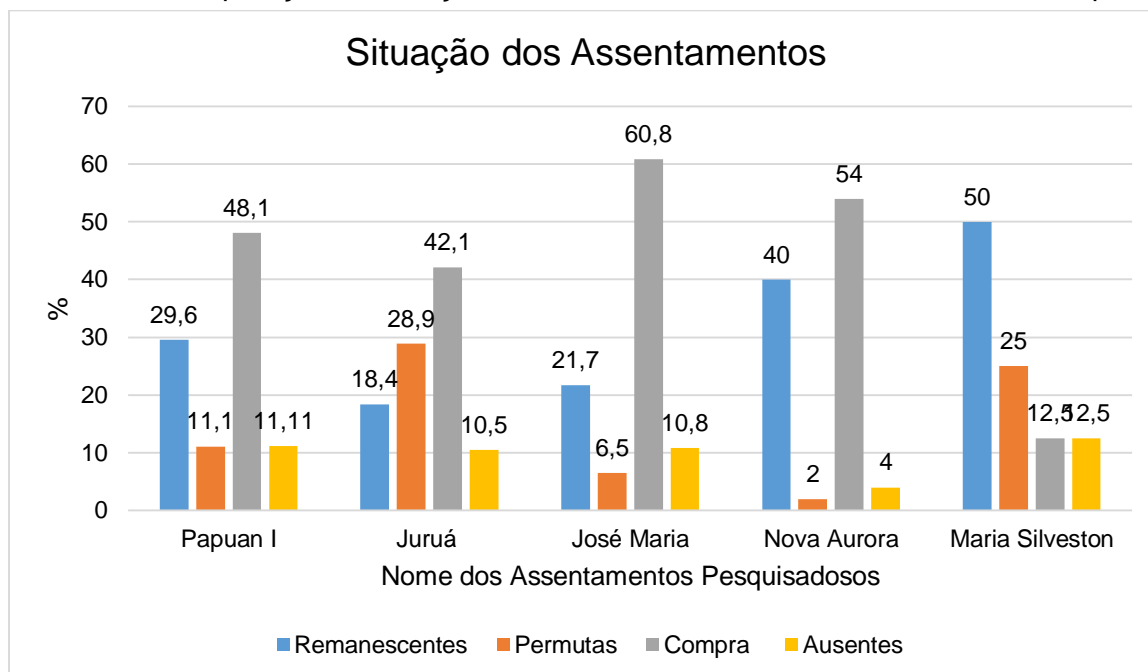
Quanto aos períodos de venda das terras, cada assentamento possui motivos diferentes, porém durante as entrevistas em nenhuma das vendas a relação foi com o preço das terras, a não ser a venda delas dos grandes latifundiários para o Incra.

A qualidade do solo foi um dos determinantes para venda das terras entre os cinco assentamentos onde foram realizadas as pesquisas. Haja vista que maior parte das terras desapropriadas eram improdutivas ou utilizada para a atividade pecuária ou áreas com pinus, quando receberam os lotes, antes de plantar, era necessário preparar e corrigir o solo. No entanto, poucos tinham condições financeiras para a aquisição de insumos e semente de boa qualidade.

No gráfico a seguir é possível perceber que dos cinco assentamentos pesquisados somente o Maria Silveston foi o último formado e está em fase de instalação, e que possui a maioria dos remanescentes. Isso devido também a quantidade de famílias assentadas em relação aos demais assentamentos que se destacam à compra de lotes.

Ou seja, a maioria já vendeu seus lotes recebidos pela reforma agrária. No assentamento Papuan I, 48,1%, Juruá 42,1%, José Maria 60,8% e Nova Aurora 54%.

Gráfico 18: Comparação da situação atual dos assentamentos onde foi realizado a pesquisa



Fonte: Pesquisa realizada pela autora, 2017.

Durante a realização da pesquisa, as famílias entrevistadas destacam que os principais motivos que muitas pessoas venderam seus lotes estão relacionadas a vários fatores, tais como: idade avançada dos primeiros proprietários, problemas de saúde, falta de incentivos do governo, pouca afinidade com as atividades agrícolas, terras com relevo e tipo de solo ruins, falta de recursos, por parte dos próprios assentados, para investir em suas propriedades.



#### 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mercado de terras no Brasil possui vários itens a serem avaliados quando se trata de variação de preço, que podem estar relacionados às questões socioeconômicas e políticas. Para Einstein e Plata (2006, p. 131), o preço da terra está determinado pelas expectativas de rendas produtivas e especulativas que resultam na propriedade da terra.

Einstein e Plata (2006, p. 131) ainda procuram explicar algumas variáveis que podem determinar o preço da terra, dentre elas estão: dinâmica entre oferta e demanda pela terra; demanda para atividades agropecuárias; infraestrutura de produção e comercialização; leis de reserva florestal ou de proteção ao meio ambiente; grau de fragmentação; variáveis demográficas; inflação; imposto sobre a terra rural; sistema financeiro; os custos de transação no mercado de terras; ambiente socioeconômico e político.

Outro fator que pode provocar o aumento no valor da terra é a aplicação das novas tecnologias, que melhoram a infraestrutura da propriedade, bem como aumentam a produtividade.

Além das variáveis citadas anteriormente, não podemos esquecer que a concentração de terras no Brasil bem como a variação do seu preço possui raízes históricas ligadas diretamente a intensificação das atividades agropecuárias.

Para compreender o processo de formação do mercado de terras do Brasil, é necessário analisar as transformações ocorridas na agricultura brasileira desde 1965, devido a criação de créditos agrícolas, mudanças tecnológicas e as transformações em vários setores da agricultura.

Entre 1960 e início de 1970, com a modernização da agricultura, para abastecer a demanda internacional, ocasionou a expulsão dos pequenos proprietários e a concentração fundiária, fazendo com que estes grupos migratórios fossem para outras regiões e até mesmo para a cidade.

Na década de 80 com o agravamento do desequilíbrio do setor público, o governo reduz drasticamente a disponibilidade de crédito rural, afetando os grandes proprietários provocando a desvalorização do preço da terra entre 1981 e 1983 e em 1987.

Entre 1994 e 1996, o preço real da terra caiu aproximadamente 46%. Com essa queda, muitos donos de grandes propriedades viram a oportunidade de venderem

suas terras para o Incra para realizar a reforma agrária por um valor que não sairiam perdendo e tinha certeza de receber.

Segundo Mello (2017, p. 36), é a partir do ano 2000, com a retomada de crescimento na economia, taxas de juros menores para financiamentos agrícolas e aumento nas exportações, que se proporcionou o reestabelecimento do mercado de terras no país.

Outro fator destacado por (PLATA, REYDON, 2006, p.6), “a elevação do preço das terras no Brasil foram também o resultado da reforma agrária, que aumentou a liquidez da terra, incentivando a dinâmica de seu mercado, pois muitos beneficiários não tinham recursos para manter a mesma e acabaram vendendo e fomentando um processo de reconcentração da terra”.

Além dos fatores citados anteriormente, existem também as variações locais que são valores referenciais do município, por isso, estão sujeitos a grandes variações, segundo dados da (EPAGRI/SC, 2017) estão relacionados principalmente, à localização do imóvel, topografia e qualidade do solo, grau de aproveitamento agrícola, etc.

Abelardo Luz é o município do estado de Santa Catarina que possui a maior concentração de assentamentos. Isso ocorre devido à concentração fundiária. Com a queda no preço das terras na década de 80, grandes latifundiários com terras improdutivas no município de Abelardo Luz, acabaram sendo desapropriados e indenizados pelo Incra para a Reforma Agrária.

Segundo informações do funcionário Sergio Antônio Cavalli (2018), tanto na Desapropriação como na compra e Venda as terras são pagas pelo valor de mercado, em TDA (Título da Dívida Agrária). Já as benfeitorias produtivas e não produtivas, são pagas em moeda corrente.

O município de Abelardo Luz apresenta um número significativo de assentamentos rurais, são 22 ao todo, perfazendo uma área total de 20.350,11 hectares e contemplam 1.221 famílias assentadas. Essa concentração de assentamentos está relacionada à concentração de terras improdutivas nas mãos de grandes proprietários de terras que receberam de herança.

Foram realizadas 162 entrevistas, em cinco assentamentos rurais no município de Abelardo Luz: Papuan I, Juruá, José Maria, Nova Aurora e Maria Silveston, somente no José Maria que, de 270 assentados, foram feitos somente 43 entrevistas

devido a extensão e a quantidade de lotes. Nos demais, foram aplicadas em todas as residências.

Para realizar esta pesquisa foram utilizados como critério os assentamentos fundados em décadas diferentes e fases diferentes, identificar também as principais dificuldades enfrentadas pelos assentados após o recebimento do documento de concessão de uso da terra.

Segundo dados identificados na pesquisa realizada nos assentamentos no município de Abelardo Luz, 54% dos assentamentos criados, consolidados, em estruturação ou em consolidação, ocorreram na década de 90, mais precisamente a partir do ano de 1997. O que pode estar relacionado a queda no preço de terras, e a intensificação dos movimentos sociais, haja vista que a partir das ocupações das terras improdutivas, os donos não se opuseram pois iriam receber o valor de mercado pago pelo Incra.

Como foi escolhido como um dos critérios para a realização da pesquisa a fase do assentamento, foi possível identificar que os assentamentos José Maria e Nova Aurora, possuem fase como criado, realizada por meio de portaria, publicada no Diário Oficial da União, na qual constam a área do imóvel; a capacidade estimada de famílias, o nome do projeto de assentamento e os próximos passos que serão adotados para assegurar sua implantação. São os que se destacam entre os assentamentos entrevistados.

Esse destaque está relacionado à infraestrutura, tipo de terras, solo, relevo, etc. O assentamento rural Nova Aurora, possui também uma proximidade com a cidade de Clevelândia diferente dos demais assentamentos. O assentamento José Maria possui o Polo do Instituto Federal de Educação do Campo, implantado em 2012, e a Escola Paulo Freire. Até o fim deste ano, será inaugurada a nova estrutura escolar, são fatores destacados pelos entrevistados que os fazem permanecer e não possuem intenção de vender seus lotes devido a estes aspectos.

Os assentamentos Papuan I e Juruá, são assentamentos já consolidados, que é quando as obras previstas estejam concluídas (residências, estradas, rede de energia, etc.) e pelo menos 50% dos beneficiários tenham recebido o título de domínio da terra.

No entanto, no assentamento Papuan I, foi possível perceber que sua fase não está de fato concluída, haja visto que em as estradas são precárias, algumas residências estão sem energia elétrica, e devido à questão de compra e vendas

existem ainda pessoas que não possuem o contrato de concessão de uso em seu nome, o que dificulta o acesso a créditos financeiros para investir na propriedade. Quanto ao valor da terra, um fator que impossibilita sua valorização é a localização e distância em relação a cidade, bem como o tipo de relevo que é muito acidentado e solo pedregoso.

O assentamento Juruá fica próximo ao assentamento Papuan I. Possui condições físicas um pouco melhores, principalmente na questão do relevo. Os assentados destacam que algumas melhorias são extremamente necessárias, tais como: infraestrutura, mais fiscalização do Incra, assistência técnica e título da terra.

Já o assentamento Maria Silveston, está em fase de instalação, e consiste na divisão de lotes através de sorteio, instalação das famílias e primeiros créditos para a aquisição de ferramentas e insumos para o plantio de alimentos - para a segurança alimentar.

Em termos de localização, relevo e solo, ele também se destaca dentre os assentamentos entrevistados e que possui o maior número de famílias remanescentes. Isso também está relacionado a quantidade de família que é bem menor em relação aos demais.

As famílias assentadas também destacaram algumas dificuldades enfrentadas, são elas: falta de investimentos financeiros (financiamentos), falta de assistência técnica e a necessidade de construção de uma ponte, onde a distância da cidade seria reduzida pela metade, com relação ao trajeto que precisam percorrer até a cidade.

Ou seja, com relação a fase de formação de cada assentamento onde foi realizada a pesquisa é possível perceber de fato que parte do que deveria ser realizada em cada fase de formação dos assentamentos, não aconteceu ou ainda deixa a desejar, principalmente na questão de infraestrutura e regularização de documentos, bem como citado pelos entrevistados também falta de fiscalização e acompanhamento por parte do Incra.

Quanto ao principal objetivo da pesquisa, identificar a compra e venda dos lotes nos assentamentos do município de Abelardo Luz, foi possível identificar que a maioria já vendeu seus lotes recebido pela reforma agrária. No assentamento Papuan I, 48,1%, Juruá, 42,1%, José Maria, 60,8% (das 43 famílias entrevistadas) e Nova Aurora, 54%, e no Maria Silveston possui o menor número de famílias, somente 08, sendo que foi o último a ser formado.

No entanto, o funcionário do Incra destaca que “o Incra NÃO permite que o lote seja vendido pois o mesmo é destinado ao assentado para que ele e sua família tirem da terra seu sustento, com evolução social e econômica e absolve a mão de obra

familiar. Quanto as vendas, também existem suas exceções, tais como problemas de saúde, casal fica sozinho no lote (êxodo rural) e com idade avançada, entre outras, porém, tudo é feito à revelia do Incra.

Os principais motivos elencados pelos entrevistados que levaram as pessoas a venderem seus lotes foram os seguintes: Idade avançada dos primeiros proprietários, problemas de saúde, falta de incentivos do governo, pouca afinidade com as atividades agrícolas, terras com relevo e tipo de solo ruins e falta de recursos por parte dos próprios assentados para investir em suas propriedades.

Para determinar a Planilha de Preços Referenciais (PPR) foram utilizados os valores médios em cada tipologia. Após a eliminação dos valores atípicos, Abelardo Luz, levam em consideração a sua tipologia de uso, sendo que a agricultura de alta produtividade está avaliada em média de R\$ 56.659,84 por hectare, pecuária com pastagem de baixo suporte R\$ 19.541,70 por hectare e exploração mista lavoura e pecuária R\$ 30.749,01 por hectare.

Durante a realização da pesquisa os assentados definiram os preços das terras com os seguintes valores, no PA Papuan I, os preços ficam em média R\$30.000,00 por hectares, com área de 6 a 20 hectares, no PA José Maria ficaram em média de R\$35.000,00 por hectare os lotes variam entre 8 a 14 hectares, no PA Nova Aurora os valores destacados foram entre R\$350.000,00 a R\$700.000,00, ou seja, em média R\$ 50.000,00 por hectare, com tamanho dos lotes entre 11 e 14 hectares e no PA Maria Silveston, fica em média R\$23.300,00 por hectare.

Neste sentido comparando o preço definido pelos entrevistados para a venda com as Planilha de Preços Referenciais é possível perceber que os valores estão dentro dos padrões estipulados, porém, existe um fator determinante para a venda dos lotes nos assentamentos que é a falta de documentação dos lotes e os critérios pré-estabelecidos pelo Incra para fazê-lo.

No entanto, muitos assentados querem a titulação definitiva, porém a maioria sabe que precisa pagar essas terras para o Incra. Porém não possuem a mínima condição financeira, isso levando em consideração, que o preço estipulado pelo Incra para pagamento é bem inferior ao preço de mercado. Outro fator relevante que foi identificado nos assentamentos é a concentração dos lotes nas mãos de um único dono. Porém, sem documentação legal, o que preocupa quem comprou essas terras, pois não sabem qual será a determinação do Incra a partir do momento que iniciaram o processo de regularização dos documentos.

Com relação aos arrendamentos e parcerias, ambos ocorrem dentro dos cinco assentamentos entrevistados, porém o arrendamento não é uma prática permitida pelo Incra. Segundo o Incra, existem suas exceções, tais como problemas de saúde, casal fica sozinho no lote (êxodo rural) e com idade avançada, entre outras, porém, tudo é feito à revelia do Incra.

Neste sentido, a pesquisa demonstrou que a maioria dos assentados já venderam os lotes, arrendam ou fazem sistema de parceria, fator que está relacionado a fatores, socioeconômicos, políticos e locacionais e que apesar dos projetos de assentamento visarem a melhoria da qualidade e vida destas famílias, muito ainda precisa ser feito para alcançar os objetivos de uma definitiva Reforma Agrária.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA FOLHA DE SÃO PAULO. **Questão Agrária: Fazendeiro é baleado em conflito com sem-terra.** São Paulo, 1998. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br> >, acesso em Junho de 2018.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI (AMAI). **Histórico.** Disponível em: < <http://www.amaisc.org.br>>, acesso em Outubro de 2017.

BORDINHÃO, Osvaldo. **Nossa história nossa gente.** Xanxerê, SC: Royal, 322 p. 1996.

CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina.** Rio de Janeiro, 1970, Laudes.

CENTRO DE INTELIGÊNCIA ORGÂNICOS (CI. ORGÂNICOS). **Manual do pastoreio racional Voisin – PRV.** Disponível em: <<http://ciorganicos.com.br>>, acesso em Novembro de 2017.

COSTA, Sandro da Silveira. **Santa Catarina: História, Geografia, Meio Ambiente, Turismo e Atualidades.** Florianópolis: Postmix, 2011.

DELGADO, Guilherme Costa. **Especialização primária como limite ao desenvolvimento.** 2010.

DEMÉTRIO, Valdemar Antônio, coord. **Anais do Simpósio sobre Engenharia de Avaliações e Perícias.** Piracicaba: FEALQ, 1995.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento: Solos do Estado de Santa Catarina.** ISSN 1678-0892, Dezembro, 2004.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA (EPAGRI). **Preços de Terra Agrícola (anual).** Disponível em: <[www.epagri.sc.gov.br](http://www.epagri.sc.gov.br)>, acesso em Outubro de 2017.

ESPÍNDOLA, Carlos José. **As agroindústrias do oeste catarinense: O Caso Sadia.** 1996. 306 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo/São Paulo, 1996.

FERRO, Aline Barrozo. CASTRO, Eduardo Rodrigues de. **Determinantes dos Preços de Terras no Brasil: uma análise de região de fronteira agrícola e áreas tradicionais.** Vol. 51. P. 591 – 610. Piracicaba: São Paulo, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

FREITAS, Giovana Souza. **Tecnologia no setor agrícola brasileiro: um olhar sob a ótica da teoria evolucionária.** Revista Eletrônica de Administração e Turismo, 2013.

GAMA, Elce Marília Silva F. **Geografia: 7º ano do Ensino Fundamental**. Belo Horizonte: Editora Educacional, 2017.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. **Geografia da conflitualidade do campo brasileiro**. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S. de; PAULILO, M. I. (orgs). **História social do camponato no Brasil – lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. Disponível em: < [www2.fct.unesp.br/nera/atlas/agricultura\\_ocupacao.htm](http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/agricultura_ocupacao.htm) >, acesso em Setembro de 2018.

GOULART, Manoela Carolina da Silva. **Avaliação e propostas de sustentabilidade produtiva no “Assentamento Roseli Nunes” – município de Abelardo Luz em Santa Catarina**. Florianópolis - SC 2006.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Dados geográficos do Estado de Santa Catarina**. Disponível em: < <http://www.sc.gov.br> >, acesso em Setembro de 2017.

GONÇALVES, José Sidnei. **Agricultura sob a égide do capital financeiro: passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios**. In: Informações Econômicas. São Paulo, v. 35, n. 4, abr. 2005-A, p. 7-36. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/OUT/publicacoes/pdf/tec1-0405.pdf>>. Acesso em: 01 de novembro de 2018.

GRISA, Catia. SCHNEIDER, Sergio. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil**. Revista de Economia e Sociologia Rural. Brasília 2014.

GUIA TEM. Portal de Notícias de Abelardo Luz. **Ministro do STF suspende ação de reintegração da área do acampamento KID**. 2016. Disponível em: < <http://guiatemabelardoluz.com.br/noticia> >. Acesso em: 20 de setembro de 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **O Incra**. Disponível em: < [www.incra.gov.br/institucional\\_abertura](http://www.incra.gov.br/institucional_abertura) >, acesso em Outubro de 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Município de Abelardo Luz**. Disponível em: < [www.cidades.ibge.gov.br](http://www.cidades.ibge.gov.br) >, acesso em Setembro de 2017.

LISBOA, Teresa Kleba. **A luta dos sem-terra no oeste catarinense**. Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. 1997.

LIMA, Francieli Maria de. **Percepção ambiental da preservação de áreas protegidas frente à legislação em assentamentos da reforma agrária de Abelardo Luz-SC. 2017**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional – Área de Concentração: Ambiente e Sustentabilidade). Pato Branco – PR.



LIMA, Marcelo Rossi de Camargo. **Avaliação de propriedades rurais: manual básico**. 2.ed. São Paulo: Universitária de Direito, 2005.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 759. **CARTILHA DE ESCLARECIMENTOS - regularização fundiária urbana e rural**. Presidência da República, 2016.

MELLO, Juvenir de. **Análise da dinâmica dos preços das terras rurais do município de Francisco Beltrão-PR**. 2017. Dissertação (Mestrado, "Produção do Espaço e Meio Ambiente") Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Francisco Beltrão/PR, 2017.

MERCADO REGIONAL DE TERRAS DE XANXERÊ. **Relatório de análise de mercado de terras – RAMT**. São José, SC, 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: [www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br), acesso em Setembro de 2017.

MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ. **Aspectos Geográficos**. 2014. Disponível em: <[www.abelardoluz.sc.gov.br](http://www.abelardoluz.sc.gov.br)>, acesso em Agosto de 2017.

OLIVEIRA, Jader José de. **O impacto da crise fiscal brasileira dos anos 80 no crédito rural: mecanismos e instrumentos alternativos de financiamento agrícola**. Brasília, 1995. Dissertação (Mestrado em Administração Pública da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas). Brasília, 1995.

PAGOTO, Terezinha. **A reforma agrária no Oeste de Santa Catarina e os conflitos pela terra**. 2010. Dissertação (Mestrado Profissional em Filosofia e Ciências Humanas). Passo Fundo, 2010.

PAVANI, Greti Aparecida. **O jovem e sua perspectiva de viver no campo: Interior de Abelardo Luz – SC**. 2011. Monografia (Graduação em Geografia - Licenciatura e Bacharelado), do Convênio UNESP/INCRA/Pronera. Presidente Prudente – SP, 2011.

PAIM, Elison Antonio. SIQUEIRA, Gustavo Henrique de. **CPT e MST: formação e ocupação no oeste catarinense**. Revista Santa Catarina em História - Florianópolis - UFSC – Brasil, 2014.

PAIM, Robson Olivino. **Natureza, terra e trabalho na educação do MST: O caso do Assentamento Congonhas – Abelardo Luz –SC**. 2011. Dissertação (Mestrado Profissional em Geografia). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Francisco Beltrão/PR, 2011.

PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. 42.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994 [1945].

PELUSO JUNIOR, Victor Antônio. **Estudos de geografia urbana de Santa Catarina**. Florianópolis, Ed. Da UFSC: Secretaria do Estado da Cultura e do Esporte, 1991.

PEREIRA, Carlos José. FREDDO, Antônio Carlos. **Oeste Catarinense: história dos seus empreendedores**. eGesta - Revista Eletrônica de Gestão de Negócios. (Mestrado em Gestão de Negócios). Universidade Católica de Santos Faculdade de Ciências Econômicas e Empresariais - Universidade de Santiago de Compostela. EGesta. 2007.

PIAZZA, Walter Fernando. HUBENER, Laura Machado. **Santa Catarina: história da gente**. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1989.

PLATA, Ludwig Einstein Agurto. REYDON, Bastiaan Philip. **Políticas de intervenção no mercado de terras no governo FHC**. Brasília: NEAD, 2006.

PLATA, Ludwig Einstein Agurto. **Mercado de terras no Brasil: Gênese, determinação de seus preços e políticas**. Campinas, 2001. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP, em Ciências Econômicas – área de concentração Política Econômica. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/285564>>, acesso em Outubro de 2018.

RÁDIO RAINHA DAS QUEDAS DE ABELARDO LUZ. **Incra realiza mutirão para renovar contrato de concessão de uso da terra para assentados**. Abelardo Luz, SC, 2017.

RANGEL, Ignácio M. **A questão da terra**. Revista de Economia Política, Vol. 6, nº 4, 1986.

REYDON, Bastiaan. ESCOBAR, Héctor H. BERTO, James Luiz. **Assentamentos rurais e estratégias de desenvolvimento local no Oeste Catarinense**. Texto para Discussão. IE/UNICAMP n. 123, jan. 2007.

RELATÓRIO DE ANÁLISE DE MERCADO DE TERRAS. **Mercado Regional de Terras de Xanxerê**. São José: SC, 2016.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Reforma Agrária a distribuição de renda**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. **A questão agrária na década de 90**. Coordenador João Pedro Stédile; Jacob Gorende ..[et al]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SANTA CATARINA. **Atlas escolar de Santa Catarina**. Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento, Subsecretaria de Estudos Geográficos e Estatísticos. Rio de Janeiro, Aerofoto Cruzeiro, 1991.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Panorama para Novas Oportunidades de Negócio: Aberlado Luz**. Aberlado Luz: SEBRAE/SC, 2013. 68p.

SILVA, Fernando João da. **A divisão político-administrativa do Estado de Santa Catarina: do passado ao presente.** 2008. 255 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Sócio-Ambiental) Universidade do Estado de Santa Catarina/Florianópolis, 2008.

VALE, Ana Lia Farias. LIMA, Luís Cruz. BONFIM, Maria Geovaní. **Século XX: 70 anos de migração interna no Brasil.** Revista de Ciências Humanas da Universidade Federal de Roraima. Centro de Ciências Humanas. Boa Vista - Roraima – Brasil, 2004.

VPC/Brasil Tecnologia Ambiental e Urbanismo Ltda. **Projeto de Assentamento: Papuan I.** Curitiba: Paraná, 2006.

VPC/Brasil Tecnologia Ambiental e Urbanismo Ltda. **Projeto de Assentamento: Nova Aurora.** Curitiba: Paraná, 2006.

VPC/Brasil Tecnologia Ambiental e Urbanismo Ltda. **Projeto de Assentamento: José Maria.** Curitiba: Paraná, 2006.

ZENERATTI, Fábio Luiz. **Propriedade e latifúndio: introdução ao debate sobre sua origem e perpetuação no Brasil.** Laranjeiras do Sul-PR. 2017.

## **APÊNDICE A – Questionário dirigido ao público-alvo**

O presente questionário é referente a Dissertação do Mestrado para a conclusão do Curso em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE – Francisco Beltrão. Tem como objetivo analisar os fatores condicionantes nas relações de produção que provocam o arrendamento das terras adquiridas pela reforma agrária nos assentamentos da cidade Abelardo Luz no Oeste de Santa Catarina.

01 - Quantos anos fazem que estão morando no assentamento?

- ( ) 01 a 10 anos.  
( ) 10 a 20 anos.  
( ) 20 a 30 anos.  
( ) Mais de 30 anos.

02 - Por quantas pessoas é composta sua família?

\_\_\_\_\_ Pessoa(s)

03 - Onde moravam antes de virem para os assentamentos?

---

04 - Já possuíam terras antes de serem assentados?

---

Se sim. Por que saíram e vieram para os assentamentos?

---

05 - Como foi a ocupação da área?

- ( ) Conflituosa ( ) Pacífica

06 - Quantos hectares a família recebeu do INCRA?

\_\_\_\_\_hectares.

07 - Quais são as atividades desenvolvidas na propriedade?

---

08 - A área de terra recebida é mecanizada?

( ) Sim ( ) Não

09 - Qual a origem da renda familiar? \_\_\_\_\_

Ela é:

( ) Anual ( ) Mensal ( ) Bimestral ( ) Semestral ( ) Outra \_\_\_\_\_

10 – A família foi beneficiada com alguma linha de crédito? ( ) Sim ( ) Não

Se sim qual delas?

- ( ) Pronaf Custeio  
( ) **Pronaf Mais Alimentos - Investimento**  
( ) **Pronaf Agroindústria**  
( ) **Pronaf Agroecologia**  
( ) **Pronaf Eco**  
( ) **Pronaf Floresta**  
( ) **Pronaf Mulher**  
( ) **Pronaf Jovem**  
( ) **Microcrédito Rural**  
( ) Outra \_\_\_\_\_

11 - Existe alguma cooperativa vinculada ao assentamento? Qual?

---

12 - Qual a relação da família com o MST?

---

---

13 - Participam de algum movimento social além do MST? Quais?

---

---

14 - Produzem em suas terras ou parte delas são arrendadas? Por que?

---

---

15 - Quem é o arrendatário? \_\_\_\_\_

16 - Por quanto tempo está arrendada?

---

17 - O valor é pago de que forma?

( ) Dinheiro ( ) Grãos

18 - Qual o valor da sua terra hoje? \_\_\_\_\_

19 - Já pensou em vender a propriedade?

( ) Sim ( ) Não ( ) Motivo \_\_\_\_\_

20 - Como as parcelas da propriedade estão organizadas?

---

---

---

Desde já agradeço vossa atenção!

**APÊNDICE B – Questionário dirigido ao funcionário do Incra**



O presente questionário é referente a Dissertação do Mestrado para a conclusão do Curso em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE – Francisco Beltrão. Tem como objetivo analisar os fatores condicionantes nas relações de produção que provocam o arrendamento das terras adquiridas pela reforma agrária nos assentamentos da cidade Abelardo Luz no Oeste de Santa Catarina.

**01 - Por que o município de Abelardo Luz possui o maior número de assentamento do estado de Santa Catarina?**

**02 - Como foi a ocupação dos assentamentos Papuan I, Juruá, José Maria, Nova Aurora e Maria Silveston?**

**03 - Quem eram os donos das terras desapropriadas para a implantação do Projeto de Reforma Agrária?**

**04 - Como foi o processo de desapropriação? Todas as terras foram pagas ou somente desapropriadas?**

**05 - Porque a maioria dos assentados já venderam os lotes adquiridos pela Reforma Agrária?**

**06 – Em nome de quem fica o contrato de concessão de uso (CCU) e por quê?**

**07 - Qual a sua opinião sobre a titulação definitiva das terras?**

**08 - O Incra permite que os assentados trabalhem fora? Justifique**

**09 - Quanto as chamadas parcerias ou arrendamentos, qual a orientação do Incra sobre o assunto.**